

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA POLITÉCNICA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Fernanda Fulan de Souza
Mariana Duran Meletti

**Diagnóstico de acessibilidade das mulheres vítimas de violência à rede
protetiva no município de São Paulo e ensaio de alternativas de melhoria nos
distritos representativos**

São Paulo
2019

Fernanda Fulan de Souza

Mariana Duran Meletti

Diagnóstico de acessibilidade das mulheres vítimas de violência à rede protetiva no município de São Paulo e ensaio de alternativas de melhoria nos distritos representativos

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica da USP, para obtenção do diploma de engenharia civil.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Karin Regina de Castro Marins

São Paulo

2019

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer, primeiramente, a nossa professora orientadora neste projeto, Prof^a. Dr^a. Karin Regina de Castro Marins, por toda a disponibilidade, suporte e abertura para discussões a respeito do tema escolhido.

Ademais, somos profundamente gratas:

Ao Diego Tomasiello, autor do artigo científico *Multi-temporal transport network models for accessibility studies*, pelo fornecimento das redes de transporte público que viabilizaram a realização deste trabalho.

A Sra. Elisa Feitosa, atual Procuradora da USP, pelo apoio referente a rede protetiva de segurança a mulheres vítimas de violência, e por todos os seus anos de trabalhos dedicados a este tema.

Ao Centro Acadêmico de Engenharia Civil da Escola Politécnica, por todo o apoio necessário, além de grandes aprendizados, durante os anos de graduação, e, principalmente, pelos amigos e relações construídas nesse local, que foram a base e o suporte para esse período.

Às nossas famílias e amigos, por todo o apoio necessário ao longo de todos os anos de nossa graduação na Escola Politécnica. Principalmente à Claudia, Helena, Cibele e Mariana, as mulheres que nos inspiram diariamente e nos fazem melhores profissionais, preocupadas com a sociedade, pelo exemplo na luta por uma sociedade mais igualitária para todos.

E, por fim, por todas as mulheres politécnicas que vieram antes de nós e ajudaram a conquistar o nosso espaço em uma Escola majoritariamente masculina. Nelas inspiradas, hoje temos a oportunidade de concluir nossa graduação em Engenharia Civil.

RESUMO

A segurança é um direito universal garantido pela Constituição Federal do Brasil. Apesar disso, a questão é delicada quando se trata da proteção de mulheres, que são alvos de violências motivadas pela desigualdade sistemática entre gêneros. Assim, o atendimento à mulher vítima de violência, no contexto urbano, envolve a localização espacial dos equipamentos de segurança e as condições de acessibilidade das vítimas à rede de atendimento.

Este trabalho analisa o acesso da população feminina, no município de São Paulo, a equipamentos que correspondem à porta de entrada da rede de proteção a mulher, mais especificamente, às delegacias gerais e especializadas - delegacias da mulher – e a partir disso, propõe estratégias para melhoria do acesso a esta rede protetiva.

Diagnosticou-se os distritos do município de São Paulo quanto à estimativa da oferta de delegacias - gerais e da mulher – usando ferramentas de geoprocessamento, e quanto à demanda por este tipo de aparelho público, por meio da coleta de indicadores. Em seguida, os distritos foram classificados gradativamente da situação mais crítica – onde a demanda quantificada supera com a maior diferença a oferta acessível - para a menos crítica. Assim, foram definidos distritos representativos: o distrito de maior demanda por delegacias gerais e da mulher em relação a oferta acessível, o distrito com uma relação intermediária entre oferta e demanda e o distrito onde há maior oferta para a demanda. São eles, respectivamente: Jardim São Luís, Socorro e Sé.

Nestes distritos foram realizados estudos aprofundados de suas características e, então, foram propostas intervenções pontuais considerando a infraestrutura pública de saúde já existente. Em suma, com base em um mapeamento e análise dos equipamentos de saúde disponíveis, sugeriu-se a instalação de departamentos reduzidos de segurança em aparelhos de saúde considerados mais adequados de acordo com suas funções e horários de funcionamento.

Palavras-Chave: acessibilidade; equipamentos de segurança; delegacia; violência contra a mulher; análise espacial; geoprocessamento.

ABSTRACT

Security is an universal right guaranteed by the Federal Constitution of Brazil. Despite this, the issue is delicate when it comes to the protection of women who are targets of violence motivated by systematic gender inequality. The assistance to women victims of violence, in the urban context, involves the spatial location of safety equipment and the accessibility conditions of victims to the care network.

This study analyzes the access of the female population, in the city of São Paulo, to equipment that corresponds to the gateway to the women's protection network, more specifically to the general and specialized police stations - women's police stations - and proposes strategies to improve access to this protective network.

The districts of the city of São Paulo were diagnosed as to estimate the supply of police stations - general and women's - using geoprocessing tools, and the demand for this type of public apparatus, through the collection of indicators. Next, districts were graded from the most critical situation - in which quantified demand far outweighs the accessible supply - to the least critical. Thus, representative districts were defined: firstly, the district with the highest demand for general and women's police stations in relation to affordable supply; next, the district with an intermediate relationship between supply and demand; finally, the district with the highest supply for demand. They are, respectively: Jardim São Luís, Socorro and Sé.

In these districts, in-depth studies of their characteristics were carried out and, therefore, specific strategies were proposed considering the existing public health infrastructure. In short, based on the mapping and analysis of the available health equipment, it was suggested to install reduced safety departments in health equipment, as they were considered the most appropriate existing facilities according to their functions and opening hours.

Keywords: accessibility; Safety equipment; precinct; violence against women; spatial analysis; geoprocessing

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Fluxograma com os principais deslocamentos de uma mulher após sofrer uma violência</i>	23
Figura 2 - Relação entre os componentes de acessibilidade	29
Figura 3 - Modelo Hierárquico.	34
Figura 4 - Escala demonstrativa.	37
Figura 5 - Fluxograma representativo da Metodologia.	38
Figura 6 - Fluxograma demonstrativo da metodologia para avaliação da demanda.	40
Figura 7 - Fluxograma demonstrativo da metodologia para avaliação da oferta.	41
Figura 8 - Distritos do Município de São Paulo	42
Figura 9 - Mapa de Renda per capita por distrito em São Paulo.....	44
Figura 10 - Mapa de indicador de número de notificações de agressão a mulheres de 20 a 59 anos a cada 10 mil mulheres nesta faixa etária por distrito de São Paulo.....	51
Figura 11 - Mapa da população de mulheres por distrito de São Paulo.	53
Figura 12 - Mapa das delegacias gerais e de mulheres em São Paulo.	59
Figura 13 - Mapa das delegacias gerais e de mulheres em São Paulo abertas 24h.	62
Figura 14 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 9h da manhã a pé	66
Figura 15 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 3h da manhã a pé	68
Figura 16 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã a pé ..	70
Figura 17 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã a pé ..	72
Figura 18 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 9h da manhã de transporte público.....	74
Figura 19 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 3h da manhã de transporte público.....	76

Figura 20 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público.....	78
Figura 21 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público.....	80
Figura 22 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 9h da manhã de carro	82
Figura 23 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 3h da manhã de carro	84
Figura 24 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	86
Figura 25 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	88
Figura 26 - Mapa do delta comparativo por distrito entre a oferta e a demanda por delegacias gerais e de mulheres.....	113
Figura 27 - Mapa dos distritos representativos do Município de São Paulo	115
Figura 28 - Equipamentos de Saúde mapeados	127
Figura 29 - Mapa de estratégias para a melhoria da acessibilidade no Distrito Crítico	129
Figura 30 - Mapa de estratégias para a melhoria da acessibilidade no Distrito Médio	131
Figura 31 - Mapa de estratégias para a melhoria da acessibilidade no Distrito Referência.....	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação entre a perspectiva das métricas e os componentes de acessibilidade.....	31
Quadro 2 - Indicador de número de notificações de agressão a mulheres de 20 a 59 anos, no ano base de 2017, a cada 10 mil mulheres nesta faixa etária por distrito de São Paulo.	46
Quadro 3 - Cálculo e resultado do novo indicador de violência contra mulheres	47
Quadro 4 - Matriz de ponderação dos pesos dos subcritérios de demanda	92
Quadro 5 - Matriz de ponderação normalizada dos pesos dos subcritérios de demanda	92
Quadro 6 - Matriz de ponderação dos pesos dos subcritérios de oferta	95
Quadro 7 - Matriz de ponderação normalizada dos pesos dos subcritérios de oferta	97
Quadro 8 - Matriz consolidada dos índices de demanda por distrito.....	101
Quadro 9 - Matriz consolidada dos índices de oferta por distrito.....	106
Quadro 10 – Delta comparativo por distrito entre oferta e demanda por delegacias gerais e de mulheres.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escala Fundamental do Método AHP.....	34
Tabela 2 - Tempo Médio de Viagem em minutos por Modo de Transporte.	56
Tabela 3 - Resumo dos dados relativos às viagens de 2006.	56
Tabela 4 – Distribuição das viagens por modo principal com dados da Pesquisa Origem Destino de São Paulo de 2017	60
Tabela 5 - Representação da Matriz	90
Tabela 6 - População Feminina nas Zonas OD do Distrito Crítico	130

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	OBJETIVOS.....	15
3.	PROBLEMÁTICA DO TRABALHO	16
4.	METODOLOGIA ADOTADA PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	18
5.	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	19
5.1.	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	19
5.1.1.	REDE DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	19
5.1.2.	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS DE APOIO AO PROCESSO DE DENÚNCIA E ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.....	21
5.1.3.	MOMENTO DA DENÚNCIA	24
5.1.4.	DELEGACIA DA MULHER.....	26
5.2.	ACESSIBILIDADE A REDE DE SEGURANÇA PROTETIVA ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	28
5.2.1.	MÉTRICAS DE ACESSIBILIDADE.....	30
5.2.2.	MÉTODO CUMULATIVO	31
5.3.	APOIO À DECISÃO MULTICRITÉRIO (ADM).....	33
5.3.1.	MÉTODO AHP: ANALYTIC HIERARCHY PROCESS	33
5.3.2.	MATRIZ DE DECISÃO	35
6.	METODOLOGIA ADOTADA NA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA A DELEGACIAS EM DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	36
6.1.	MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA DEMANDA.....	38
6.2.	MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA OFERTA.....	40
7.	DETERMINAÇÃO DOS DISTRITOS A SEREM ANALISADOS	41
8.	RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DOS SUBCRITÉRIOS DA DEMANDA POR DISTRITO.....	43
8.1.	RENDA	43
8.2.	ÍNDICE DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.....	45

8.3.	POPULAÇÃO	52
9.	RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DOS SUBCRITÉRIOS DA OFERTA POR DISTRITOS	54
9.1.	PARÂMETROS DO MÉTODO CUMULATIVO.....	54
9.1.1.	DIVISÃO TERRITORIAL	54
9.1.2.	PONTO DE ORIGEM	55
9.1.3.	FATOR LIMITANTE.....	55
9.2.	SUB CRITÉRIOS DA OFERTA.....	57
9.2.1.	TIPO DE DELEGACIA.....	57
9.2.2.	MODO DE TRANSPORTE.....	60
9.2.3.	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DAS DELEGACIAS.....	61
9.2.4.	ACESSIBILIDADE POR DISTRITO	63
10.	RESULTADO DA PONDERAÇÃO DOS SUBCRITÉRIOS	90
10.1.	PONDERAÇÃO DOS SUBCRITÉRIOS DE DEMANDA	91
10.2.	PONDERAÇÃO DE SUBCRITÉRIOS DA OFERTA.....	92
10.3.	MATRIZES DE DECISÃO	99
10.3.1.	ÍNDICES DE DEMANDA	99
10.3.2.	ÍNDICES DE OFERTA.....	104
11.	RESULTADOS DO DELTA POR DISTRITO	110
11.1.	RESULTADOS GERAIS	110
11.2.	DISTRITOS REPRESENTATIVOS.....	114
11.2.1.	DISTRITO CRÍTICO: JARDIM SÃO LUÍS.....	116
11.2.2.	DISTRITO MÉDIO: SOCORRO.....	117
11.2.3.	DISTRITO REFERÊNCIA: SÉ	117
12.	ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE ...	119
12.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE.....	119
12.1.1.	NECESSIDADES PRÁTICAS DAS MULHERES E INTERESSES ESTRATÉGICOS FEMINISTAS (DE GÊNERO)	119
12.1.2.	O POUPATEMPO	121
12.1.3.	EQUIPAMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA.....	121

12.2.	METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DA ACESSIBILIDADE NOS DISTRITOS REPRESENTATIVOS	123
12.3.	DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA A MELHORIA DA ACESSIBILIDADE NOS DISTRITOS REPRESENTATIVOS.....	126
12.3.1.	<i>DISTRITO CRÍTICO: JARDIM SÃO LUÍS.....</i>	<i>128</i>
12.3.2.	<i>DISTRITO MÉDIO: SOCORRO.....</i>	<i>130</i>
12.3.3.	<i>DISTRITO REFERÊNCIA: SÉ</i>	<i>132</i>
13.	CONCLUSÕES.....	135
14.	RECOMENDAÇÕES PARA A CONTINUAÇÃO DO TRABALHO.....	136
15.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher não é algo recente na sociedade; na verdade, é um dos problemas sociais mais antigos da humanidade. Ela consiste em toda violência sofrida pelas mulheres, pelo fato de serem mulheres e estarem em relações desiguais de poder na sociedade (SCOTT, 1989).

O artigo 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher “Convenção Belém do Pará” (BRASIL, 1996) conceitua a violência contra a mulher como:

(...) qualquer ação ou conduta, baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público ou privado.

A gravidade disso é revelada por números alarmantes: segundo uma pesquisa do Datafolha, dois em cada três brasileiros dizem ter presenciado algum ato de violência física ou verbal contra uma mulher em seu bairro durante 2016¹. Isso também pode ser observado no Mapa da Violência de 2014 (WAISELFISZ, 2014), que relata que o número de denúncias de casos de violência contra a mulher, registradas pelo Disque 180, ultrapassou 52.000 denúncias. Um ano depois, em 2015, esse mesmo serviço registrou mais de 76.000, um aumento de 44% nas denúncias (LIMA, 2018).

Entretanto, a preocupação com o enfrentamento dessa violência é algo recente, assim como a judicialização do problema, embora se trate de questão indiscutivelmente grave. A abordagem jurídica do tema deve-se não só pela criação específica das leis, mas pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores.

Um importante passo para o combate à violência contra mulher foi a criação da Lei Maria da Penha - legislação específica para combater a violência doméstica e

¹ Disponível em <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2-em-cada-3-brasileiros-dizem-ter-presenciado-ato-de-violencia-contramulher-em-seu-bairro-em-2016.ghtml>>

familiar contra mulher. Sancionada em 2006, a Lei 11.340 (BRASIL, 2006) visa incrementar e destacar o rigor das punições para os crimes de violência doméstica contra a mulher.

Após isso, em 2011, foi desenvolvida uma rede de atendimento a mulheres vítimas de violência: a rede protetiva, com diretrizes claras para "prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como para a assistência às mulheres em situação de violência " (BRASIL, 2011). Mesmo que essa rede tenha se desenvolvido após uma lei focada em violência doméstica, ela atende mulheres vítimas de quaisquer violências, embora a maioria dos casos seja de violência doméstica.

A entrada para essa rede está diretamente associada ao momento da denúncia, que é feita em uma delegacia, tanto na delegacia da mulher quanto na delegacia geral. No entanto, não basta apenas existir a rede para a proteção ser efetiva. Dada a gravidade do problema, entende-se que esses equipamentos públicos devam estar distribuídos pela cidade de modo a tornarem-se acessíveis para toda a população, e principalmente, suprimindo a demanda das diferentes regiões.

Esse estudo visa, portanto, analisar todo o município de São Paulo, comparando seus distritos, por meio do uso de conceitos de geoprocessamento, para a estimativa da oferta de delegacias nas regiões da cidade e por meio da coleta de indicadores que determinem a demanda por este tipo de aparelhamento público. Valendo-se desses métodos, todos os distritos do município são analisados e comparados para a determinação de distritos que representem situações desiguais de infraestrutura pública em São Paulo.

Após o aprofundamento nos distritos representativos, foi desenvolvida uma estratégia, baseada em um interesse prático de gênero, que tem como objetivo promover o atendimento da vítima em um ambiente acolhedor, focado primeiramente no cuidado com a mesma, para possibilitá-la de realizar a denúncia de maneira segura. Para isso, é proposta a utilização da infraestrutura já existente em equipamentos de saúde, para a criação de células com mais de um serviço público, que possibilite um melhor acesso a equipamentos que atendam às diversas necessidades concomitantes de mulheres vítimas de violência.

2. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é diagnosticar o acesso da população do gênero feminino, no município de São Paulo, às delegacias gerais e delegacias da mulher para a identificação de distritos representativos - capazes de caracterizar as diferentes situações observadas em São Paulo quanto a esse aspecto -, onde serão estudadas estratégias de melhoria das condições de acessibilidade à rede de proteção à mulher vítima de violência.

Assim, para o diagnóstico, os principais desafios consistem em medir a demanda por serviços públicos de segurança que atendem à mulher vítima de violência nas diferentes regiões do município e, da mesma forma, medir a oferta destes equipamentos. As delegacias representam, na maioria dos casos, o primeiro equipamento acessado pela mulher vítima de violência e, conseqüentemente, a porta de entrada à rede protetiva, constituindo o objeto de estudo deste trabalho.

Posteriormente, após a identificação dos distritos representativos, o desafio consiste na criação de estratégias para a melhoria das condições de acessibilidade realistas com foco no atendimento e acolhimento da vítima. A metodologia desenvolvida para o desenvolvimento de estratégias será exemplificada nos três distritos representativos, e dessa maneira, ilustrará como poderia ocorrer uma intervenção relacionada à acessibilidade à rede de proteção à mulher vítima de violência, no município de São Paulo.

3. PROBLEMÁTICA DO TRABALHO

Para a determinação dos distritos representativos em relação à oferta de equipamentos urbanos, é necessário estimar a demanda por este serviço. Neste caso, a região que necessita mais urgentemente de melhorias será onde a oferta de atendimento for mais escassa para a quantidade de casos de violência incidentes contra a mulher.

Para entender a relação entre a oferta e a demanda, traça-se um paralelo sobre o tratado por Travassos (1997) em relação à saúde. No tratado, o conceito de oferta de serviços de saúde é abordado relacionando-o à disponibilidade, ao tipo e à quantidade de serviços e recursos públicos destinados à atenção à saúde. Importantes aspectos que influenciam essa disponibilidade são a localização geográfica e a cultura médica local dos profissionais que realizam esses serviços. Já o conceito de demanda é a atitude do indivíduo de procurar serviços públicos de saúde, obter acesso e se beneficiar com o atendimento recebido.

No entanto, vale destacar que a demanda nem sempre será a expressão de necessidade, seja pelo desconhecimento das pessoas daquilo que precisam - males assintomáticos - , pela desinformação sobre a existência de meios para solução de seus problemas, sua indisponibilidade de pagar pelos serviços ou mesmo pela ausência de oferta dos serviços desejados (ARRUDA, 1998).

No contexto desse trabalho, a oferta de serviços públicos depende da possibilidade de acesso a delegacias, que representam a porta de entrada à rede de proteção à mulher e são diferenciadas entre delegacia geral e especializada - delegacia da mulher -, considerando a especialização de profissionais, da mesma forma que é realizado para a saúde. Já a demanda, seguiu o mesmo paralelo e será baseada na atitude em si do indivíduo de procurar ajuda para a notificação da violência.

Vale destacar que no caso da violência contra mulher também há uma demanda reprimida que não é efetivamente rastreada, considerando que não são todas as mulheres vítimas de violência que procuram as autoridades. Grande parte da violência contra mulher, principalmente a doméstica, acaba não aparecendo nos números e estatísticas do sistema de justiça (AUGUSTO, 2016).

Os obstáculos e preconceitos enfrentados pela mulher vítima de violência são enormes e diversos. Por isso, neste trabalho, o recorte temático engloba a análise do processo pelo qual a vítima passa a partir do momento em que procura a infraestrutura pública, especificamente o seu primeiro contato com a rede de atendimento, considerando a interferência das diferenças econômicas e sociais, refletidas na distribuição geográfica. Ou seja, não será considerada a demanda reprimida, dado a dificuldade de rastreamento dos dados.

Como o tema é amplo, é imprescindível a consideração de múltiplos critérios para a determinação do distrito no qual a acessibilidade à rede de atendimento à mulher vítima de violência é crítica.

4. METODOLOGIA ADOTADA PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A contextualização da problemática do trabalho aborda três tópicos: (i) a violência contra a mulher e o atendimento às mulheres vítimas de violência; (ii) métricas de acessibilidade e (iii) apoio à decisão multicritério.

Para o primeiro tópico foi construída uma revisão bibliográfica através de estudos preliminares sobre a violência contra a mulher. Utilizando-se artigos científicos e teses, foi feito um levantamento de dados relacionado ao panorama geral da violência contra mulher no Brasil e, finalmente, de São Paulo.

Em seguida, foi realizado um aprofundamento em São Paulo, abordando os aspectos da rede de segurança protetiva a mulheres vítimas de violência no município. Para isso, realizou-se uma etapa de comunicação verbal com serviços públicos e profissionais envolvidos diretamente nessa rede, são eles:

- a) Ligação para o Disque 180 – Central de atendimento à mulher;
- b) Ligação para o Disque 197 – Polícia Civil;
- c) Entrevista com Elisa Feitosa, atual Procuradora da USP que trabalhou por 5 anos no Ministério Público como Assistente Jurídico, na maior parte do tempo no Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (GEVID) - Grande São Paulo II.

Por fim, para a contextualização da violência contra a mulher e o atendimento às mulheres vítimas de violência, ocorreu um refinamento das informações coletadas baseado nas informações oficiais divulgadas pelo governo, do Brasil, do Estado de São Paulo, e da Prefeitura de São Paulo através dos seus respectivos sites oficiais.

Para o segundo tópico e o terceiro tópico - métricas de acessibilidade e apoio a decisão multicritério, respectivamente - foi realizado um aprofundamento no estudo da bibliografia dos temas por meio de teses e artigos científicos. A partir da compreensão dos métodos adotados para cada tema, foi escolhido um modelo que se adequasse à proposta do trabalho.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

5.1.A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) tornou crime a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa legislação criou mecanismos de proteção e atendimento humanizado às mulheres, determinando a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal. A partir dessa lei, foi criado um microssistema de proteção às mulheres (LIMA, 2018).

Essa lei foi desenvolvida para assegurar a efetiva igualdade de direitos entre homens e mulheres, e facilita o acesso àquelas que estejam em situação de violência doméstica, cujas demandas, por muito tempo, não alcançaram o Poder Judiciário (LIMA, 2018).

A lei Maria da Penha:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2006).

5.1.1. REDE DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

A partir da lei supracitada, foi desenvolvida uma rede protetiva para as mulheres em situação de violência. O conceito dessa rede de atendimento foi desenvolvido pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (BRASIL, 2011), que traça diretrizes nacionais para a "prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como para a assistência às mulheres em situação de violência".

Como dito em INTRODUÇÃO (página 12), essa rede foi desenvolvida após a lei focada em violência doméstica, mas ela atende mulher vítimas de quaisquer violências, embora a maioria dos casos seja de violência doméstica e existam equipamentos focados nestes casos. Em 2011, no Brasil, 70% dos registros de violência contra as mulheres relatam que as violências sofridas ocorreram nos próprios domicílios das vítimas (WASELFISZ, 2014). Portanto, como consideramos

a acessibilidade à rede protetiva, será analisado nesse trabalho qualquer tipo de violência contra mulher, com o destaque de que a maioria dos casos corresponde a situações de violência doméstica.

Com isso, é determinado que deve haver um conjunto de ações e serviços diferenciados - assistência, justiça, segurança pública e saúde - para ampliação e melhoria da qualidade do atendimento prestado às mulheres, a identificação e encaminhamento adequados da mulher em situação de violência, com atendimento integral das suas demandas e de forma humanizada (COMPROMISSO E ATITUDE LEI MARIA DA PENHA, 2012).

Essa rede está dividida em quatro setores:

- a. saúde;
- b. justiça;
- c. segurança pública;
- d. assistência social.

Cada um desses setores é composto por dois tipos de serviços (LIMA, 2018):

- a. serviços não especializados de atendimento à mulher: hospitais gerais, unidades básicas de saúde, programa de saúde da família, delegacias gerais, promotorias de justiça, varas criminais, dentre outros;
- b. serviços especializados de atendimento à mulher: serviços de saúde para mulheres, delegacias da mulher, promotorias e Varas especializadas em violência doméstica e Núcleos de Atendimento da Mulher existentes na Defensoria Pública e na Assistência Social.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011), elenca que a rede de atendimento é composta dos seguintes serviços especializados:

- a. Centros de Referência;
- b. Casas-Abrigo;
- c. Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher;
- d. Defensorias da Mulher;
- e. Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- f. Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180;

- g. Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);
- h. Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor;
- i. Polícia Civil e Militar;
- j. Instituto Médico Legal;
- k. Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual.

Com isso, a rede protetiva das mulheres é complexa e composta por diferentes centros, que suprem demandas específicas. Para entender a acessibilidade à essa rede, é necessária a determinação de um fluxo dos principais equipamentos públicos aos quais as mulheres precisam ter acesso durante esse processo. De uma maneira geral, o fluxo engloba equipamentos e serviços por meio dos quais se realizará a denúncia até o processo criminal.

5.1.2. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS DE APOIO AO PROCESSO DE DENÚNCIA E ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A denúncia, que representa o início do processo de atendimento das mulheres vítimas de violência, pode ser feita tanto em delegacias gerais quanto na delegacia da mulher. Todos os distritos policiais podem receber a queixa e transferir posteriormente o caso para uma das delegacias especializadas. Na delegacia, a autoridade policial deverá ouvir a mulher agredida, lavrar o boletim de ocorrência, colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e remeter, no prazo de 48 horas, expediente ao juiz com pedido para a concessão de medidas protetivas de urgência. Após o registro da ocorrência, a autoridade policial poderá determinar a realização do exame de corpo de delito (SÃO PAULO, 2016).

Em seguida, para realizar o Exame de Lesões Corporais, popularmente conhecido como “exame de corpo de delito”, a vítima, direcionada pelo delegado ou delegada, deverá dirigir-se a um dos Núcleos Regionais de Perícia, no horário de atendimento do Instituto Médico Legal (IML), portando o documento e a guia de solicitação de

exame de lesões corporais. Uma viatura pode levar a vítima ao IML, caso esteja disponível na delegacia, caso contrário a vítima deve se locomover por meios próprios até o local ².

Posteriormente, caso a vítima ou o Ministério Público continue a mover a ação criminal, poderá ser solicitado uma medida protetiva, para afastamento do agressor – requerida nos Centros de Cidadania da Mulher (CCM), Centros de Referência à Mulher (CRM) e nos Centros de Defesa e Cidadania da Mulher (CDCM), nas delegacias ou diretamente no Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID) (SÃO PAULO, 2016).

Dependendo da situação, o juiz poderá conceder, no prazo de 48 horas, medidas protetivas de urgência, como a suspensão do porte de armas do agressor, o afastamento do agressor do lar ou do local de convivência com a mulher agredida, e o distanciamento da vítima, entre outras. O juiz poderá fixar o limite mínimo de distância entre a vítima e o agressor e a restrição ou suspensão de visitas a dependentes menores (SÃO PAULO, 2016). Segundo a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), o próprio delegado deve mandar para o Ministério Público o pedido de afastamento do agressor. Entretanto, como se trata de uma situação urgente, em muitos casos a mulher opta por realizar mais um deslocamento, dirigindo-se ao núcleo de atendimento do Ministério Público para garantir que essa medida restritiva ocorra de maneira rápida³.

Caso a vítima necessite de uma orientação jurídica ou de um advogado para a propositura de uma ação complementar e não tiver condições de contratar um profissional particular, a Defensoria Pública deve ser procurada (SÃO PAULO, 2019). Em relação a esse serviço, também existe um serviço especializado para mulheres que está conectado à rede protetiva: a defensoria da mulher, cuja finalidade é dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação

² Comunicação Verbal com o número 180 da Central de atendimento à Mulher em Situação de Violência do Governo Brasileiro, no dia 20 de maio de 2019, às 18h42 com número de protocolo 192102.

³ Comunicação verbal com Elisa Feitosa, atual Procuradora da USP que trabalho por 5 anos no Ministério Público como Assistente Jurídico, a maior parte deles no Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (GEVID) - Grande São Paulo II.

de violência. Este órgão do Estado, responsável pela defesa das cidadãs que não possuem condições econômicas para contratação de advogado, possibilita a ampliação do acesso à Justiça, bem como a garantia de orientação jurídica adequada às mulheres e de acompanhamento de seus processos (BRASIL, 2011).

Dando continuidade à busca por justiça, durante um processo judicial, a vítima ou o Ministério Público poderão mover a ação criminal, e em qualquer um dos casos, será necessário o deslocamento da mulher até o Fórum, pelo menos para prestar depoimento.

O fluxograma explicativo, Figura 1, sintetiza os principais deslocamentos que as mulheres vítimas de violência têm de realizar, como parte do processo principal de denúncia, aquisição de medidas protetivas e execução do processo judicial. Vale ressaltar que a rede protetiva das mulheres pode ser composta por outros centros e pontos de apoio que variam dependendo das especificidades de cada caso.

Figura 1 - Fluxograma com os principais deslocamentos de uma mulher após sofrer uma violência



Fonte: Autoria própria

A Prefeitura de São Paulo informa os principais centros da rede de proteção às mulheres na cidade. São eles: os Centros de Cidadania da Mulher (CCM), Centros de Referência à Mulher (CRM) e Centros de Defesa e Cidadania da Mulher (CDCM),

nos quais a mulher será acolhida por profissionais capacitados, informada de seus direitos e encaminhada para os serviços necessários, como, por exemplo, o apoio psicológico. Já em casos de risco de morte, a vítima será encaminhada para uma Casa Abrigo, com endereço sigiloso (SÃO PAULO, 2016).

Dado o contexto da rede protetiva, a primeira porta em que a mulher em situação de violência doméstica bate, quando pensa em sistema de justiça, é a Delegacia, seja ela geral ou especializada no atendimento à mulher em situação de violência. Esse primeiro passo, em muitos casos, representa também o primeiro obstáculo a ser vencido pela mulher em situação de violência, pois, o acesso ao sistema de justiça representa "romper o silêncio e decidir comunicar a violência sofrida para as autoridades policiais" (LIMA, 2018).

A denúncia pode ser realizada tanto em delegacias gerais como em especializadas. Por isso, para entender a entrada na rede, é necessário um aprofundamento na contextualização do momento da denúncia, e consequentemente, do papel das delegacias.

5.1.3. MOMENTO DA DENÚNCIA

O momento da denúncia é fundamental, dado que uma mulher em situação de violência, ao deixar de noticiar o caso às autoridades, impedirá a eventual punição do agressor. Assim, a chegada da vítima a delegacia, é um momento crucial para ela (LIMA, 2018).

Como citado em PROBLEMÁTICA DO TRABALHO (página 16), grande parte da violência contra mulher, principalmente a doméstica, acaba não aparecendo nos números e estatísticas do sistema de justiça. Segundo Augusto (2016):

(...) existe uma parcela considerável de mulheres em situação de violência, numericamente desconhecida, que prefere recorrer aos mecanismos de resolução de conflitos informais ou que, simplesmente, prefere o ocultamento da informação, guardando a agressão em seu mais profundo sigilo – por medo, coação, vergonha e tantos outros sentimentos de humilhação e constrangimento. De qualquer modo, ambas as atitudes contribuem para a chamada cifra oculta ou dark figure, ou seja, para as subnotificações.

Ou seja, grande parte das mulheres vítimas de violência enfrenta dificuldade para denunciar o caso às autoridades. Isso significa que o momento de tomada de decisão carrega uma importância crucial para todas as vítimas.

Considerando a relevância dessa situação, podemos destacar dois principais aspectos desse momento que podem influenciar diretamente a denúncia: o fator econômico e a importância de uma delegacia especializada.

Em relação ao fator econômico, o custo de deslocamento é composto pelo gasto financeiro com o transporte até a delegacia e pelo tempo decorrido no trajeto e na própria delegacia. Sobre isso, Passinato et al., (2016), ao tratar de medidas protetivas, menciona que:

Além dos obstáculos colocados pelos serviços, há também que se considerar os obstáculos econômicos, uma vez que a ida à delegacia e a outros serviços exigem gastos com transporte e alimentação (...) e também prejudicam aquelas que acabam perdendo o dia de trabalho. Em média, as mulheres esperam de duas horas e meia a três horas para completarem o atendimento nas delegacias. Esses fatores não são levados em consideração por quem faz o atendimento, uma vez que não há qualquer preocupação em tornar essa permanência mais rápida e o fluxo mais simples, evitando que a mulher tenha que retornar ao serviço outras vezes na tentativa de concluir o atendimento.

O processo de denúncia dentro da delegacia não é escopo deste trabalho, mas a citação reforça a questão de que o fator econômico representa um obstáculo maior, quanto menor for a renda da mulher.

Além dessa questão, deve-se destacar a dificuldade de abrir o processo de denúncia, depois que a vítima leva o caso às autoridades. Lima (2018) define que "no momento em que a mulher leva seu caso de violência para a esfera das instituições é essencial que haja uma escuta qualificada".

Com isso, é preciso que nesse momento os profissionais tenham formação nas questões de gênero e que entendam o contexto no qual a violência doméstica ocorre, como observa Brandão (2006):

O contexto social em que ocorre a violência de gênero com frequência leva as vítimas a se sentirem corresponsáveis pelas agressões sofridas. Tal sentimento torna mais difícil narrar o problema junto aos serviços de atendimento – Delegacias, Defensorias, Juizados –, uma vez que se trata da exposição íntima de algo que, devido a esse sentimento equivocado de culpa, pode ser motivo de vergonha para a vítima que busca auxílio. Desse modo, é determinante que o primeiro contato com a Rede de proteção, que não raro acontece na Delegacia de Polícia, inclua um acolhimento capaz de permitir que essa mulher se sinta de fato titular de seus direitos, legitimando sua ação no sentido de romper com o ciclo de violência a que estava sendo submetida. Para tanto, é necessário que as equipes responsáveis pelo atendimento sejam efetivamente preparadas conforme já mencionado acima, com formação específica na temática da violência de gênero, com a finalidade de evitar que as práticas institucionais, em regra bastante permeadas pelos valores patriarcais e autoritários vigentes em nossa

cultura, constituam apenas mais uma instância de violação de direitos humanos da mulher.

Devido à importância do momento da denúncia, ter acesso a uma delegacia especializada, com profissionais capacitados e com representatividade, ou seja, presença majoritária de mulheres, pode ser crucial para a vida da mulher. O diferencial da delegacia da mulher é o tratamento e acolhimento oferecido à vítima, com espaço mais favorável quando comparado às delegacias gerais⁴. Portanto, o equipamento público especializado representa o oferecimento de uma entrada mais direta à rede de proteção das mulheres e com maior chance de efetividade da denúncia⁵.

5.1.4. DELEGACIA DA MULHER

A primeira delegacia da mulher foi criada a partir do Decreto 23.769, de 6 de agosto de 1985 em São Paulo, o qual estabeleceu que esta deveria investigar determinados “delitos contra a pessoa do sexo feminino”, previstos no Código Penal. Mesmo que existissem delegacias brasileiras especializadas em certos tipos de crime, como o homicídio e o tráfico de drogas, a delegacia da mulher foi a primeira em que o trabalho policial tinha como critério a identidade da vítima. A grande novidade destas delegacias consistia no reconhecimento inédito, pelo Estado, das necessidades e dos direitos de grupos sociais frequentemente excluídos do acesso à justiça (DEBERT, 2006).

A criação desse tipo específico de delegacia visava, além da especialização em crimes contra as mulheres, o atendimento prestado por policiais do sexo feminino. Os grupos feministas e as integrantes do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) participaram do processo de criação e implementação desta delegacia, que envolveu negociações entre feministas e o governo e a Polícia Civil com respeito à delimitação das atribuições e ao modo de funcionamento desta delegacia.

⁴ Comunicação Verbal com o número 180 da Central de atendimento à Mulher em Situação de Violência do Governo Brasileiro, no dia 20 de maio de 2019, às 18h42 com número de protocolo 1921027

⁵ Comunicação verbal com Elisa Feitosa, atual Procuradora da USP que trabalhou por 5 anos no Ministério Público como Assistente Jurídico, a maior parte deles no Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (GEVID) - Grande São Paulo II

A primeira delegacia da mulher atendeu, de imediato, um grande número de mulheres em situação de violência, evidenciando que este problema existia, era grave e carecia de um atendimento policial especializado. Logo após esta experiência, foram criadas novas delegacias da mulher em São Paulo (PASINATO & SANTOS, 2008).

Como todas as delegacias, as da mulher são subordinadas à Delegacia Geral de Polícia Civil de cada Estado ou órgão semelhante. No caso de São Paulo, o Estado possui um órgão especial de assessoria e coordenação das delegacias da mulher. Seu funcionamento e organização são regulamentados por leis e decretos estaduais que definem sua infraestrutura, recursos humanos e atribuições (PASINATO & SANTOS, 2008).

O Senado Federal conceitua as delegacias da mulher como (BRASIL, 2011):

São unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência. As atividades das DEAMs têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios do Estado Democrático de Direito. Com a promulgação da Lei Maria da Penha, as DEAMs passam a desempenhar novas funções que incluem, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas.

Apesar da especialização e do papel fundamental das delegacias da mulher para a rede protetiva, muitas delas, em princípio, não funcionavam 24h por dia. Simultaneamente, as delegacias comuns recusam-se a atender os casos de violência doméstica, orientando a vítima a procurar o serviço especializado no horário comercial de segunda a sexta-feira. Tal conduta, além ferir os direitos e garantias assegurados à mulher em situação de violência, pode ceifar a vida da vítima que, em muitos casos, precisa voltar para a mesma casa onde está o autor da violência (LIMA, 2018).

Neste cenário, considerando o diferencial oferecido pelas delegacias da mulher, o ideal seria oferecer este serviço igualitariamente a toda população do gênero feminino, aumentando o cuidado com este grupo oprimido e reduzindo as diferenças sociais de gênero. Para isso, seria necessária a instalação de um maior número de delegacias nos locais de maior incidência de casos de violência contra à mulher.

5.2. ACESSIBILIDADE A REDE DE SEGURANÇA PROTETIVA ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A segurança é um direito social fundamental garantido pela Constituição Federal e, conseqüentemente, é obrigação do poder público assegurar o acesso igualitário a serviços de segurança. No contexto da violência contra a mulher, o assunto é agravado pela desigualdade de gênero intrínseca à sociedade. De toda forma, o texto da Constituição Federal de 1988, especificamente no art. 5º, diz que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988)

O art. 6º complementa que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Frente aos excertos citados, nota-se que o estudo e a proposição de melhorias para o atendimento proporcionado por serviços de segurança são de interesse da sociedade, e representam a motivação principal deste trabalho. Para o alcance deste propósito, a medição da acessibilidade por meio de indicadores foi escolhida como instrumento de análise.

Antes de analisar a questão de acessibilidade é imprescindível definir seu conceito. A definição, no entanto, não é consensual entre autores. Para (NEUTENS, 2015), acessibilidade “se refere ao quanto os sistemas de transporte permitem que as pessoas cheguem aos locais de atividades desejados”. Para Páez et al. (2012), a acessibilidade é “o potencial de alcançar oportunidades distribuídas espacialmente”. E Geurs & Ritsema (2001) definem o mesmo conceito como “a extensão com a qual sistemas de transporte e de uso do solo permitem que (grupos de) indivíduos alcancem atividades ou destinos por meio de (combinação de) modo(s) de transporte”. No Brasil, a definição única e válida perante a Lei refere-se a acessibilidade como a “facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor.” (BRASIL, 2012).

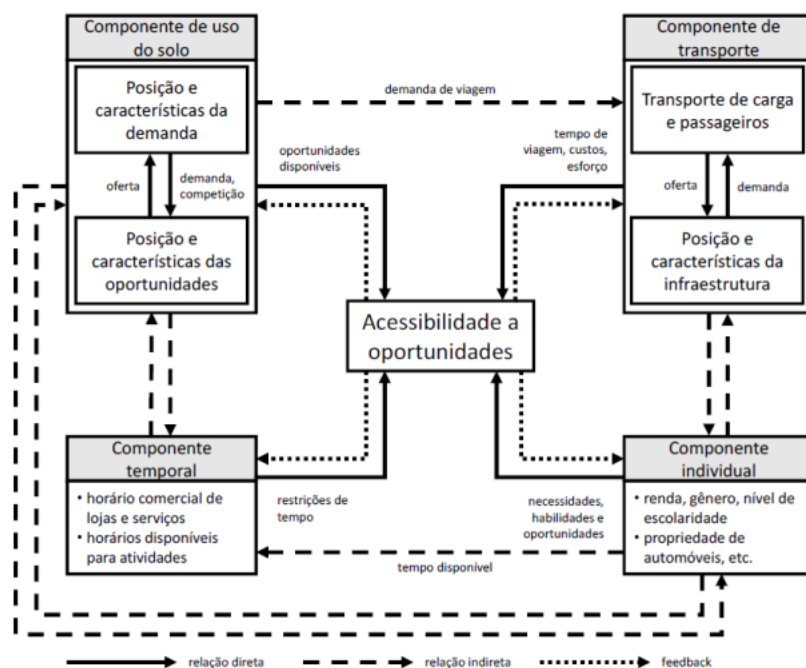
De toda forma, todos os conceitos englobam quatro componentes que necessitam ser identificados e analisados, sendo caracterizados e ilustrados por Santos (2016). São eles:

- a. Componente do uso do solo;
- b. Componente de transporte;
- c. Componente temporal;
- d. Componente individual.

O primeiro componente citado, também denominado espacial, engloba as características e a posição das oportunidades e da demanda; o segundo especifica o modo de transporte utilizado para o deslocamento entre origem e oportunidade, considerando o custo de viagem; o terceiro componente diferencia a disponibilidade de acesso às oportunidades nos períodos do dia, ou ao longo do ano; e o último inclui a influência das características de cada indivíduo ou grupo de indivíduo (i.e. gênero, classe econômica, idade) no acesso às oportunidades.

Os componentes citados, com suas respectivas caracterizações, estão ilustrados na Figura 2, que também evidencia a inter-relação entre eles.

Figura 2 - Relação entre os componentes de acessibilidade



Fonte: Geurs e Eck (2001 p. 44). Adaptação extraída de Santos (2016 p. 21)

Portanto, conforme a Figura 2, cada componente introduz uma informação fundamental para compor a acessibilidade: quantidade de oportunidades disponíveis para o componente de uso do solo; custo de viagem, que inclui tempo, esforço e capital necessário, para o componente de transporte; restrições de tempo para o componente temporal; e necessidades específicas da população estudada para o componente individual. Além disso, destaca-se que as particularidades do grupo determinam o tempo disponível, que afeta indiretamente o componente temporal e o uso do solo determinam a demanda por viagens que também tem impacto indireto no modo de transporte.

5.2.1. MÉTRICAS DE ACESSIBILIDADE

As métricas de acessibilidade correspondem aos métodos de quantificação da acessibilidade de uma região a um ou mais tipos de oportunidades distribuídas pelo território. Para isso, existem metodologias diversas que se baseiam em diferentes aspectos e variam também quanto às componentes consideradas.

A base para a quantificação da acessibilidade é a infraestrutura disponível, a localização da oferta e da demanda, o indivíduo ou grupo de indivíduo que se desloca ou a utilidade das viagens realizadas. O Quadro 1 especifica quais componentes são utilizados de acordo com a base escolhida para medir a acessibilidade, que por sua vez é função do propósito do estudo.

Quadro 1 - Relação entre a perspectiva das métricas e os componentes de acessibilidade.

Medida	Componentes			
	Transporte	Usos do solo	Temporal	Individual
Baseada na Infraestrutura	Velocidade de viagem; Horas perdidas no congestionamento	-	Horário de pico, período de 24h	Estratificação baseada na viagem, p.e. casa/trabalho, negócio
Baseada na localização	Tempo de viagem e/ou custos entre locais de atividades	Quantidade e distribuição espacial da procura e/ou oferta de oportunidades	Tempo de viagem e os custos podem variar, p.e. entre as horas do dia, entre os dias da semana ou épocas	Estratificação da população (p.e. por renda, escolaridade)
Baseada na pessoa	Tempo de viagem entre locais de atividades	Quantidade e distribuição espacial de oportunidades fornecidas	Restrição temporal para as atividades e do tempo disponível para realizá-las.	Acessibilidade é analisada a nível individual.
Baseada na utilidade	Custos de viagem entre os locais de atividades.	Quantidade e distribuição espacial de oportunidades fornecidas.	Tempo de viagem e os custos podem variar, p.e. entre as horas do dia, entre os dias da semana ou épocas	Utilidade é estimada para grupos de indivíduos

Fonte: Geurs e van Wee (2004 p. 129). Tradução livre extraída de Meato, et al., (2018).

Neste trabalho, destaca-se a métrica conhecida como cumulativa, baseada na localização. Então, os componentes estudados correspondem, em conformidade com o Quadro 1, ao custo de viagem entre origem e destino, que inclui o tempo e dinheiro necessários; à quantidade e à distribuição espacial de oportunidades ofertadas, à variação ao longo do dia de oportunidades disponíveis e do custo de viagem até elas; e às características individuais da população estudada, mais especificamente, gênero, renda e faixa etária.

5.2.2. MÉTODO CUMULATIVO

Apesar de suas limitações, o método cumulativo é considerado vantajoso por dois motivos principais. Primeiro, o método é relativamente fácil de implementar e, segundo os indicadores são diretamente interpretáveis em unidades absolutas e, portanto, facilmente compreendidos por aqueles responsáveis pelas decisões políticas (NEUTENS, 2015). Por esses motivos, o método foi escolhido pela sua simplicidade de aplicação e potencial de replicabilidade, o que pode ser uma vantagem na tomada de decisão a respeito de áreas críticas a receber prioritariamente investimentos.

Apesar disso, deve-se destacar que o método não pondera a distância ou o tempo entre oportunidades e origem dentro de uma mesma região, não considera a disputa

entre as oportunidades ofertadas, é ineficiente para comparações de viagens consecutivas com multidestinos ou simultâneas com finalidades distintas.

Com vantagens e desvantagens, a métrica cumulativa quantifica a acessibilidade por meio do número de oportunidades disponíveis a partir de um ponto de origem e considerando um limite de tempo ou de distância estabelecido para o deslocamento. A comparação entre a acessibilidade em diferentes regiões depende da divisão da área estudada de acordo com o propósito da pesquisa, levando em consideração parâmetros de interesse como, por exemplo, as características da população e/ou as barreiras geográficas do território. Similarmente, a definição do ponto de origem depende do objetivo da análise e pode ser um local específico como uma residência, ou então um ponto representativo da região, como o centro de massa do polígono que a define. O tempo ou distância limites também devem ser estabelecidos com o cuidado de representar situações que consideram critérios característicos do deslocamento, como a sua finalidade e o conforto oferecido pelo meio de transporte. O limite adotado deve refletir o quão longe é razoável se deslocar para o tipo de viagem estudado (PÁEZ, ET AL., 2012).

A partir da definição dos parâmetros descritos acima, delimita-se uma área, denominada área de serviço, que abriga o conjunto de pontos possíveis de serem alcançados a partir da origem, respeitando o limite de tempo ou distância. Caso o limite seja de tempo, a linha que limita à área de serviço é chamada de isócrona. A área delimitada permite a contagem de oportunidades disponíveis dentro dos limites traçados. Portanto, cada região é caracterizada por um número de oportunidades acessíveis desde a origem em um intervalo de tempo ou distância razoável. Neste trabalho o limite estabelecido corresponde ao tempo gasto no deslocamento.

Apesar do método identificar, quantificar e caracterizar os equipamentos acessíveis em uma região e representar uma medida importante de acessibilidade, conforme dito anteriormente, esta medida é baseada na localização e apresenta limitações. Deste modo, é adequada a consideração adicional de outros critérios, qualitativos e quantitativos, para compor a análise das condições de acessibilidade.

5.3. APOIO À DECISÃO MULTICRITÉRIO (ADM)

O ADM se apresenta como uma alternativa para a modelagem de problemas em que subjetividade, incertezas e ambiguidades estejam presentes, pois, ao abrir mão da necessidade de validações axiomáticas presentes em modelos de otimização, tem-se a possibilidade de incorporar tais elementos ao modelo, aproximando-o mais da realidade (RODRIGUEZ, ET AL., 2013).

Uma das principais características das metodologias de ADM é a subjetividade inerente aos problemas de decisão e utilização do julgamento de valor (COSTA, 2004). Assim, a propriedade do método é extremamente útil, já que é possível obter medidas exatas de dados qualitativos. Dado o estudo desenvolvido neste trabalho, atribui-se maior relevância ao método de análise hierárquica (COSTA, 2004)

5.3.1. MÉTODO AHP: ANALYTIC HIERARCHY PROCESS

Para problemas que precisam de ADM, um dos principais métodos é o AHP (Analytic Hierarchy Process), segundo Saaty (1980, 1991, 2000) e Costa (2006), já que permite o uso de critérios qualitativos e quantitativos.

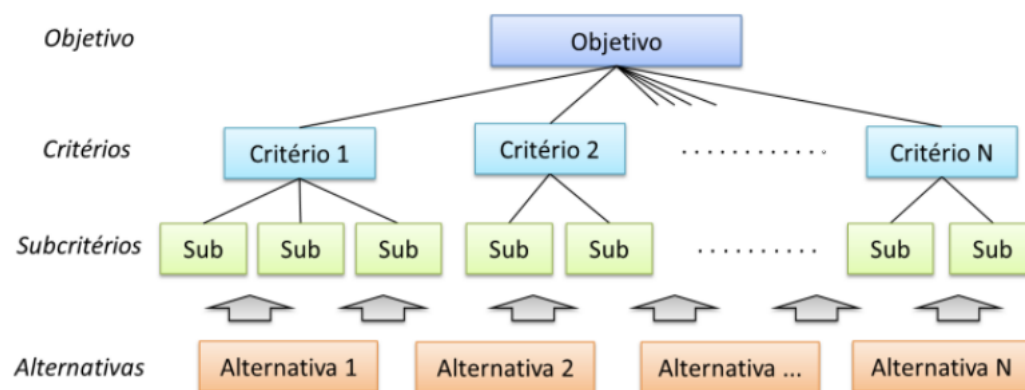
Saaty (1980, 1991, 2000), ao estudar os critérios, desenvolveu esse método, que se tornou referência na Escola Americana⁶. O AHP é baseado na divisão do problema de decisão em níveis hierárquicos para melhor compreensão e avaliação.

Para isso o processo é dividido em etapas detalhadas de sua aplicação, que são:

- a. *Construção da hierarquia de decisão*: decomposição do problema em uma hierarquia composta, no mínimo, de um objetivo, critérios e alternativas, como ilustrado na Figura 3 a seguir:

⁶ Escola Americana é uma caracterização de método para resolver problemas multicritérios, ele é caracterizado pela redução de vários critérios a um critério síntese, na grande maioria das vezes através de uma soma ponderada. (Mello, et al., 2003)

Figura 3 - Modelo Hierárquico.



Fonte: Adaptado de Saaty (1991)

- b. *Comparação entre os elementos da hierarquia*: a segunda etapa consiste em estabelecer prioridades entre os elementos para cada nível da hierarquia, por meio de uma matriz de comparação. Para a determinação de uma escala de valores para comparação, Saaty definiu uma Escala Fundamental. A partir da Tabela 1 são ilustradas as escalas e as respectivas descrições.

Tabela 1 – Escala Fundamental do Método AHP.

Escala numérica	Escala Conceitual	Descrição
1	Igual	Os dois elementos comparados contribuem igualmente para o objetivo.
3	Moderada	O elemento comparado é ligeiramente importante ao outro.
5	Forte	A experiência e o julgamento favorecem fortemente o elemento em relação ao outro.
7	Muito Forte	O elemento comparado é muito mais forte em relação ao outro, e tal importância pode ser observada na prática.
9	Absoluta	O elemento comparado apresenta o mais alto nível de evidência possível a seu favor.
2,4,6,8	Valores intermediários entre dois julgamentos, utilizados quando o decisor sentir dificuldade ao escolher entre dois graus de importância adjacentes.	

Fonte: Elaborado a partir de Saaty (1990)

Essa análise deve ser feita para cada nível da hierarquia, de forma que os subcritérios existentes para cada um dos critérios considerados também

devem passar pela mesma forma de comparação, com a mesma escala de valores.

- c. *Prioridade relativa de cada critério*: para obter a prioridade relativa de cada critério é necessário:
 - i. Normalizar os valores da matriz de comparações: o objetivo é igualar todos os critérios com base em uma mesma unidade.
 - ii. Obter o vetor de prioridades: o objetivo é identificar a ordem de importância de cada critério.

Em suma, ao final deste processo obtêm-se a relação de relevância entre os critérios, ou seja, cada critério é caracterizado por um grau de importância. Isso possibilita a comparação de diferentes elementos, sob diferentes perspectivas. Portanto, a partir disso, e da caracterização dos elementos alvos da comparação, é possível montar uma ou mais matrizes de decisão.

5.3.2. MATRIZ DE DECISÃO

A Matriz de Decisão é uma ferramenta de apoio à decisão que permite uma análise que considera todos os aspectos relevantes. É uma ferramenta simples, porém com certo índice de subjetividade, dado que a definição dos pesos é feita de uma maneira qualitativa. Quando estabelecida e normalizada, representa o desempenho relativo das alternativas, com base nos critérios e pesos estabelecidos (KROHLING & SOUZA, 2011).

Para montar a Matriz de Decisão, deve-se:

- a. Listar os critérios que vão fundamentar a escolha;
- b. Listar as diversas alternativas, dentre as quais se necessita fazer a escolha;
- c. Estabelecer uma escala de avaliação e, caso necessário, atribuir pesos para cada critério (no caso desse trabalho, a definição de pesos será feita através do método AHP).
- d. Construir uma tabela cruzando esses dados;
- e. Normalizar os dados.

6. METODOLOGIA ADOTADA NA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA A DELEGACIAS EM DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Para a avaliação e comparação da acessibilidade em distritos, faz-se necessária a caracterização da demanda e da oferta do tipo de equipamento estudado, a partir de métodos que medem estes parâmetros, considerando diversos critérios, qualitativos e quantitativos, para cada distrito do Município de São Paulo.

Para isso, é necessário inicialmente a determinação e o mapeamento de todos os distritos de São Paulo. Com isso, pode-se definir os coeficientes representativos da oferta e da demanda de cada distrito. A partir desses coeficientes, será atribuído o delta (Δ), como demonstrado na Equação 1:

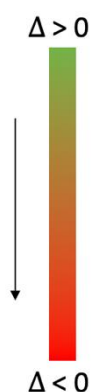
$$\text{Oferta} - \text{Demanda} = \Delta \quad (1)$$

Esse método não é baseado em um número definido da capacidade que uma delegacia tem para resolver os casos de violência. Para utilizá-lo, partiremos da premissa que as delegacias que as mulheres conseguem acessar, são capazes de resolver o seu caso e não estão sobrecarregadas. Por isso, será um método importante a título de comparação de um distrito com o outro.

Entende-se que o distrito mais crítico será aquele no qual for mais escasso o oferecimento do serviço para a quantidade de casos de violência contra a mulher que incide na região. Ou seja, os menores valores representam os casos mais críticos de São Paulo, e conseqüentemente, os maiores valores representam a melhor proporção oferta e demanda de São Paulo.

A escala do delta pode ser compreendida a partir da imagem ilustrativa da Figura 4.

Figura 4 - Escala demonstrativa.



Fonte: Autoria Própria

Assim, a primeira etapa de aplicação da metodologia consiste em quantificar e caracterizar a demanda por delegacias e medir a oferta deste equipamento considerando a acessibilidade a ele.

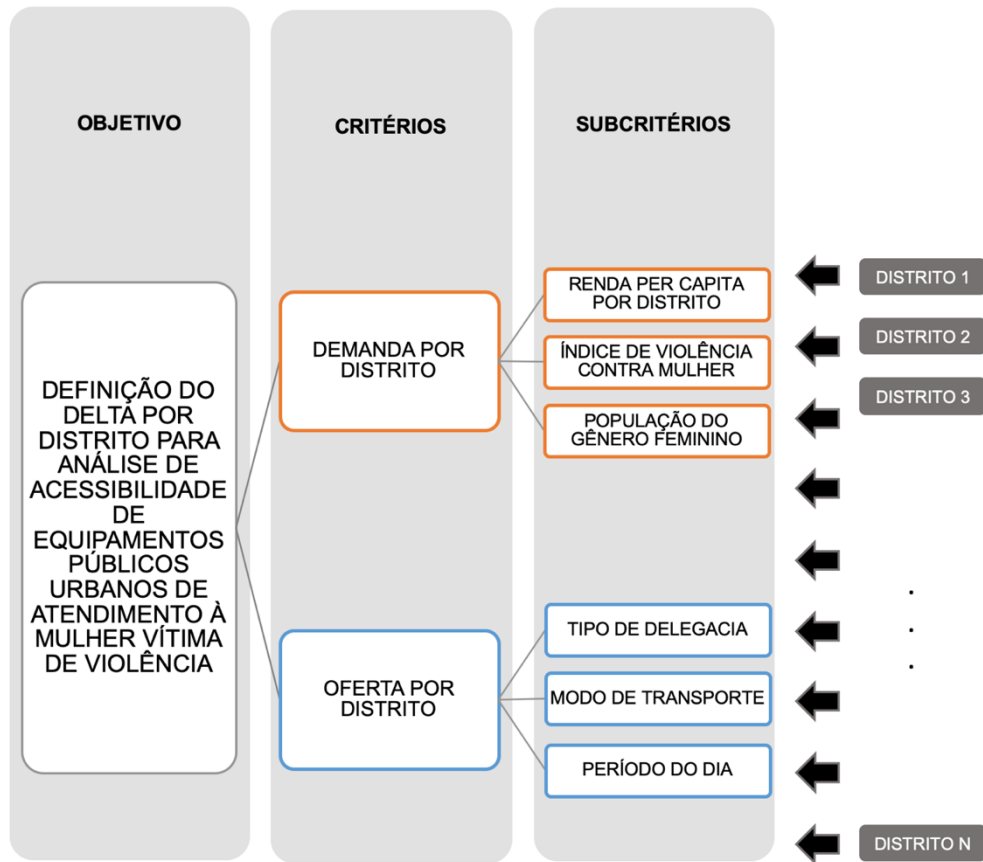
A demanda foi quantificada pela estimativa da população do gênero feminino e pelo índice de violência contra a mulher em cada distrito⁷, pois se relaciona ao indivíduo e à sua atitude de procurar o poder público. A demanda também foi caracterizada pela renda, devido à influência do fator econômico sobre o gasto com deslocamentos.

A oferta, por sua vez, foi medida por meio do método cumulativo, para diferentes horários do dia considerando o período de funcionamento de delegacias e para diferentes modais de transporte e para destinos finais especializados ou não, respeitando as oportunidades de escolha da mulher vítima de violência.

O fluxograma a seguir foi desenvolvido para melhor entendimento da metodologia com base na hierarquização do problema, proposto pelo método AHP:

⁷ O índice de violência da mulher utilizado foi desenvolvido a partir de uma adaptação através da Pesquisa Origem e Destino de 2018 e dos dados do Mapa de Desigualdade de 2018 da Rede Nossa São Paulo, que será demonstrado em ÍNDICE DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER (página 48).

Figura 5 - Fluxograma representativo da Metodologia.



Fonte: Autoria Própria

6.1. MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA DEMANDA

Para definição da demanda, os subcritérios adotados foram:

- a. Renda;
- b. Índice de violência contra a mulher;
- c. População do gênero feminino.

O primeiro valor relaciona-se à renda. Como exposto anteriormente, fazer uma denúncia demanda um custo, tornando isso um empecilho no momento de entrar na rede protetiva. Quanto menor a renda de uma mulher, maior é o impacto do custo de deslocamento sobre sua renda. Com isso, os distritos que têm a renda mais baixa demandam maior oferta de equipamentos públicos, visando à redução dos custos de deslocamento, que envolvem o valor financeiro e o tempo gasto no transporte.

O segundo dimensiona diretamente a violência a mulheres de cada distrito. Isso é, com base em quantas notificações chegam, pode-se assumir que o distrito tem, proporcionalmente, um maior índice de violência à mulher.

Embora o segundo dado nos diga, comparativamente, qual o distrito mais violento, isso não significa que este tem a maior demanda absoluta entre os distritos. Por isso, é necessário ponderar a quantidade de mulheres no distrito. Dado que o segundo fator é proporcional, o terceiro torna-o absoluto. Assim, um distrito com mais mulheres precisa de mais equipamentos públicos para ajudá-las em casos de violência.

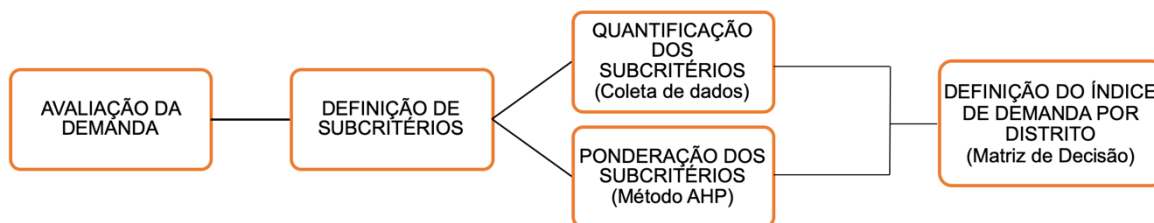
É importante ressaltar que para os três subcritérios serem comparáveis eles devem usar o mesmo ano base, e preferencialmente, vir de uma mesma base de dados. Por isso, as bases utilizadas para a quantificação dos critérios de demanda serão a Pesquisa Origem e Destino de 2017, publicada em 2019, e o Mapa da Desigualdade de 2018, da Rede Nossa São Paulo. Ambas as fontes, referem-se a pesquisas realizadas em 2017.

A Pesquisa Origem e Destino é uma investigação sobre o padrão de viagens que as pessoas fazem diariamente numa região. Para conhecer melhor como as viagens diárias acontecem no município e na região, estas são vistas sob a ótica de outras informações, como a renda, a idade, o gênero, a escolaridade, os locais de residência, trabalho e escola, ou seja, os chamados "dados socioeconômicos da população" são também pesquisados (SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS, 2019).

Paralelamente à medida dos subcritérios, definem-se índices e pesos para cada um deles por meio do método AHP, possibilitando, ao final, a construção de uma matriz de decisão que hierarquiza os distritos de acordo com os graus de demanda calculados. Ou seja, atribui-se um índice que representa a demanda de cada distrito.

A metodologia da definição da demanda pode ser resumida conforme Figura 6:

Figura 6 - Fluxograma demonstrativo da metodologia para avaliação da demanda.



Fonte: Autoria Própria

6.2. MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA OFERTA

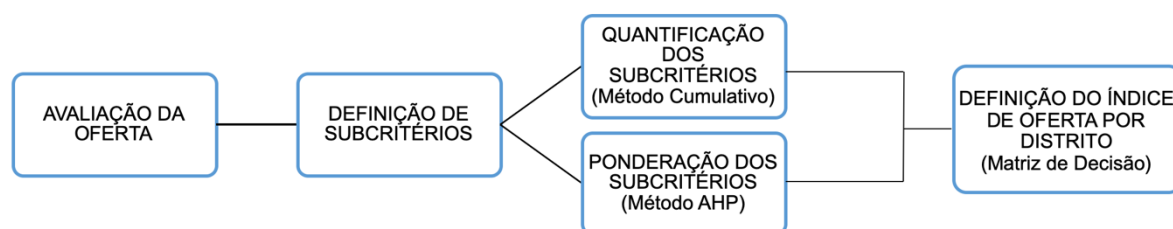
Como o objetivo desta etapa do trabalho era identificar a região de acessibilidade mais crítica em relação ao principal equipamento de atendimento à mulher vítima de violência – a delegacia –, para determinação dos índices de oferta de cada distrito, optou-se pelo método cumulativo devido a sua indicação em casos de tomada de decisões. Os subcritérios adotados para a aplicação do método e, conseqüentemente, quantificação da acessibilidade, conforme colocado anteriormente, foram:

- a. Tipo de delegacias;
- b. Modo de transporte;
- c. Período do dia.

Paralelamente à identificação subcritérios, definiram-se índices e pesos para cada um deles. Utilizando-se do método AHP, foi construída uma matriz de decisão que hierarquiza os distritos de acordo com os graus de oferta calculados. Ou seja, atribui-se um índice que representa a oferta de cada distrito.

A metodologia da definição da oferta pode ser resumida da seguinte forma através da Figura 7:

Figura 7 - Fluxograma demonstrativo da metodologia para avaliação da oferta.

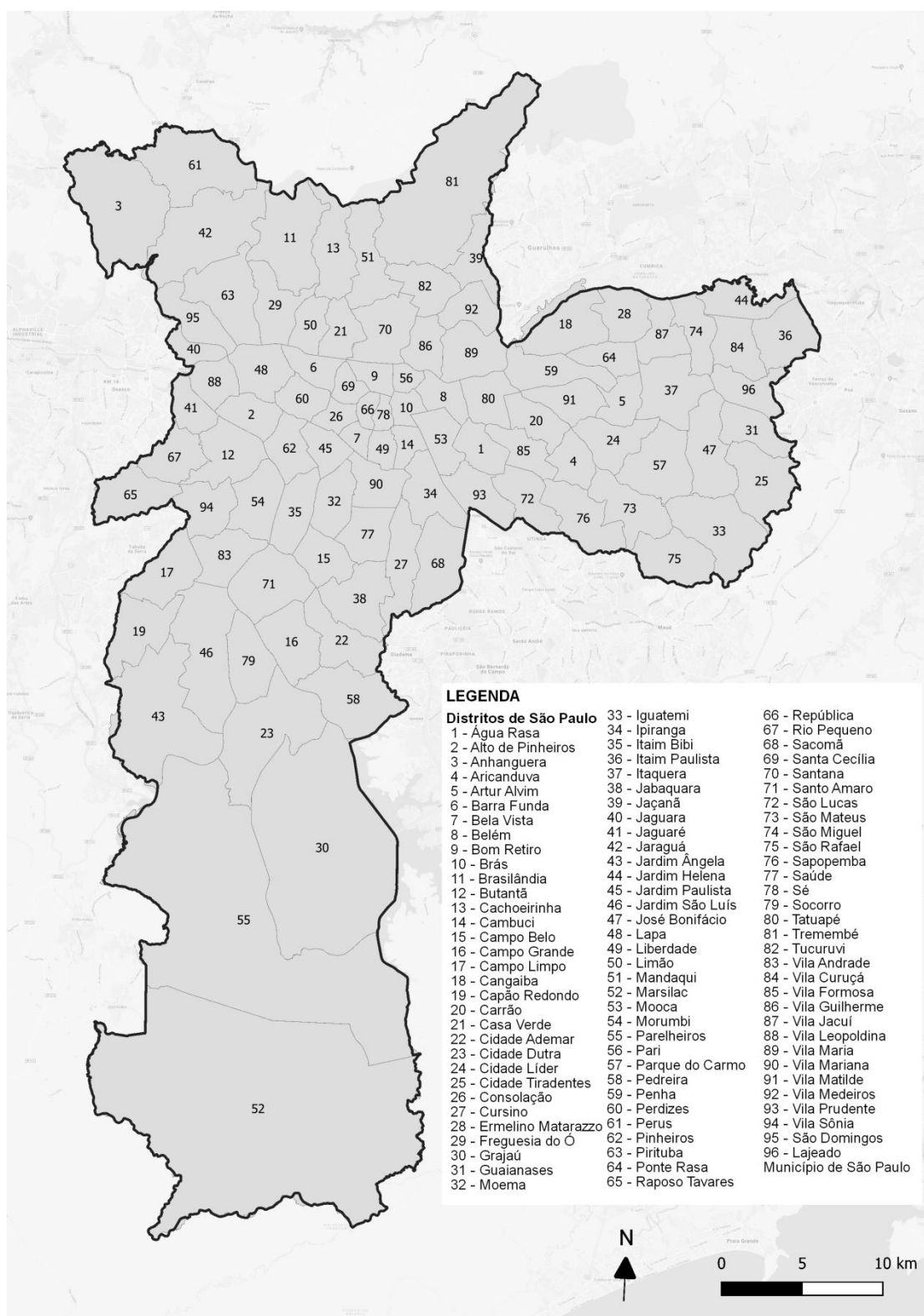


Fonte: Autoria Própria

7. DETERMINAÇÃO DOS DISTRITOS A SEREM ANALISADOS

A avaliação da oferta e da demanda foi feita para cada distrito do Município de São Paulo. Há 96 distritos no município, cujas divisões administrativas estão ilustradas na Figura 8, que estabelece a correspondência entre o nome e a localização de cada distrito.

Figura 8 - Distritos do Município de São Paulo



Fonte: Autoria Própria

8. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DOS SUBCRITÉRIOS DA DEMANDA POR DISTRITO

8.1. RENDA

A renda da população alvo deste estudo foi estimada por meio da renda per capita por distrito do município de São Paulo, uma vez que não foram encontrados dados específicos da renda de mulheres.

Os dados utilizados para a quantificação da renda da população são, assim como outros dados da demanda, da Pesquisa Origem e Destino de 2017 (SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS, 2019) e estão disponibilizados por Zona Origem Destino (Zona OD), as quais respeitam os limites distritais.

A partir desses dados, a renda média per capita do distrito foi calculada pela soma da renda total de todas as Zonas ODs que compõem o distrito, dividida pela população total do distrito. Vale ressaltar que esse método só é possível dado que os limites das Zonas ODs correspondem aos limites dos distritos.

Essa explicação pode ser resumida pela Equação 2:

$$\text{Renda per capita por distrito} = \frac{\sum_{i=1}^n (p_i \times x_i)}{\sum_{i=1}^n p_i} \quad (2)$$

onde,

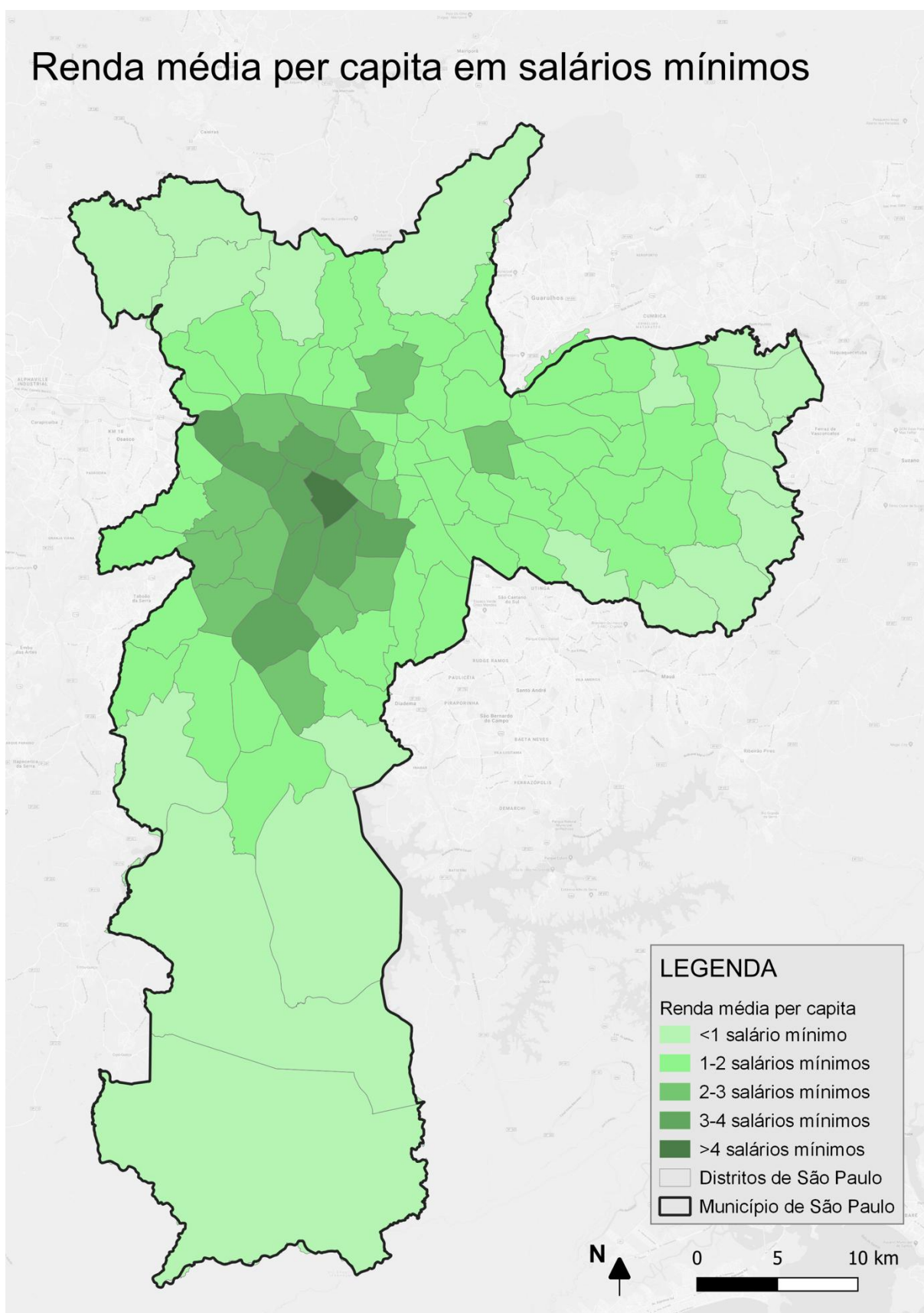
i = índice de cada Zona OD dentro de um distrito

p = população

x = renda per capita

Com isso, foi elaborado no software QGIS o mapa Figura 9 que caracteriza a demanda estudada neste trabalho, por meio da renda per capita média de cada distrito. Neste mapa, os valores de renda estão indicados em salários mínimos, considerando que em 2017 – data da Pesquisa Origem e Destino utilizada como referência – o salário mínimo correspondia a R\$ 917,00. Assim, os valores indicados nos intervalos de renda correspondem a múltiplos de R\$ 917,00. Além disso, vale ressaltar que a renda média per capita por distrito é menor em áreas periféricas do município e sofre aumento à medida que se aproxima do centro.

Figura 9 - Mapa de Renda per capita por distrito em São Paulo.



Fonte: Autoria Própria, com base em dados de Pesquisa Origem e Destino 2017

8.2. ÍNDICE DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Para comparar a desigualdade nos distritos do município de São Paulo, a Rede Nossa São Paulo (2018) desenvolveu um sistema de métricas de avaliação.

Dentre elas, há um indicador relacionado à violência contra a mulher, que é especialmente aderente ao presente objeto de estudo. Neste caso, o indicador por distrito quantifica o número de notificações de agressão a mulheres de 20 a 59 anos a cada 10 mil mulheres nesta faixa etária, a partir dos dados de 2017 do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) NET - Violência, 2017 e Censo Demográfico 2010. Portanto, o indicador da Rede Nossa São Paulo é calculado a partir da Equação 3:

$$\text{Indicador Rede Nossa São Paulo} = \frac{A}{B} \times 10000 \quad (3)$$

onde,

A = Número de notificação de agressão a mulheres de 20 a 59 anos

B = População feminina na faixa etária de 20 a 59 anos

Com isso, é possível medir a diferença de violência por distrito, já ponderada de acordo com a população feminina da região. Os dados do Quadro 2 mostram resultados do indicador de agressão a mulheres, por distrito de São Paulo, obtidos pela Rede São Paulo (2018).

Quadro 2 - Indicador de número de notificações de agressão a mulheres de 20 a 59 anos, no ano base de 2017, a cada 10 mil mulheres nesta faixa etária por distrito de São Paulo.

DISTRITO	INDICADOR	DISTRITO	INDICADOR	DISTRITO	INDICADOR
Jardim Paulista	0,55	Vila Leopoldina	8,16	Itaquera	19,95
Cambuci	0,81	Itaim Bibi	8,25	Vila Jacuí	20,40
Moema	1,06	Parque do Carmo	8,30	Vila Matilde	20,69
Consolação	1,58	Aricanduva	8,36	Belém	21,08
Vila Mariana	2,14	Sé	8,44	Cidade Tiradentes	22,98
Jaguarié	2,50	Alto de Pinheiros	8,61	Pari	23,97
Liberdade	3,02	José Bonifácio	9,12	Ponte Rasa	24,19
Santo Amaro	3,15	Tremembé	9,21	Anhangüera	25,07
Perdizes	3,32	Iguatemi	9,64	Pirituba	25,14
Tucuruvi	3,35	Rio Pequeno	10,09	Cursino	25,38
Moóca	3,73	Jaguara	10,22	São Domingos	25,58
Casa Verde	3,79	Tatuapé	10,68	Lajeado	26,59
Cachoeirinha	3,80	Jaraguá	10,81	Cangaíba	26,60
Saúde	4,29	Lapa	10,87	Sacomã	28,26
República	4,30	Vila Andrade	11,43	Jabaquara	28,87
São Lucas	4,32	Vila Medeiros	11,56	Jaçanã	28,95
Água Rasa	4,36	Vila Maria	11,64	Ermelino Matarazzo	29,31
São Rafael	4,69	Freguesia do Ó	11,87	Brás	32,08
Pinheiros	4,80	Vila Guilherme	12,36	Cidade Ademar	33,26
Limão	4,92	Santa Cecília	12,46	Capão Redondo	35,64
Morumbi	5,00	Cidade Dutra	13,42	Vila Curuçá	36,76
Campo Grande	5,34	Brasilândia	14,13	Barra Funda	36,77
Butantã	5,37	Artur Alvim	16,11	Guaianases	37,42
Vila Sônia	5,42	Penha	16,16	Grajaú	38,12
Ipiranga	5,54	Cidade Líder	16,17	Marsilac	42,18
Bela Vista	5,59	Carrão	16,67	São Miguel	45,71
Vila Prudente	5,62	Sapopemba	17,12	Perus	50,14
Socorro	6,28	Pedreira	17,34	Jardim Helena	50,52
Mandaqui	6,38	Bom Retiro	17,82	Parelheiros	62,29
Campo Belo	7,17	Raposo Tavares	18,77	Jardim Ângela	67,03
Vila Formosa	7,31	São Mateus	19,13	Itaim Paulista	68,59
Santana	7,34	Campo Limpo	19,37	Jardim São Luís	100,07

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018.

Para compreensão desse indicador e sua importância nesse trabalho, deve-se destacar que a fonte utilizada para quantificar o número de notificação de agressão a mulheres foi o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no ano de 2017. Para ponderar esse fator em relação a população feminina foram utilizados os dados da Pesquisa Origem e Destino 2017.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 4, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO V, CAPÍTULO I), mas é facultado a Estados e municípios incluir outros problemas de saúde

importantes em sua região. (BRASIL, 2019). Por esse indicador ter como fonte de dados o sistema de saúde, ele torna-se particularmente relevante para esse trabalho, devido à relação próxima de serviços de atendimento à violência doméstica com os próprios serviços de saúde.

A ponderação, realizada pela Rede Nossa São Paulo (2018), com base nos dados IBGE do Censo Demográfico de 2010, evidencia dois problemas relevantes nesse indicador para esse trabalho: a ponderação não está no mesmo ano base do número de notificação de agressão de mulheres (2017) e a fonte de dados de população é diferente da base utilizada no restante deste trabalho, a Pesquisa Origem e Destino de 2017.

Para solucionar isso, o indicador foi refeito e ponderado com os dados da população feminina a partir da Pesquisa Origem e Destino de 2017 através da Equação 4:

$$\text{Novo indicador} = \frac{C \times D}{E} \quad (4)$$

onde,

C = Indicador da Rede Nossa São Paulo

D = População feminina na faixa etária de 20 a 59 anos, Censo de 2010

B = População feminina, Pesquisa Origem e Destino de 2017

O quadro 3 evidencia os números relevantes dessa equação por distrito, assim como os número do novo indicador de violência contra mulheres, utilizando dados da Pesquisa Origem-Destino de 2017, e que será utilizado nesse trabalho.

Quadro 3 - Cálculo e resultado do novo indicador de violência contra mulheres

DISTRITOS	Indicador Rede Nossa São Paulo	Pop.fem.na faixa etária de 20 a 59 anos, Censo de 2010	Pop.fem., Pesquisa Origem e Destino de 2017	Novo indicador de violência contra mulheres
Água Rasa	4,36	26711	30821	3,78
Alto de Pinheiros	8,61	14054	14194	8,52
Ananguera	25,07	20182	52495	9,64
Aricanduva	8,36	27679	40861	5,66
Artur Alvim	16,11	33560	72350	7,47
Barra Funda	36,77	4792	16427	10,73
Bela Vista	5,59	24105	40347	3,34
Belém	21,08	13835	37725	7,73

DISTRITOS	Indicador Rede Nossa São Paulo	Pop.fem.na faixa etária de 20 a 59 anos, Censo de 2010	Pop.fem., Pesquisa Origem e Destino de 2017	Novo indicador de violência contra mulheres
Bom Retiro	17,82	10548	10885	17,27
Brás	32,08	9297	26484	11,26
Brasilândia	14,13	79768	174809	6,45
Butantã	5,37	17724	31916	2,98
Cachoeirinha	3,8	44600	89180	1,90
Cambuci	0,81	12009	23128	0,42
Campo Belo	7,17	21336	65280	2,34
Campo Grande	5,34	33608	74229	2,42
Campo Limpo	19,37	67320	105638	12,34
Cangaíba	26,6	43334	46535	24,77
Capão Redondo	35,64	84960	139165	21,76
Carrão	16,67	26186	38768	11,26
Casa Verde	3,79	27207	29856	3,45
Cidade Ademar	33,26	84412	135722	20,69
Cidade Dutra	13,42	62174	126805	6,58
Cidade Líder	16,17	39820	64853	9,93
Cidade Tiradentes	22,98	64166	61082	24,14
Consolação	1,58	19748	41627	0,75
Cursino	25,38	35305	60552	14,80
Ermelino Matarazzo	29,31	35723	86740	12,07
Freguesia do Ó	11,87	45724	43323	12,53
Grajaú	38,12	109878	170170	24,61
Guaianases	37,42	31412	51682	22,74
Iguatemi	9,64	38101	92144	3,99
Ipiranga	5,54	34140	72942	2,59
Itaim Bibi	8,25	31798	44996	5,83
Itaim Paulista	68,59	68160	90039	51,92
Itaquera	19,95	63678	102765	12,36
Jabaquara	28,87	72904	116091	18,13
Jaçanã	28,95	29066	70415	11,95
Jaguara	10,22	7739	12646	6,25
Jaguaré	2,5	15624	17029	2,29
Jaraguá	10,81	57589	137719	4,52
Jardim Ângela	67,03	89198	140281	42,62
Jardim Helena	50,52	40211	58662	34,63
Jardim Paulista	0,55	30832	51873	0,33
Jardim São Luís	100,07	85084	172161	49,46
José Bonifácio	9,12	39551	77899	4,63
Lajeado	26,59	48867	120273	10,80
Lapa	10,87	20992	36960	6,17

DISTRITOS	Indicador Rede Nossa São Paulo	Pop.fem.na faixa etária de 20 a 59 anos, Censo de 2010	Pop.fem., Pesquisa Origem e Destino de 2017	Novo indicador de violência contra mulheres
Liberdade	3,02	23787	33020	2,18
Limão	4,92	25567	76833	1,64
Mandaqui	6,38	34909	21904	10,17
Marsilac	42,18	2194	19608	4,72
Moema	1,06	29156	57856	0,53
Mooca	3,73	23878	45748	1,95
Morumbi	5	15413	60012	1,28
Parelheiros	62,29	38258	82389	28,92
Pari	23,97	5123	9234	13,30
Parque do Carmo	8,3	21051	29540	5,91
Pedreira	17,34	44585	59713	12,95
Penha	16,16	40357	78059	8,35
Perdizes	3,32	37983	53615	2,35
Perus	50,14	24017	42990	28,01
Pinheiros	4,8	22337	34668	3,09
Pirituba	25,14	53633	49585	27,19
Ponte Rasa	24,19	29631	35805	20,02
Raposo Tavares	18,77	32394	49225	12,35
República	4,3	18499	29595	2,69
Rio Pequeno	10,09	38216	57627	6,69
Sacomã	28,26	79383	111159	20,18
Santa Cecília	12,46	28461	28527	12,43
Santana	7,34	40372	78782	3,76
Santo Amaro	3,15	22649	61459	1,16
São Domingos	25,58	26664	31746	21,49
São Lucas	4,32	44656	82325	2,34
São Mateus	19,13	47949	53049	17,29
São Miguel	45,71	28178	82160	15,68
São Rafael	4,69	42406	50373	3,95
Sapopemba	17,12	87920	166899	9,02
Saúde	4,29	44259	62166	3,05
Sé	8,44	7838	23545	2,81
Socorro	6,28	12040	25402	2,98
Tatuapé	10,68	29959	51540	6,21
Tremembé	9,21	60443	118785	4,69
Tucuruvi	3,35	31726	48795	2,18
Vila Andrade	11,43	39804	74464	6,11
Vila Curuçá	36,76	44825	73361	22,46
Vila Formosa	7,31	29621	58465	3,70
Vila Guilherme	12,36	17215	22495	9,46

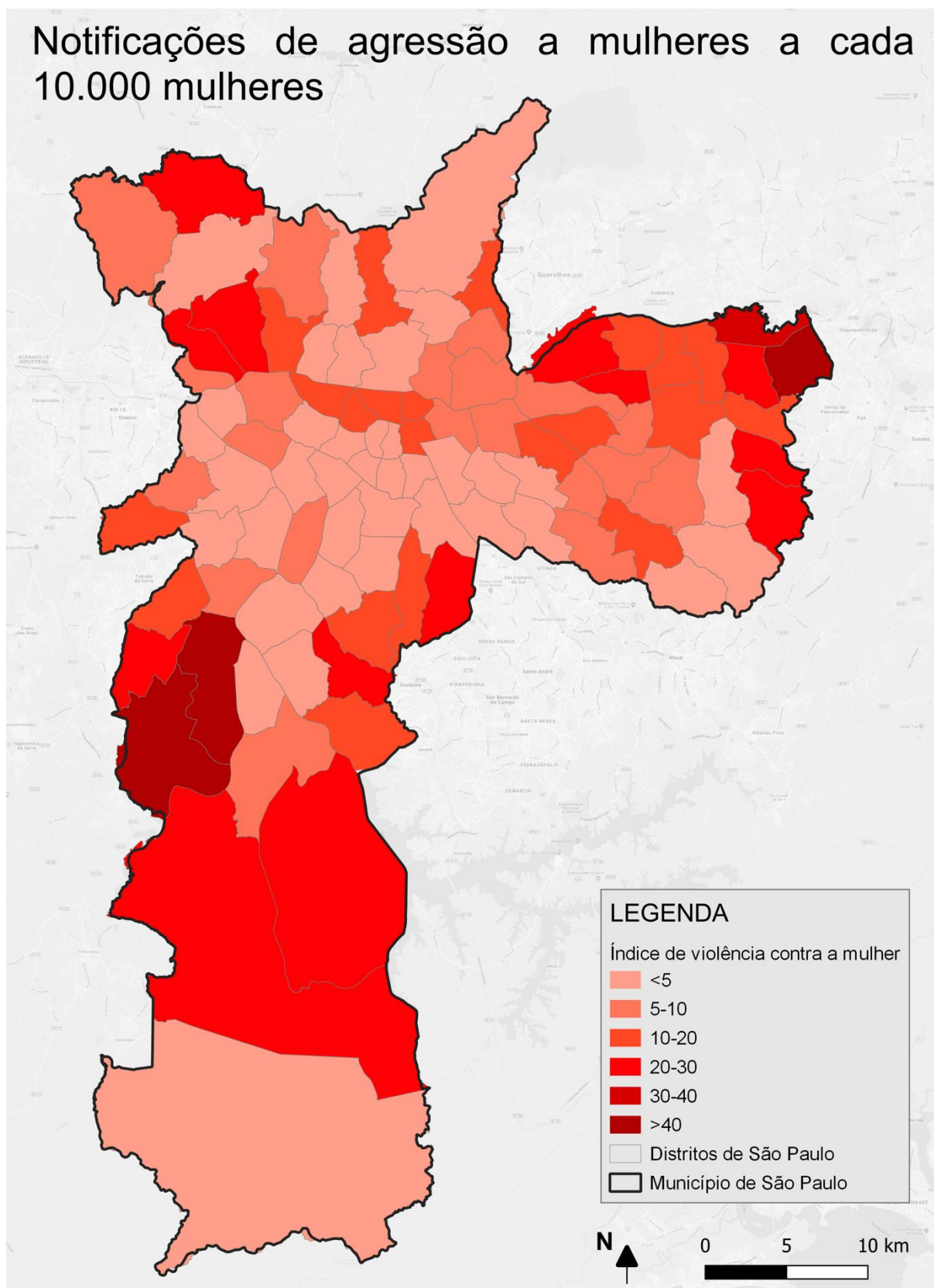
DISTRITOS	Indicador Rede Nossa São Paulo	Pop.fem.na faixa etária de 20 a 59 anos, Censo de 2010	Pop.fem., Pesquisa Origem e Destino de 2017	Novo indicador de violência contra mulheres
Vila Jacuí	20,4	44050	84966	10,58
Vila Leopoldina	8,16	12573	87009	1,18
Vila Maria	11,64	34774	61773	6,55
Vila Mariana	2,14	45159	80114	1,21
Vila Matilde	20,69	33077	60969	11,22
Vila Medeiros	11,56	40491	62816	7,45
Vila Prudente	5,62	32923	68488	2,70
Vila Sônia	5,42	35021	75386	2,52

Fonte: Autoria Própria

Em geral, os indicadores do Mapa de Desigualdade de 2018 da Rede Nossa São Paulo são menores do que o novo indicador calculado neste trabalho por meio de uma adaptação com base na Pesquisa Origem e Destino 2017. Isso ocorre porque os indicadores são indiretamente proporcionais a população feminina e o primeiro indicador, da Rede Nossa São Paulo, é calculado a partir de uma população menor - a população feminina na faixa etária de 20 a 59 anos estimada pelo Censo Demográfico de 2010 - enquanto o segundo é calculado com base em uma população maior - a população feminina total dos distritos levantada pela Pesquisa Origem e Destino 2017. Ou seja, é provável que na maioria dos distritos tenha ocorrido o crescimento da população entre os anos de 2010 e 2017, e além desse crescimento, o recorte de idades não é o mesmo para os indicadores.

A partir disso, foi elaborado no software QGIS o mapa da Figura 10 que quantifica a demanda estudada neste trabalho por meio do indicador de violência de cada distrito. Neste mapa, os índices menores obtidos representam cenários menos violentos para mulheres, uma vez que os valores indicam números de notificações de agressões proporcionais à população feminina e por isso estas áreas estão indicadas em cores mais claras. Os distritos coloridos com tons mais escuros apresentam percentualmente maior número de agressões notificadas e, portanto, situações de maior violência de gênero.

Figura 10 - Mapa de indicador de número de notificações de agressão a mulheres de 20 a 59 anos a cada 10 mil mulheres nesta faixa etária por distrito de São Paulo.



Fonte: Autoria Própria, com base em dados de Pesquisa Origem e Destino 2017 e dos dados da Rede Nossa São Paulo

8.3. POPULAÇÃO

Dentro da problemática do trabalho, a população que potencialmente procura e utiliza a delegacia comum e da mulher para o momento da denúncia da violência corresponde à população de mulheres do distrito. Os dados utilizados para a quantificação da população são, novamente, da mesma fonte de todos os outros dados da demanda, da Pesquisa Origem e Destino 2017 (SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS, 2019) e estão disponibilizados por Zona OD, as quais respeitam os limites distritais.

Para determinar a população feminina do distrito, foi necessário realizar a somatória da população feminina de cada Zona OD de um distrito, conforme indicado na Equação 5:

$$\text{População feminina por distrito} = \sum_{i=1}^n p_i$$

(5)

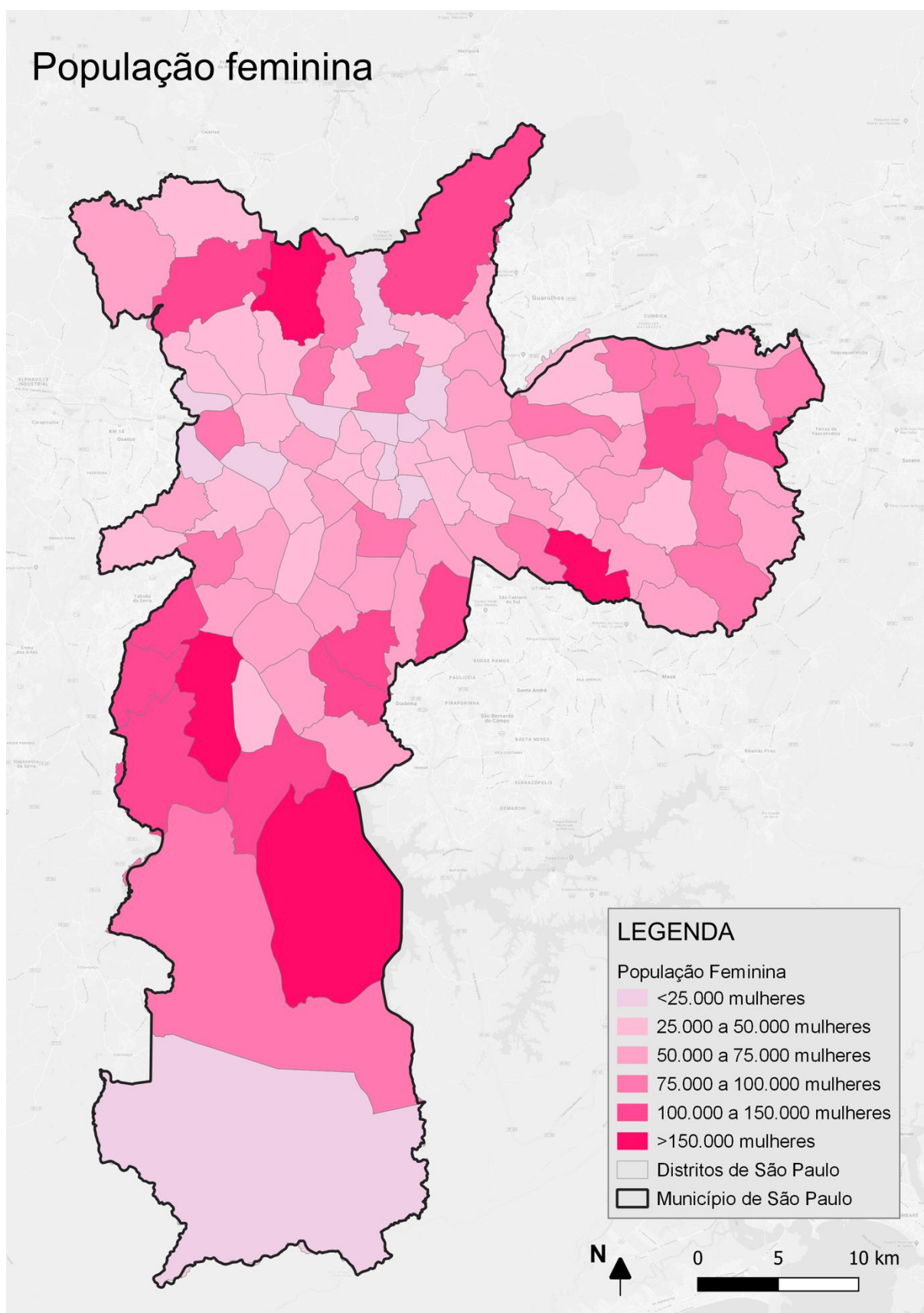
onde,

i = índice de cada Zona OD dentro de um distrito

p = população feminina

Com os dados da população feminina por distrito foi feito a elaboração no software QGIS do mapa da Figura 11 que mede a demanda estudada neste trabalho por meio da população absoluta de mulheres em cada distrito. Ou seja, este mapa avalia a quantidade de mulheres residentes em cada um dos 96 distritos do município de São Paulo.

Figura 11 - Mapa da população de mulheres por distrito de São Paulo.



Fonte: Autoria Própria, com base em dados de Pesquisa Origem e Destino 2017

9. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DOS SUBCRITÉRIOS DA OFERTA POR DISTRITOS

Conforme explicado anteriormente, a oferta será quantificada pelo método cumulativo. Seguem abaixo as operações matemáticas que descrevem os procedimentos realizados neste método (PÁEZ, ET AL., 2012):

$$A_{ik} = \sum_j W_{jk} f(c_{ij}) \quad (6)$$

$$f(c_{ij}) = \begin{cases} 0, & \text{se } c_{ij} > \gamma \\ 1, & \text{se } c_{ij} \leq \gamma \end{cases} \quad (7)$$

onde,

A_{ik} = acessibilidade da origem i para oportunidades do tipo k ;
 W_{jk} = número de oportunidade do tipo k na localização j ;
 c_{ij} = custo generalizado de deslocamento entre i e j ;
 γ = limite de tempo ou distância adotado para delimitar a área de serviço.

Dessa forma, por um lado a Equação 7 garante a anulação de oportunidades disponíveis para tempos ou distâncias superiores ao limite, ao zerar a função de custo generalizado, e simultaneamente possibilita a contabilização de oportunidades disponíveis dentro do limite, ao determinar que neste caso a função do custo é um. Por outro lado, a Equação 7 é responsável pela soma de todas as oportunidades oferecidas dentro das condições da Equação 6.

Em suma, observa-se, pelas operações matemáticas, que a acessibilidade de uma região será melhor quanto maior for o número de oportunidades atribuído a ela.

9.1. PARÂMETROS DO MÉTODO CUMULATIVO

9.1.1. DIVISÃO TERRITORIAL

O objetivo deste estudo é justamente a identificação de uma região crítica para prosseguimento do trabalho visando à elaboração de estratégias urbanísticas. Neste cenário, o recorte territorial definido para o desenvolvimento de futuras estratégias para a melhoria das condições de acessibilidade urbana é o de distritos. Assim, o

diagnóstico - em acordo com o propósito final do trabalho - foi realizado a partir da divisão do município de São Paulo em distritos.

9.1.2. PONTO DE ORIGEM

Os centroides dos polígonos que representam os distritos de São Paulo foram adotados como ponto de origem dos deslocamentos. Segundo Correia, et al., (1996)

Ocorre, com certa frequência, a necessidade de se definir o centro de uma dada região, que pode estar vinculada a uma certa parte da superfície terrestre [...] Este centro contém, como propriedade geográfica, o fato de minimizar os maiores deslocamentos até qualquer ponto da superfície considerada. (CORREIA, ET AL., 1996)

E os autores ainda afirmam que:

O Centroide pode ser visto como o centro geométrico [...] Ele é muito utilizado nos Sistemas de Informação Geográfica (Análise Topológica), ocasião em que é determinado geralmente no plano, absorvendo as distorções, inerentes à projeção cartográfica utilizada. (CORREIA, ET AL., 1996)

Portanto, com o objetivo de analisar deslocamentos médios e representativos de cada uma das regiões, o centro geométrico foi adotado, com base nas referências citadas.

9.1.3. FATOR LIMITANTE

Para o estabelecimento de um limite de tempo ou distância representativo do quanto longe é razoável a mulher vítima de violência se deslocar para buscar atendimento, não foram encontrados dados específicos de viagens cujas finalidades correspondem a equipamentos de segurança. Então, foram consultados dados de viagens não discriminados por motivos, da Pesquisa Origem Destino 2017 e do Sistema de Informações da Mobilidade Urbana, em âmbito nacional.

Nas pesquisas foram estimados os tempos médios por modo de transporte principal, considerando o modo principal aquele, entre todos os modos de transporte empregados em uma viagem, quando usados mais de um modo, no qual a pessoa gastou a maior parte do tempo. A Pesquisa Origem e Destino 2017 refere-se à Região Metropolitana de São Paulo e ao município de São Paulo e o Sistema de Informações da Mobilidade Urbana refere-se às cidades brasileiras com mais de 60 mil habitantes – totalizando um sistema de informações composto por 533 municípios, que inclui São Paulo.

Os valores indicados na Tabela 2 da Pesquisa de Origem e Destino 2017, representam o intervalo médio gasto em deslocamentos cujos modos principais são o transporte coletivo, individual e a pé. São considerados modos coletivos: metrô, trem, ônibus, transporte fretado e transporte escolar; modo individual: automóvel, táxi, motocicleta e outros; e a pé: todas as viagens a pé pelos motivos trabalho e escola, independentemente da distância percorrida e para os demais motivos, quando a distância da viagem a pé foi superior a 500 metros. E os dados da Tabela 3 são do Plano de Mobilidade Nacional.

Tabela 2 - Tempo Médio de Viagem em minutos por Modo de Transporte.

Tempo Médio de Viagem (minutos) por Tipo			
	Coletivo	Individual	A pé
Total SP	63	29	12
Total RMSP	60	26	12

Fonte: Pesquisa Origem e Destino 2017

Tabela 3 - Resumo dos dados relativos às viagens de 2006.

Tempo Médio de Viagem (minutos) por Modo de Transporte			
	Coletivo	Individual	Não Motorizado
Tempo Médio	44	24	19

Fonte: Associação Nacional de Transportes Públicos (2018).

Como o tempo limite para o modo transporte coletivo observado em São Paulo está muito alto para situações em que o destino é uma delegacia, após o sofrimento de algum tipo de violência, foi adotado para este modo o tempo de 45 minutos, baseado no valor encontrado em âmbito nacional e considerado mais representativo da disposição das vítimas de se deslocar até uma delegacia. Similarmente, foi adotado para deslocamentos a pé o limite de 20 minutos, concordando com o tempo médio observado no Plano de Mobilidade e considerando que o intervalo observado em São Paulo é muito baixo para situações de necessidade, nas quais a caminhada até a delegacia é o único modo gratuito de deslocamento. Os deslocamentos de automóvel, por outro lado, apresentam valores similares em ambas as pesquisas.

Frente a isso, os limites de tempo estimados correspondem a:

- a. limite máximo de 45 minutos para deslocamentos via transporte público;
- b. limite máximo de 20 minutos para deslocamentos a pé.
- c. limite máximo de 30 minutos para deslocamentos de automóvel.

É importante destacar que não foram adotados exatamente valores da média, pois o limite de tempo corresponde a uma aproximação, sendo então mais coerente a utilização de 45, 30 e 20 minutos.

Também é importante ressaltar que apesar do automóvel representar um modo de transporte mais confortável para a vítima do que o transporte público, o tempo de deslocamento adotado para o carro é menor porque a percepção de distância e do quão longe é razoável deslocar-se é totalmente influenciada pelo modo de transporte adotado. Ou seja, os limites estabelecidos levam em consideração que um deslocamento longo de carro parece mais distante do que um deslocamento longo de transporte público.

9.2. SUB CRITÉRIOS DA OFERTA

9.2.1. TIPO DE DELEGACIA

Todas as viagens simuladas neste estudo têm por finalidade o alcance a delegacias, especializadas ou não, que atendam a denúncias de casos de violência contra a mulher. Isso porque, considerando todas as etapas da rede protetiva e os aspectos relacionados à decisão da mulher de denunciar a violência apresentados na contextualização, destaca-se à relevância do primeiro contato com o serviço de segurança.

Assim, foram analisadas duas situações principais distintas:

- a. A mulher vítima de violência dirige-se, por opção sua, a uma delegacia especializada. Ou seja, as oportunidades contabilizadas correspondem exclusivamente a Delegacias de Defesa da Mulher (DDM);
- b. A mulher vítima de violência dirige-se a qualquer delegacia que atenda a sua denúncia. Ou seja, as oportunidades contabilizadas correspondem a Delegacias Gerais e Delegacias de Defesa da Mulher (DDM).

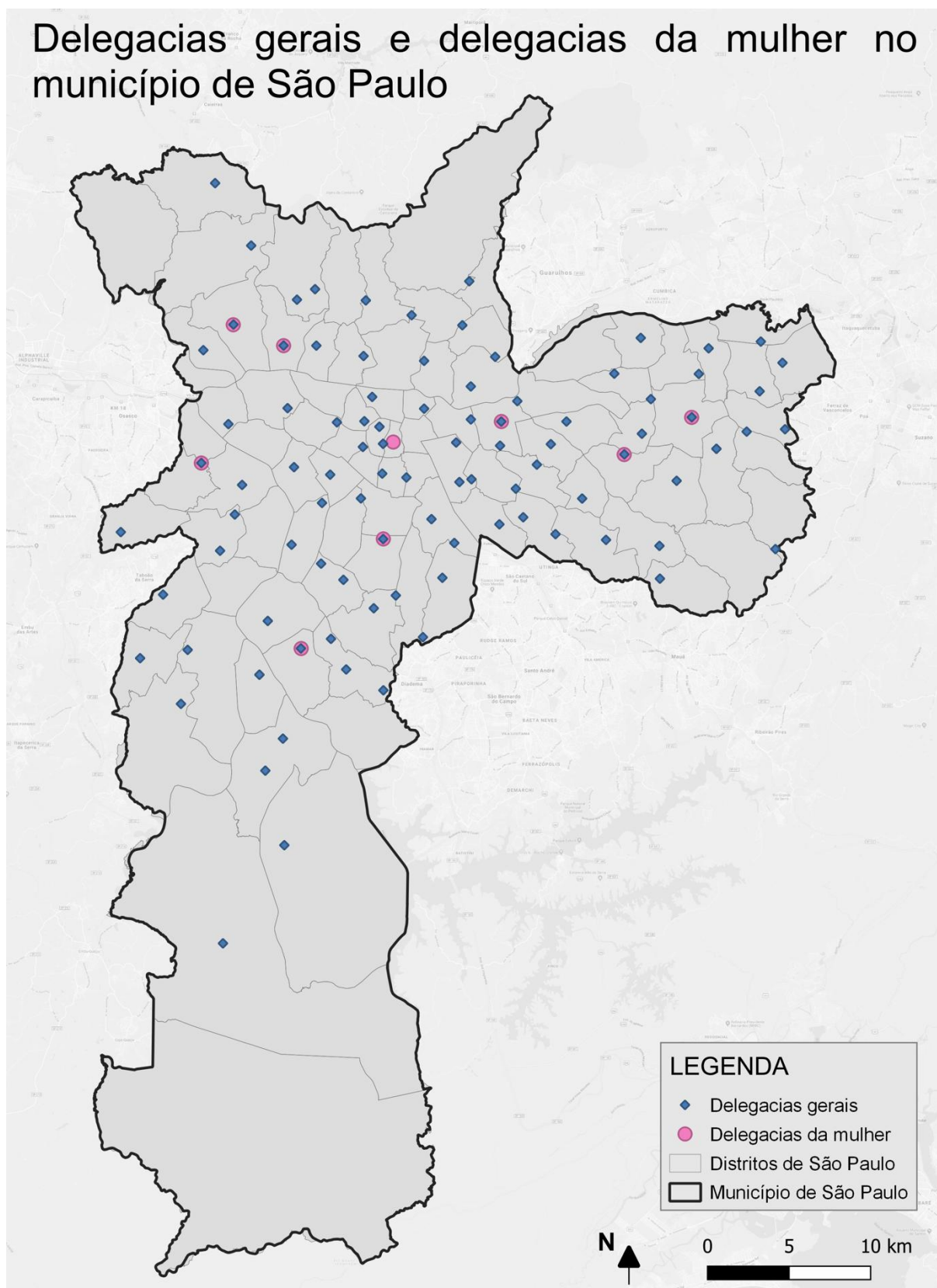
Os dados das delegacias, especialmente a localização e o tipo, foram extraídos do portal da prefeitura de São Paulo, o Geosampa⁸. E considerando o objetivo da análise desenvolvida neste trabalho foram desconsideradas as delegacias especializadas em outros temas que não a segurança da mulher. Ou seja, não foram contabilizadas em nenhuma das situações descritas anteriormente delegacias especializadas de proteção ao idoso e de atendimento ao turista (DEATUR), por exemplo.

Também deve ser enfatizado que as duas situações de análise propostas partem da premissa de que a mulher vítima de violência decide ir à delegacia mais próxima, independentemente da especialização, ou à delegacia especializada mais próxima. Assumiu-se que, em nenhuma hipótese, a vítima deixaria de ir a uma delegacia da mulher mais próxima para ir a uma delegacia geral mais distante.

A definição das situações descritas é fundamental porque a quantidade e a distribuição espacial de delegacias gerais facilitam o acesso a este tipo de equipamento quando comparado às delegacias especializadas. No mapa da Figura 12 que localiza as delegacias gerais e delegacias da mulher no município de São Paulo, é possível observar que as delegacias gerais correspondem a grande maioria dos equipamentos de segurança capazes de atender a mulher vítima de violência. O mapa evidencia inclusive que 8 das 9 delegacias da mulher no município correspondem também a delegacias gerais, ou seja, estes equipamentos dividem o mesmo espaço físico e por isso apresentam a mesma localização.

⁸ Dados extraídos em maio de 2019 que podem sofrer modificação caso a prefeitura adicione, feche ou mude de local o aparelho de infraestrutura.

Figura 12 - Mapa das delegacias gerais e de mulheres em São Paulo.



Fonte: Autoria Própria

9.2.2. MODO DE TRANSPORTE

Além destas situações que diferenciam os deslocamentos por finalidade também foram caracterizados os meios de transporte das viagens analisadas. Para isso, foi consultada, mais uma vez, a Pesquisa Origem e Destino 2017. Assim, a distribuição das viagens por modo principal em 2017, no município de São Paulo a partir da Pesquisa Origem e Destino 2017 está detalhada na Tabela 4. Vemos que mais de 30% dos deslocamentos totais em São Paulo foram realizados a pé, consolidando este modo como a principal modalidade ativa e totalmente gratuita. Dentre os modos motorizados, o transporte coletivo - ônibus, trem e metrô - é o mais utilizado correspondendo a aproximadamente 30% dos deslocamentos e o transporte de carro - automóvel e táxi - corresponde a praticamente 28% (SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS, 2019).

Tabela 4 – Distribuição das viagens por modo principal com dados da Pesquisa Origem Destino de São Paulo de 2017

Modo Principal	2012 (x1.000)	total %
Modos Motorizados	18410	69,33%
Modos Coletivos	10348	38,97%
Ônibus	5710	21,50%
Metrô	2807	10,57%
Trem	561	2,11%
Fretado	99	0,37%
Escolar	1171	4,41%
Modos Individuais	8062	30,36%
Automóvel	7328	27,60%
Táxi	108	0,41%
Moto	595	2,24%
Outros	31	0,12%
Modos Ativos	8140	30,66%
Bicicleta	157	0,59%
A pé	7983	30,06%
Total	26553	100,00%

Fonte: Autoria Própria, com base em dados de Pesquisa Origem e Destino 2017

Esses três meios supracitados correspondem a praticamente 90% na distribuição das viagens por modo principal e serão considerados para o nosso trabalho. Os outros modos têm uma participação irrelevante na distribuição e/ou não são adequados para o deslocamento com a motivação de saúde/segurança, como por exemplo, o transporte escolar. Portanto, serão considerados os seguintes modos de transporte:

- a. A pé. Este modo de transporte ativo é gratuito, independe de veículos e correspondeu a 30% dos deslocamentos realizados na cidade de São Paulo em 2017, conforme demonstrado na Tabela 4.
- b. Transporte coletivo (ônibus, trem e metrô). Estes transportes motorizados são públicos e somados corresponderam a mais de 36% dos deslocamentos realizados na cidade de São Paulo em 2017, conforme demonstrado na Tabela 4.
- c. Transporte de carro (automóvel e táxi). Estes transportes motorizados são particulares, porém mais confortáveis e rápidos, somados corresponderam a mais de 28% dos deslocamentos realizados na cidade de São Paulo em 2017, conforme demonstrado na Tabela 4.

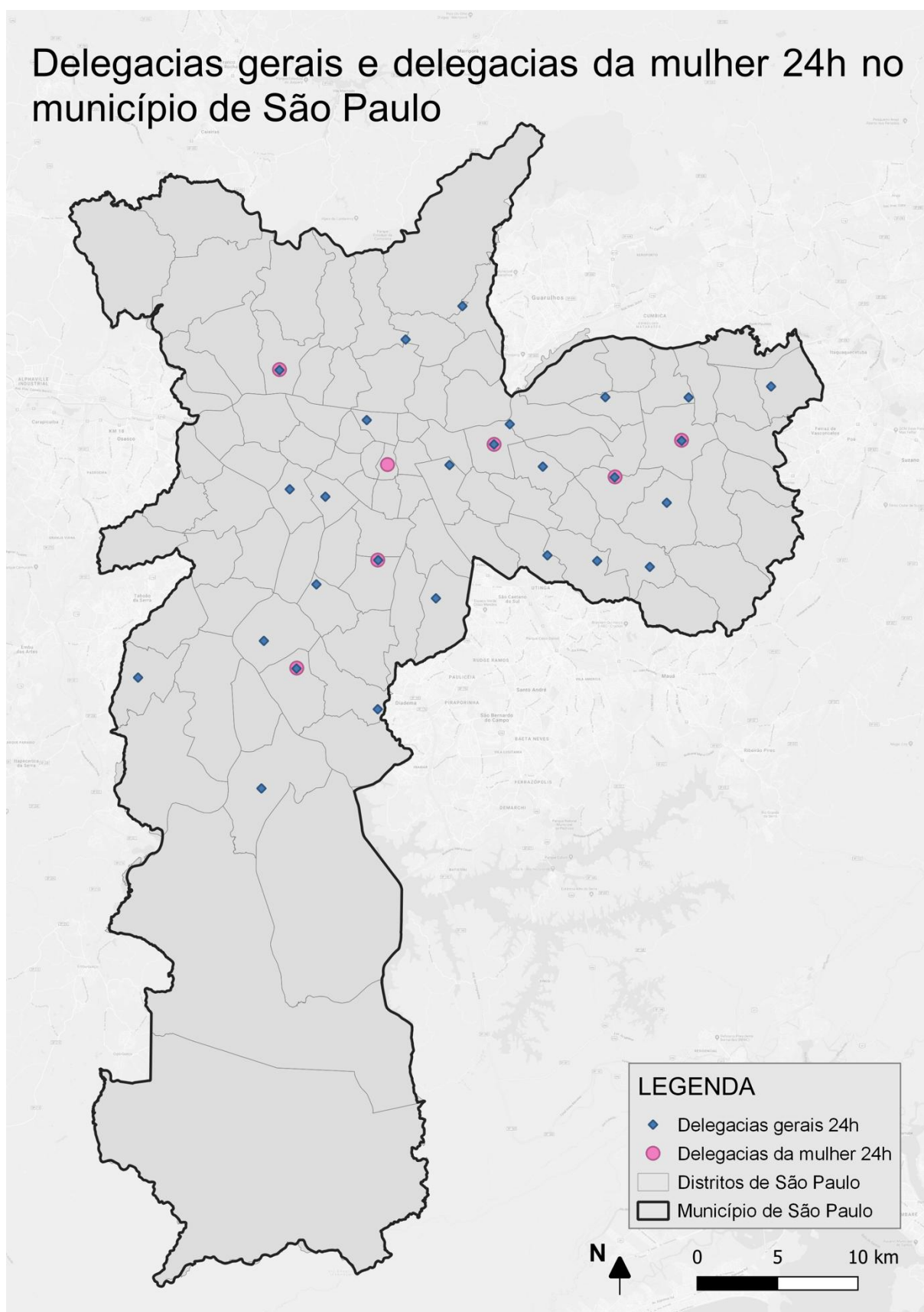
A análise dos deslocamentos, considerando os meios de transporte utilizados, foi realizada no software QGIS. Os deslocamentos a pé e de carro foram estudados com base nos dados do *Open route services* (THE HEIDELBERG INSTITUTE FOR GEOINFORMATION TECHN, 2019), que oferecem em conjunto com o QGIS o serviço de construção de isócronas a partir da definição de um tempo limite. Os deslocamentos via transporte público, por outro lado, foram estudados a partir da rede de transportes públicos desenvolvida em Tomasiello et al. (2019).

9.2.3. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DAS DELEGACIAS

A oferta de delegacias gerais e especializadas varia ao longo do dia no município de São Paulo porque muitos destes equipamentos funcionam apenas no período entre 9 e 19 horas, enquanto os demais funcionam 24 horas por dia. Assim, durante a madrugada a oferta é reduzida, sendo que duas das nove delegacias da mulher fecham, por exemplo. O mapa da Figura 13 localiza, no município de São Paulo, as delegacias gerais e delegacias da mulher que funcionam ininterruptamente⁹. Este mapa pode ser comparado com o mapa da Figura 12 para evidenciar a redução de delegacias disponíveis entre 19 e 9 horas.

⁹ A informação das delegacias abertas 24h foi conseguida a partir da ligação para 197 – Polícia Civil em maio de 2019, e pode sofrer modificação caso a prefeitura adicione, feche ou mude de local o aparelho de infraestrutura.

Figura 13 - Mapa das delegacias gerais e de mulheres em São Paulo abertas 24h.



Fonte: Autoria Própria

Essa variação da oferta deve ser considerada, pois afeta o atendimento de vítimas no período noturno, quando ocorre a maioria dos casos de violência de gênero. O estudo de Garcia et al. (2016), a partir da análise de mulheres atendidas em serviços de urgência e emergência, vítimas de violência doméstica e familiar, com idade ≥ 18 anos, constatou que 58,2% dos atendimentos ocorreram durante a noite ou madrugada, apesar da oferta reduzida de equipamentos neste período.

Agravando essa situação, o contato entre agressor e vítima ocorre de maneira mais continuada de madrugada, e também se intensifica com as possibilidades de consumo de álcool, que poderá interagir com os demais determinantes da violência (GARCIA, ET AL., 2016). Frente a isso, foram considerados dois horários para o estudo da acessibilidade:

- a. Às 9 horas da manhã. Considerando que a maioria das notificações de agressões à mulher ocorrem de madrugada, o horário de abertura das delegacias foi adotado para verificar a acessibilidade caso a mulher opte por esperar até a manhã seguinte;
- b. Às 3 horas da manhã. Este horário da madrugada reflete a situação durante todo o período noturno, das 19 horas às 9 horas. Portanto é um horário representativo da condição de acessibilidade observada no período em que ocorre a maioria dos atendimentos às mulheres vítimas de violência.

Os horários adotados representam dois períodos distintos do dia entre os quais há grande variação do número de delegacias disponíveis. Além disso, particularmente para o caso de transporte público, também foram consideradas variações na oferta de linhas de ônibus, metrô e trem.

9.2.4. ACESSIBILIDADE POR DISTRITO

Considerando os subcritérios detalhados nos itens anteriores, foram produzidos mapas de acessibilidade que quantificam este conceito por meio do número de delegacias alcançáveis em um tempo razoável a partir do centroide de cada distrito do município de São Paulo.

Foram produzidos 4 mapas de acessibilidade para cada modo de transporte estudado, totalizando 12 mapas. Os 4 mapas que analisam deslocamentos via transporte ativo, ou seja, a pé, consideram o tempo máximo de 20 minutos de

viagem até as delegacias. Os mapas de transporte público englobam viagens de até 45 minutos. E, por fim, os mapas de carro consideram viagem de 30 minutos.

A acessibilidade para cada modo de transporte foi estudada nos horários descritos anteriormente, ou seja, às 9 horas e às 3 horas da manhã, representando dois cenários distintos. No primeiro cenário, durante o horário comercial, entre às 9 horas e às 19 horas, a oferta de delegacias e de transporte público é normal, enquanto no segundo cenário, a oferta é reduzida, tanto de delegacias quanto de linhas de ônibus, metrô e trem. No período noturno funcionam exclusivamente delegacias 24 horas, o metrô e o trem estão fechados e muitas linhas de ônibus deixam de circular no município.

Também foram estudadas, para cada modo, situações distintas de acordo com a decisão da mulher vítima de violência. Em uma das avaliações os deslocamentos objetivam quaisquer delegacias que atendam ao caso, ou seja, delegacias gerais e da mulher, e na outra as viagens são exclusivamente para delegacias especializadas da mulher.

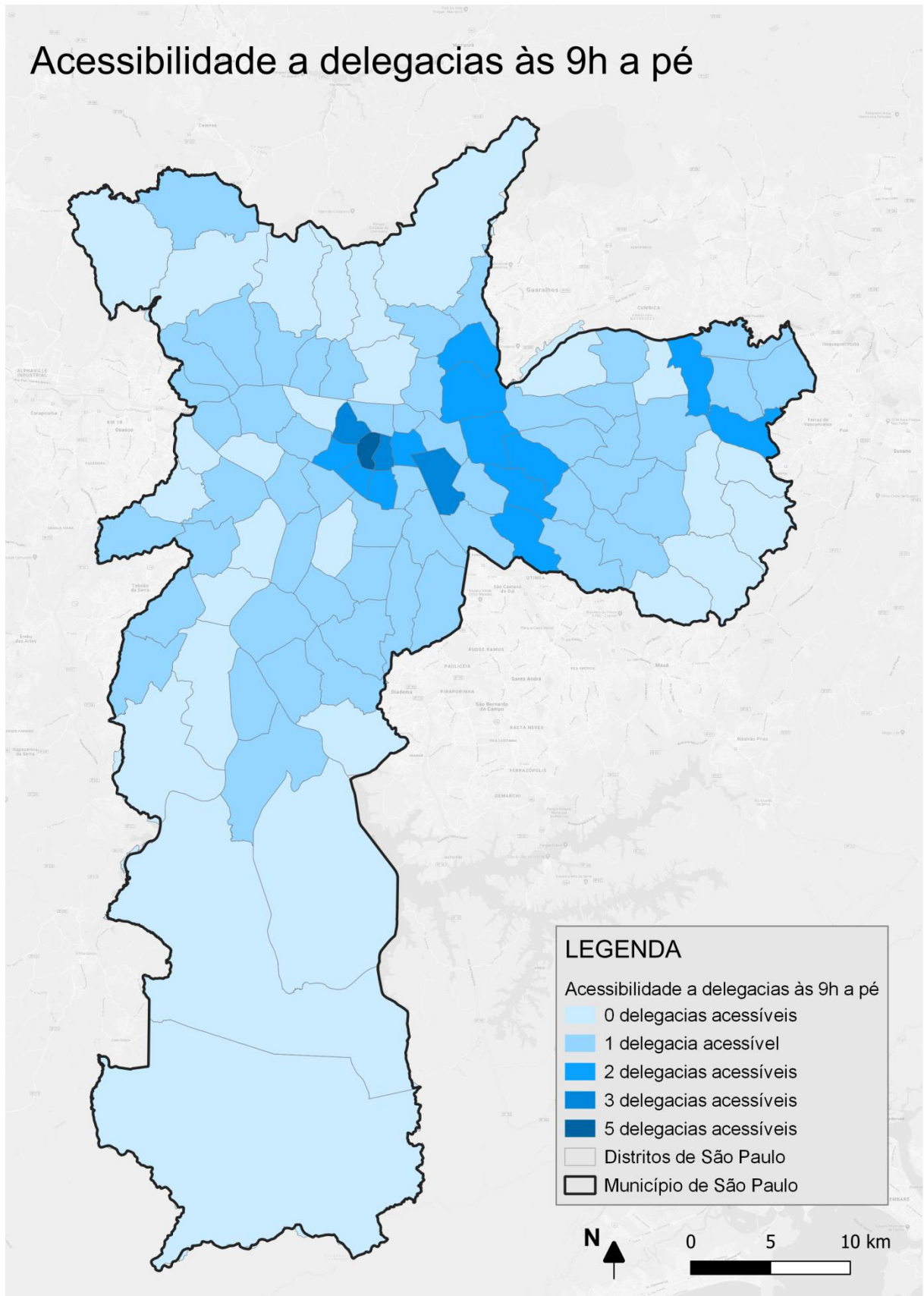
Com isso foram gerados, por meio do software QGIS, os 12 mapas de acessibilidade citados. Os mapas da Figura 14, Figura 15, Figura 16 e Figura 17 correspondem aos resultados encontrados para deslocamentos a pé. Dentre eles, a Figura 14 e Figura 15 avaliam situações em que a mulher dirige-se a qualquer delegacia que atenda ao caso de violência contra ela e a Figura 16 e a Figura 17 referem-se a viagens cujos destinos são delegacias especializadas. Paralelamente, a Figura 14 e a Figura 16 representam cenários de maior oferta de delegacias, pois 9 horas da manhã corresponde ao horário de abertura da maioria destes equipamentos no município, com exceção daqueles que funcionam ininterruptamente, e a Figura 15 e a Figura 17 caracterizam períodos nos quais a quantidade de delegacias abertas é restrita apenas àquelas 24 horas.

Analogamente, os mapas da Figura 18, Figura 19, Figura 20 e Figura 21 descrevem aos resultados encontrados para deslocamentos via transporte público. Mais uma vez, em duas figuras, na Figura 18 e na Figura 19, a mulher dirige-se a qualquer delegacia que atenda ao caso de violência contra ela e na Figura 20 e na Figura 21 os destinos das viagens são exclusivamente delegacias especializadas. E as demais figuras, representam cenários de maior ou menor quantidade de delegacias abertas

e de maior ou menor oferta de transportes públicos. Na Figura 18 e na Figura 20 há maior oferta de delegacias e de linhas de transporte público, e na Figura 19 e na Figura 21 são representados períodos nos quais estão abertas apenas as delegacias 24 horas, o metrô está fechado e apenas algumas linhas de ônibus circulam em São Paulo.

Os resultados encontrados para deslocamentos via carro são observados através da Figura 22, Figura 23, Figura 24 e Figura 25, e podem ser observados de maneira análoga aos mapas de deslocamentos a pé e via transporte público em relação ao horário e ao tipo de delegacia.

Figura 14 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 9h da manhã a pé

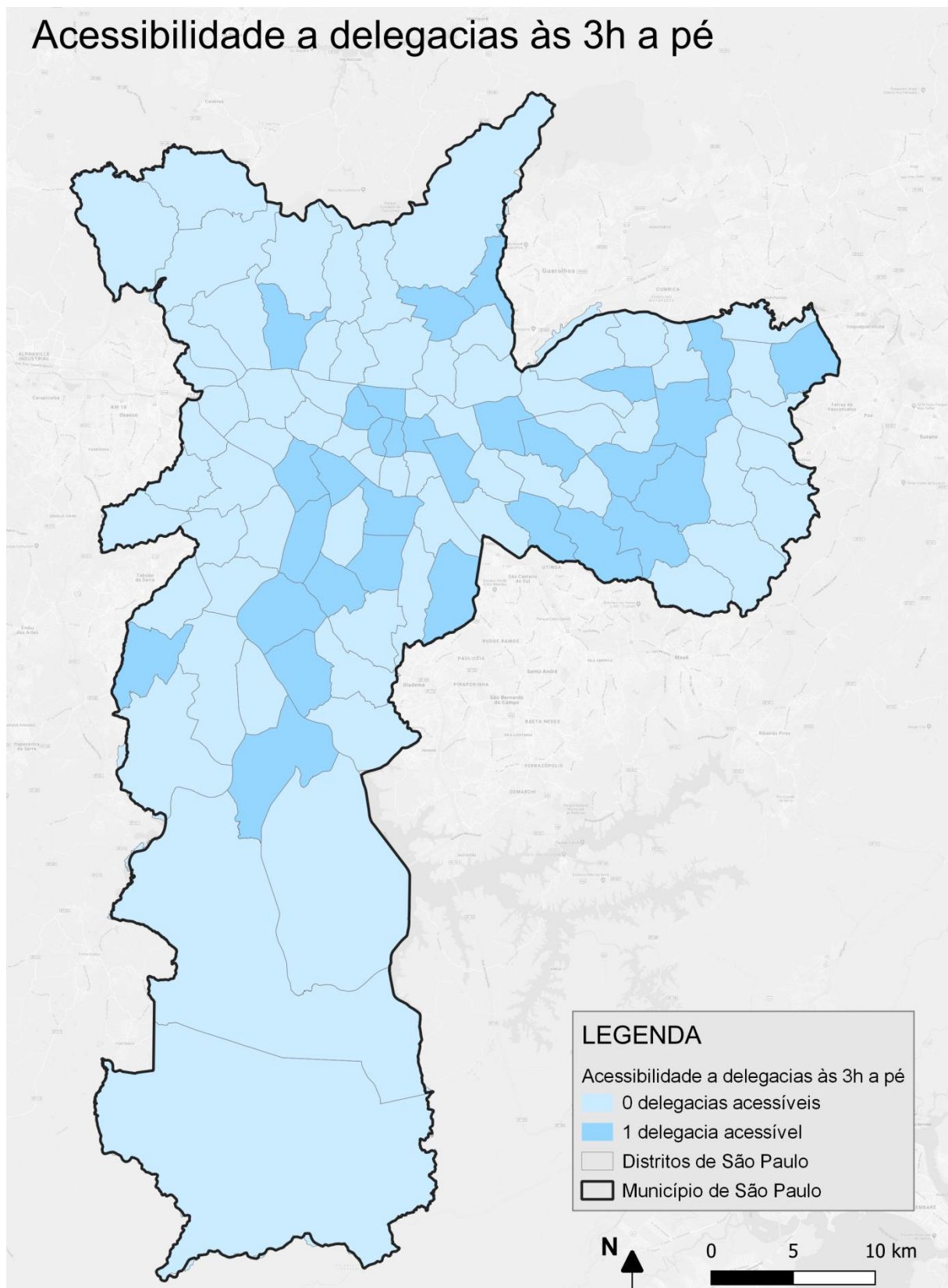


Fonte: Autoria Própria

No mapa da Figura 14 nota-se grande desigualdade em relação à acessibilidade a pé durante o dia a delegacias que atendam o caso de violência contra mulher. Em distritos centrais a mulher vítima de violência caminhando por 20 minutos ou menos a partir da origem encontra até 5 delegacias acessíveis enquanto em grande parte da periferia a oferta equivalente é nula.

Essa desigualdade não é tão gritante durante a madrugada porque todos os distritos apresentam acessibilidades reduzidas, conforme observa-se na Figura 15.

Figura 15 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 3h da manhã a pé

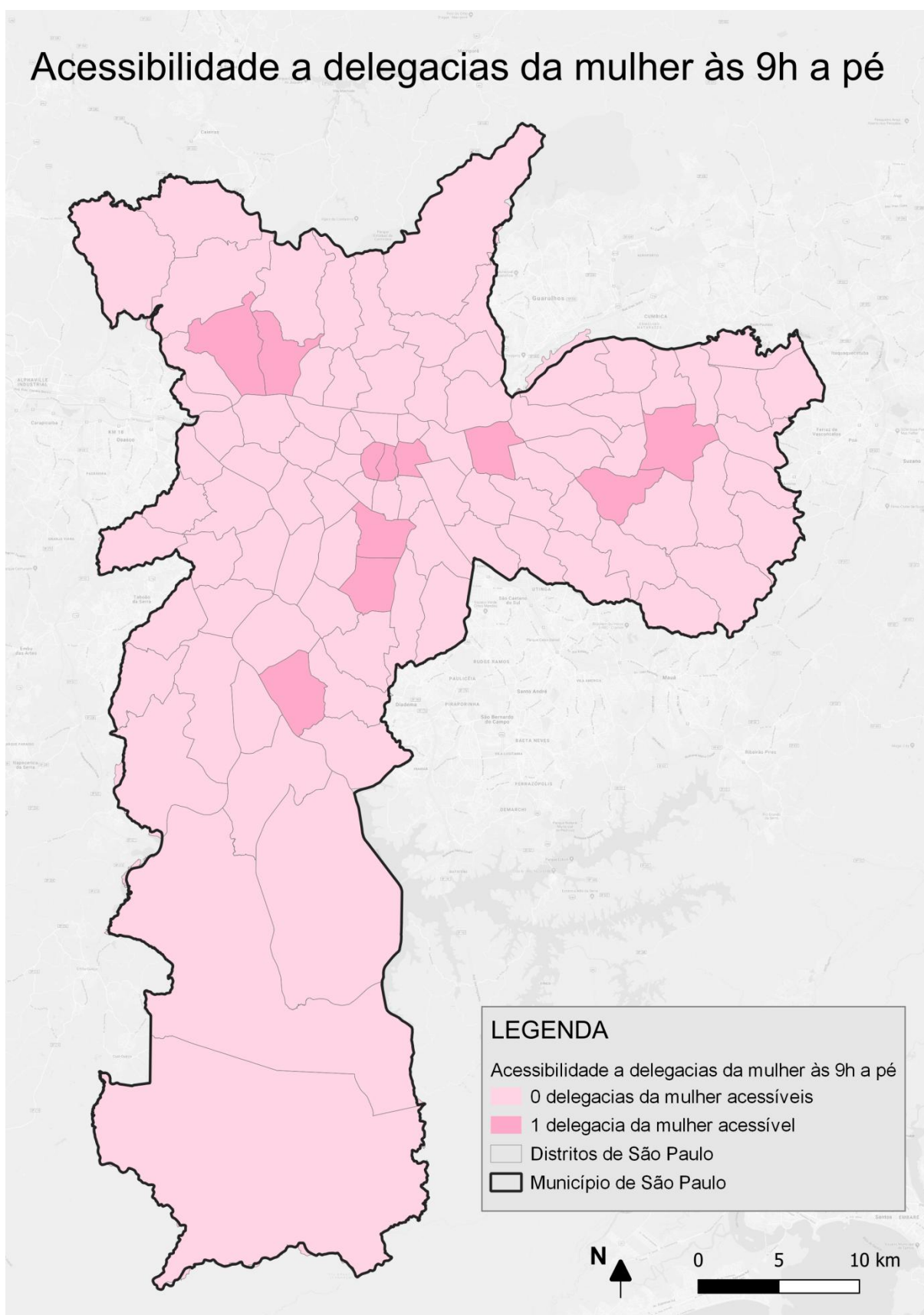


Fonte: Autoria Própria

O mapa da Figura 15 indica a acessibilidade a pé durante a madrugada a delegacias que atendam a mulher vítima de violência, que é em geral muito baixa, por isso os parâmetros são muito próximos entre os distritos. Então, a mulher vítima de violência caminhando por 20 minutos ou menos a partir do ponto de origem encontra uma ou nenhuma delegacia em todos os distritos do município.

Diferentemente, a acessibilidade a delegacias especializadas varia pouco de acordo com o período do dia estudado. Ou seja, a acessibilidade durante a madrugada, ilustrada na Figura 17, é similar à acessibilidade observada quando todas as delegacias do município estão em funcionamento, representada na Figura 18. Isso ocorre porque atualmente 7 das 9 delegacias da mulher funcionam ininterruptamente.

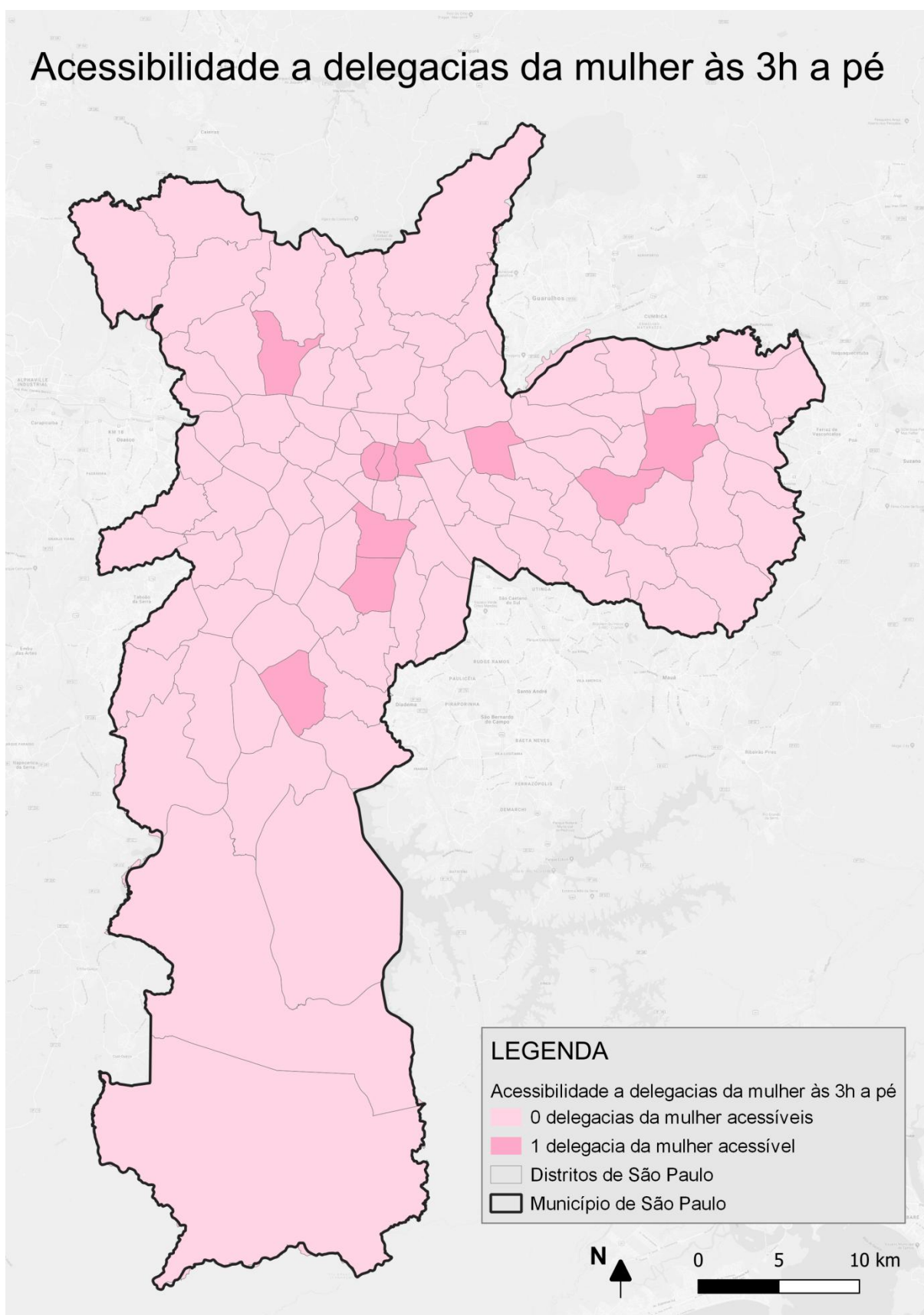
Figura 16 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã a pé



Fonte: Autoria Própria.

A Figura 16 demonstra que a acessibilidade a pé a delegacias da mulher é baixa para todos os distritos de São Paulo, mesmo durante o dia, quando todas as delegacias estão em funcionamento. A mulher vítima de violência caminhando por 20 minutos ou menos a partir da origem encontra uma ou nenhuma delegacia da mulher.

Figura 17 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã a pé

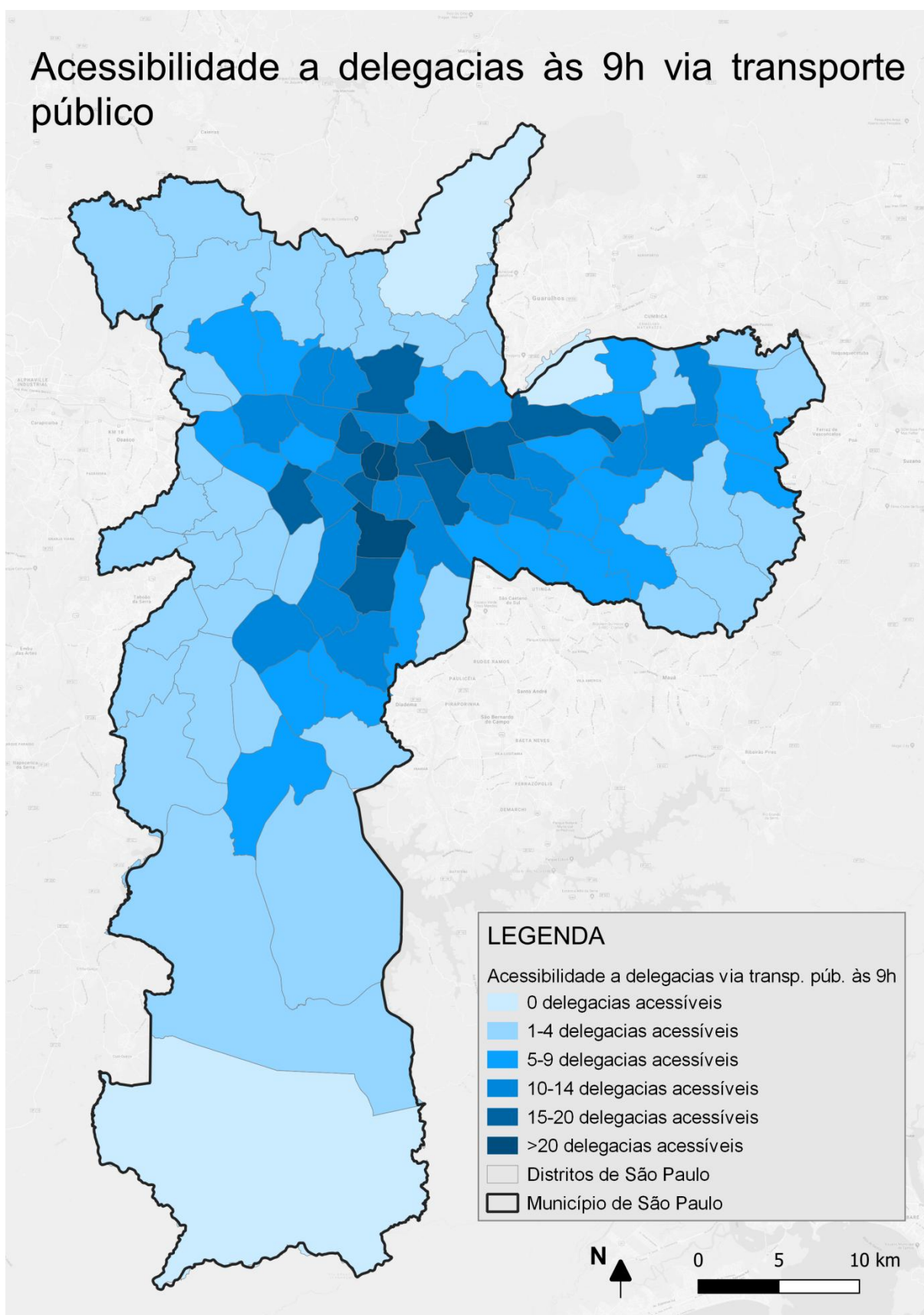


Fonte: Autoria Própria.

Durante a madrugada a situação é similar, apenas em um distrito – em Pirituba - a acessibilidade cai de uma para nenhuma delegacia da mulher acessível. A Figura 17 demonstra que a mulher vítima de violência caminhando por 20 minutos ou menos a partir da origem durante a madrugada encontra uma ou nenhuma delegacia da mulher.

Os parâmetros de acessibilidade encontrados para deslocamentos via transporte público são maiores em comparação a análise para viagens a pé, uma vez que o transporte motorizado permite o alcance de destinos mais distantes, com maior conforto e o tempo máximo estabelecido para as viagens é maior, de 45 minutos. No mapa da Figura 18 de acessibilidade a quaisquer delegacias que atendam ao caso de violência contra a mulher é possível observar distritos com mais de 20 delegacias acessíveis.

Figura 18 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 9h da manhã de transporte público

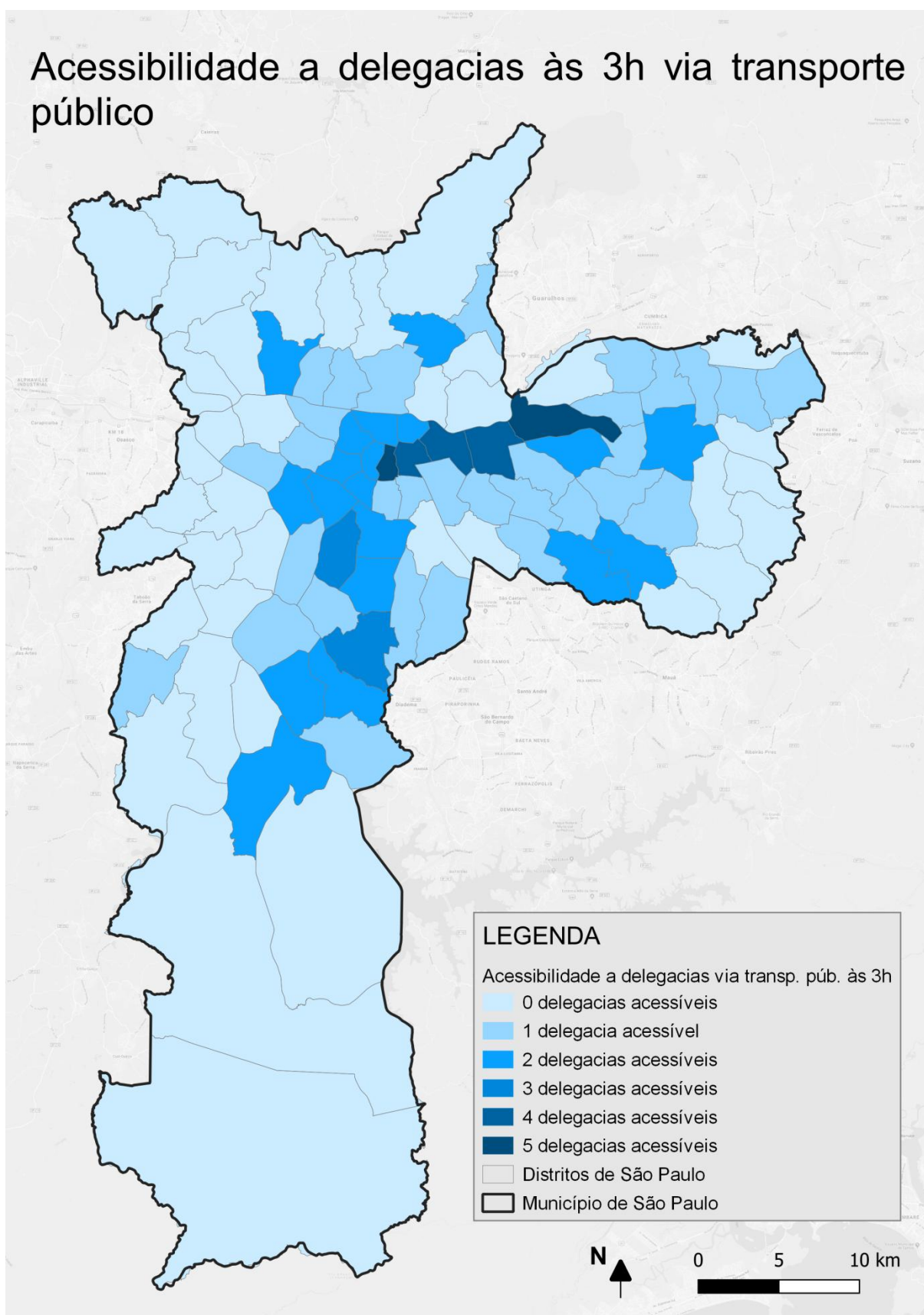


Fonte: Autoria Própria

Na Figura 18 nota-se grande desigualdade em relação à acessibilidade via transporte público às 9 horas da manhã a delegacias que atendam a casos de violência contra mulher. Em distritos centrais, a mulher vítima de violência permanece no transporte público por 45 minutos saindo da origem e encontra mais de 20 delegacias. À medida que se caminha para a periferia a acessibilidade é reduzida, chegando a 0 delegacias disponíveis para condições equivalentes nos distritos mais distantes do centro.

Essa desigualdade também é evidente durante a madrugada, conforme observa-se na Figura 19.

Figura 19 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 3h da manhã de transporte público



Fonte: Autoria Própria

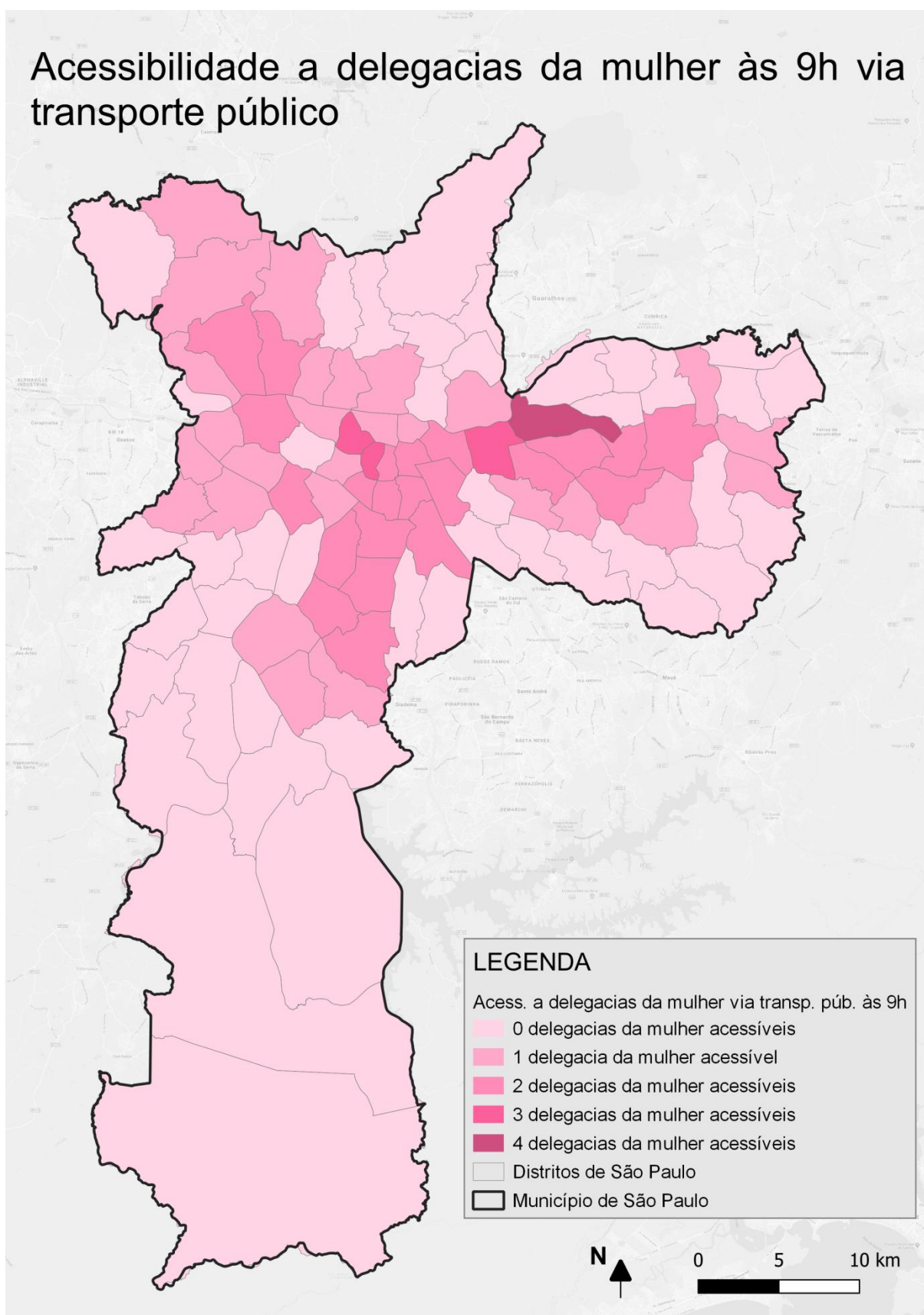
Comparando os mapas da Figura 18 e da Figura 19 observa-se que a oferta de delegacias acessíveis via transporte público é reduzida para todos os distritos durante a madrugada. No caso do transporte público, diferentemente do deslocamento a pé e de carro, essa variação é agravada pela redução de linhas de ônibus durante a madrugada e pelo fechamento do metrô e do trem.

Mesmo assim, a desigualdade entre a acessibilidade de distritos centrais e periféricos permanece visível. Em distritos centrais, a mulher vítima de violência permanece no transporte público por 45 minutos saindo da origem e encontra até 5 delegacias que atendam a denúncias de casos de violência de gênero. Em contrapartida, muitos distritos da periferia apresentam 0 delegacias disponíveis para condições equivalentes.

Além da região central do município, também observa-se em distritos da Zona Leste um importante eixo onde a oferta de delegacias é maior do que em outras áreas de São Paulo.

Para delegacias especializadas, os coeficientes são menores. Na Figura 20 nota-se que o maior coeficiente encontrado corresponde a 4 delegacias acessíveis via transporte público a partir da origem às 9 horas da manhã.

Figura 20 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público

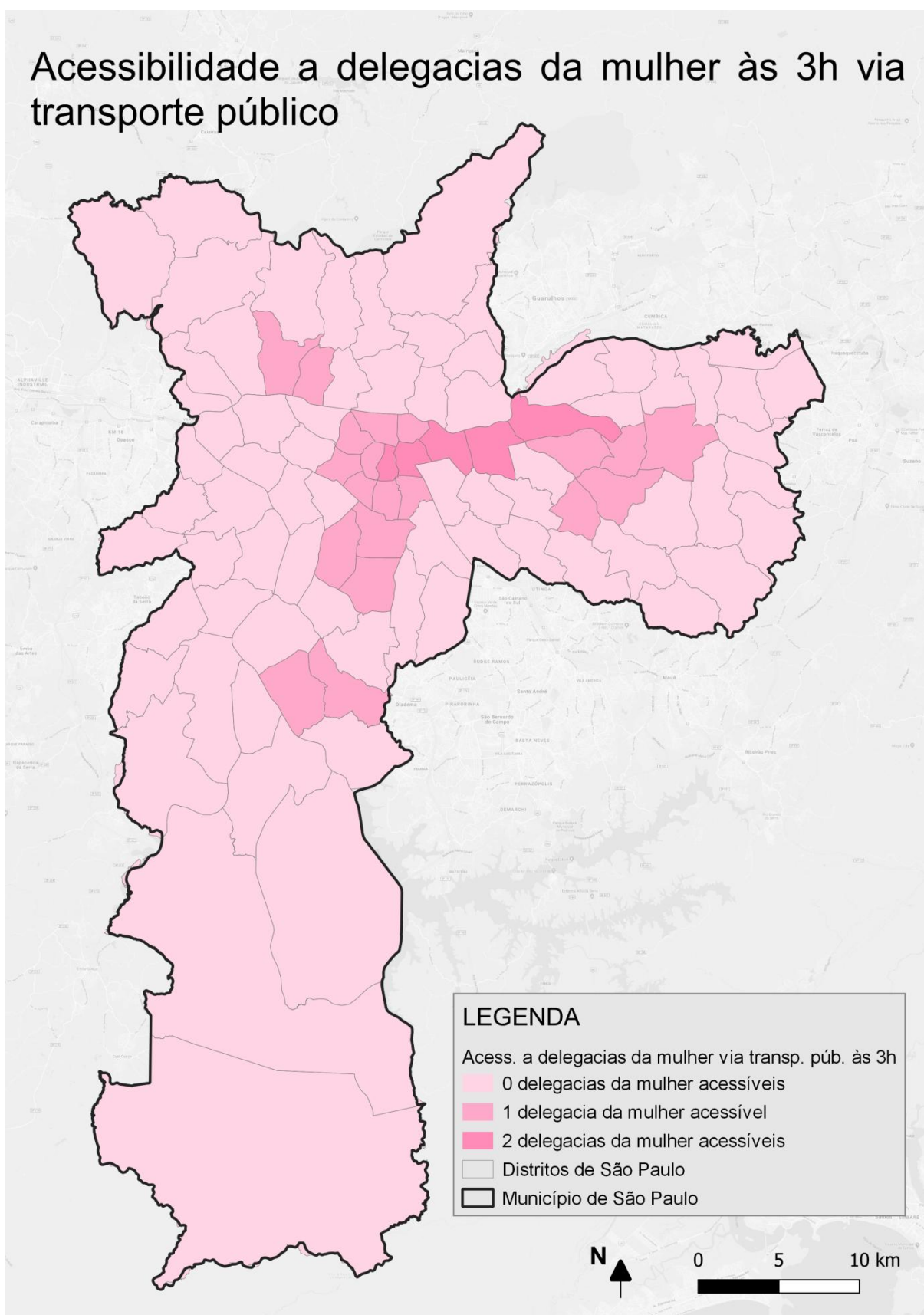


Fonte: Autoria Própria

O mapa da Figura 20 evidencia que a mulher vítima de violência permanece no transporte público por 45 minutos saindo da origem e encontra 2 ou 3 delegacias da mulher nos distritos centrais enquanto na periferia os distritos apresentam 0 delegacias disponíveis para condições equivalentes. E o maior coeficiente observado, de 4 delegacias acessíveis, ocorre apenas para um distrito da Zona Leste – Penha – evidenciando mais uma vez o eixo desta região no qual a oferta de delegacias é maior do que em outras áreas de São Paulo.

A acessibilidade a delegacias especializadas também varia de acordo com o período do dia estudado, analogamente a diferença observada para a acessibilidade a quaisquer delegacias que atendam o caso de violência de gênero. Na Figura 21 o maior parâmetro de acessibilidade encontrado durante a madrugada corresponde a metade do valor obtido durante o dia. Essa diferença é resultado do fechamento de 2 das 9 delegacias da mulher durante a madrugada e da redução da oferta de transporte público.

Figura 21 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público

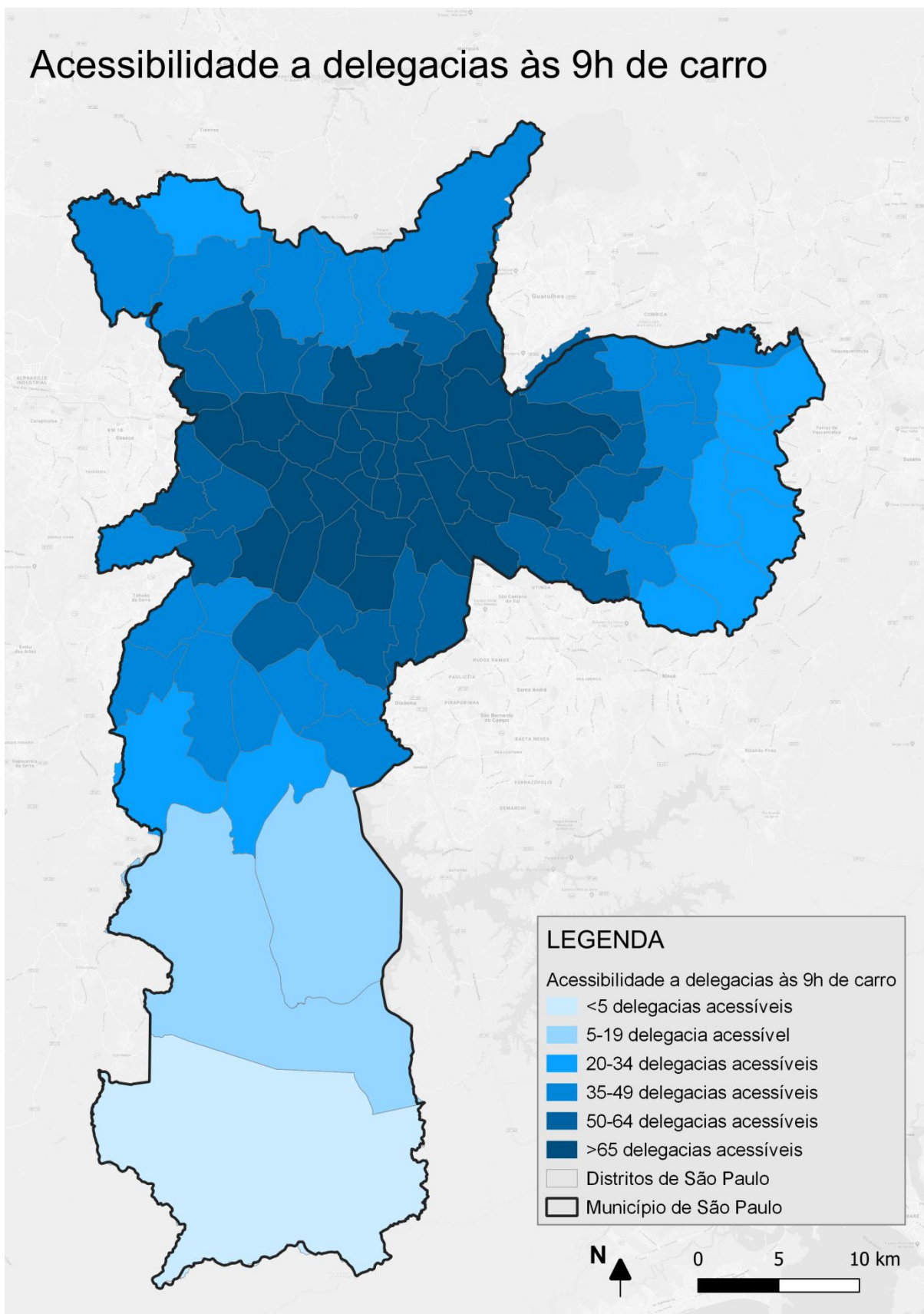


Fonte: Autoria Própria

O mapa da Figura 21 demonstra que a mulher vítima de violência permanece no transporte público por 45 minutos saindo da origem às 3 horas da manhã e encontra no máximo 2 delegacias da mulher nos distritos centrais e em alguns distritos da Zona Leste - que compõem o eixo citado anteriormente - enquanto na periferia encontra 0 delegacias especializadas para condições equivalentes.

A acessibilidade por meio de automóvel apresenta os maiores coeficientes dentre os modos estudados. Além do transporte motorizado permitir o alcance de destinos mais distantes, o carro possibilita viagens porta a porta, ou seja, o usuário escolhe livremente o trajeto. No mapa da Figura 22 de acessibilidade a quaisquer delegacias que atendam ao caso de violência contra a mulher é possível observar distritos com mais de 65 delegacias acessíveis.

Figura 22 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 9h da manhã de carro

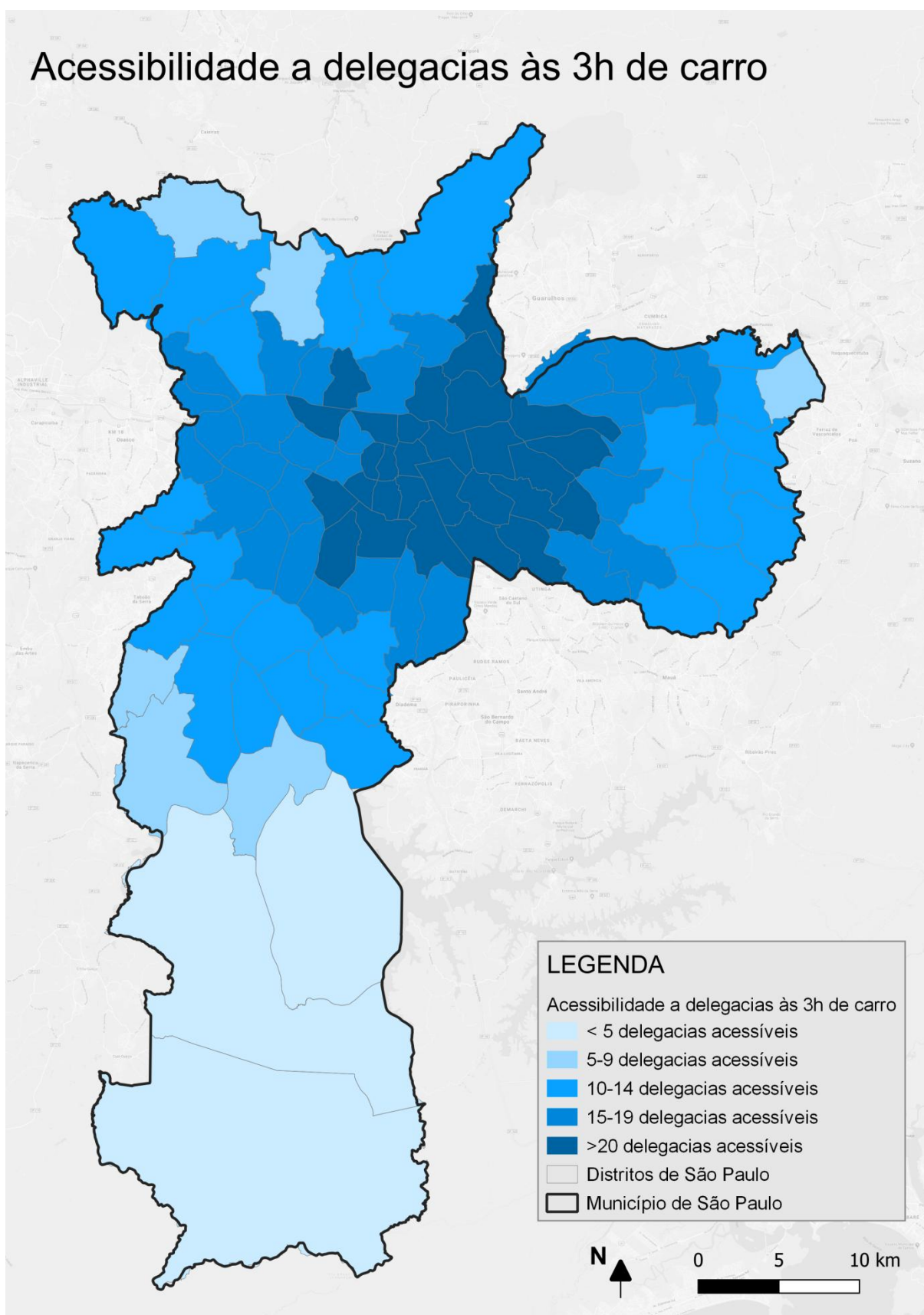


Fonte: Autoria Própria

Na Figura 22 nota-se grande desigualdade em relação à acessibilidade por meio de automóvel às 9 horas da manhã a delegacias que atendam a casos de violência contra mulher. Em distritos centrais, a mulher vítima de violência permanece no carro por 30 minutos saindo da origem e encontra mais de 65 delegacias. À medida que se caminha para a periferia a acessibilidade é reduzida, chegando a menos de 5 delegacias disponíveis para condições equivalentes nos distritos mais distantes do centro.

Essa desigualdade também é evidente durante a madrugada, conforme observa-se na Figura 24.

Figura 23 - Mapa de acessibilidade a delegacias às 3h da manhã de carro



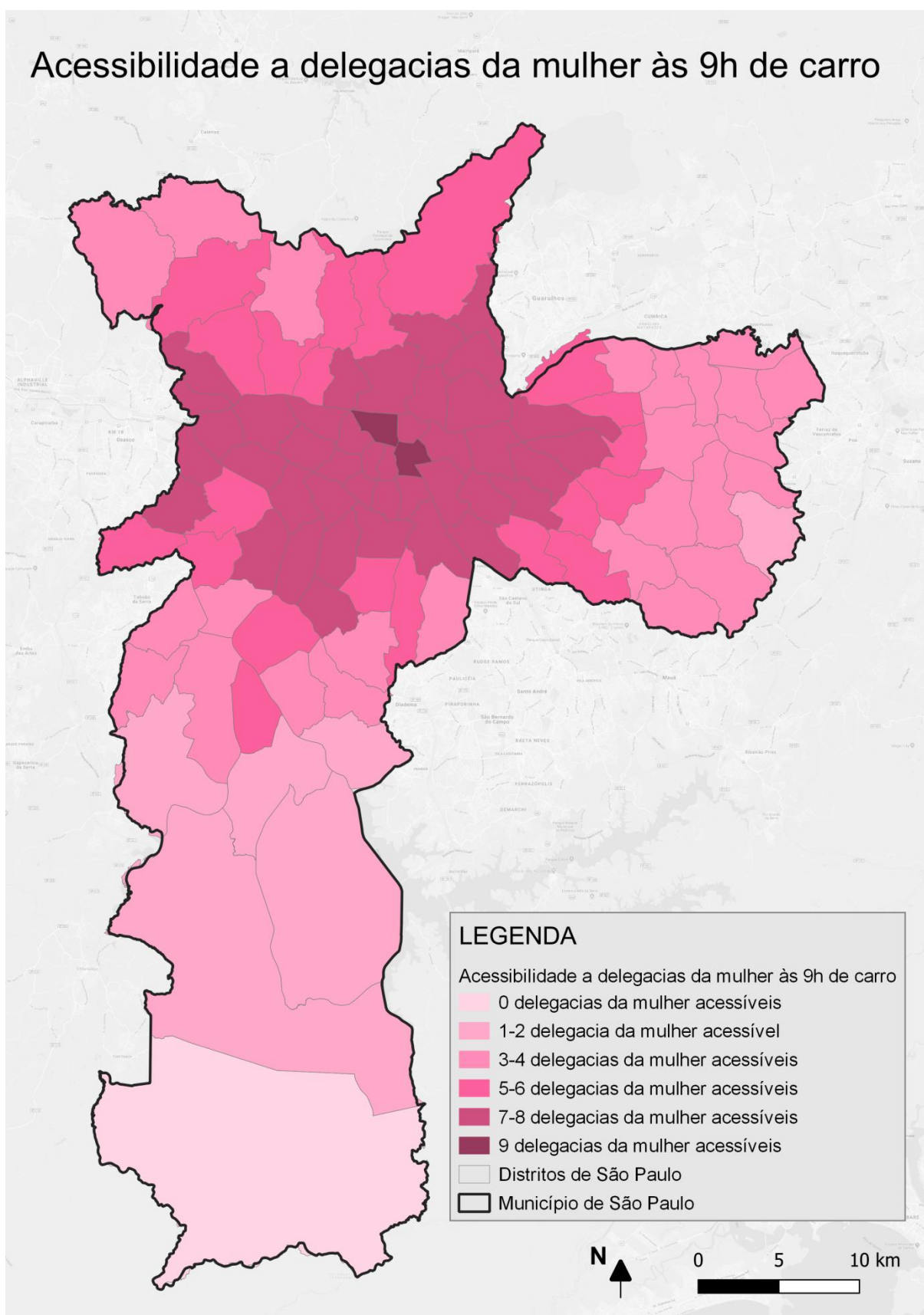
Fonte: Autoria Própria

Comparando os mapas da Figura 22 e da Figura 23 observa-se que a oferta de delegacias acessíveis de carro é reduzida para todos os distritos durante a madrugada. Similarmente, ao observado para deslocamentos a pé, essa variação é resultado exclusivamente da variação de oferta de delegacias abertas, pois não há mudança relacionadas ao meio de transporte.

Mesmo assim, a desigualdade entre a acessibilidade de distritos centrais e periféricos permanece visível. Em distritos centrais, a mulher vítima de violência permanece no carro por 30 minutos saindo da origem e encontra mais de 20 delegacias que atendam a denúncias de casos de violência de gênero. Em contrapartida, muitos distritos da periferia apresentam menos de 5 delegacias disponíveis para condições equivalentes.

Para delegacias especializadas, os coeficientes são menores. Na Figura 25 nota-se que o maior coeficiente encontrado corresponde a 9 delegacias acessíveis de carro a partir da origem às 9 horas da manhã.

Figura 24 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã de carro

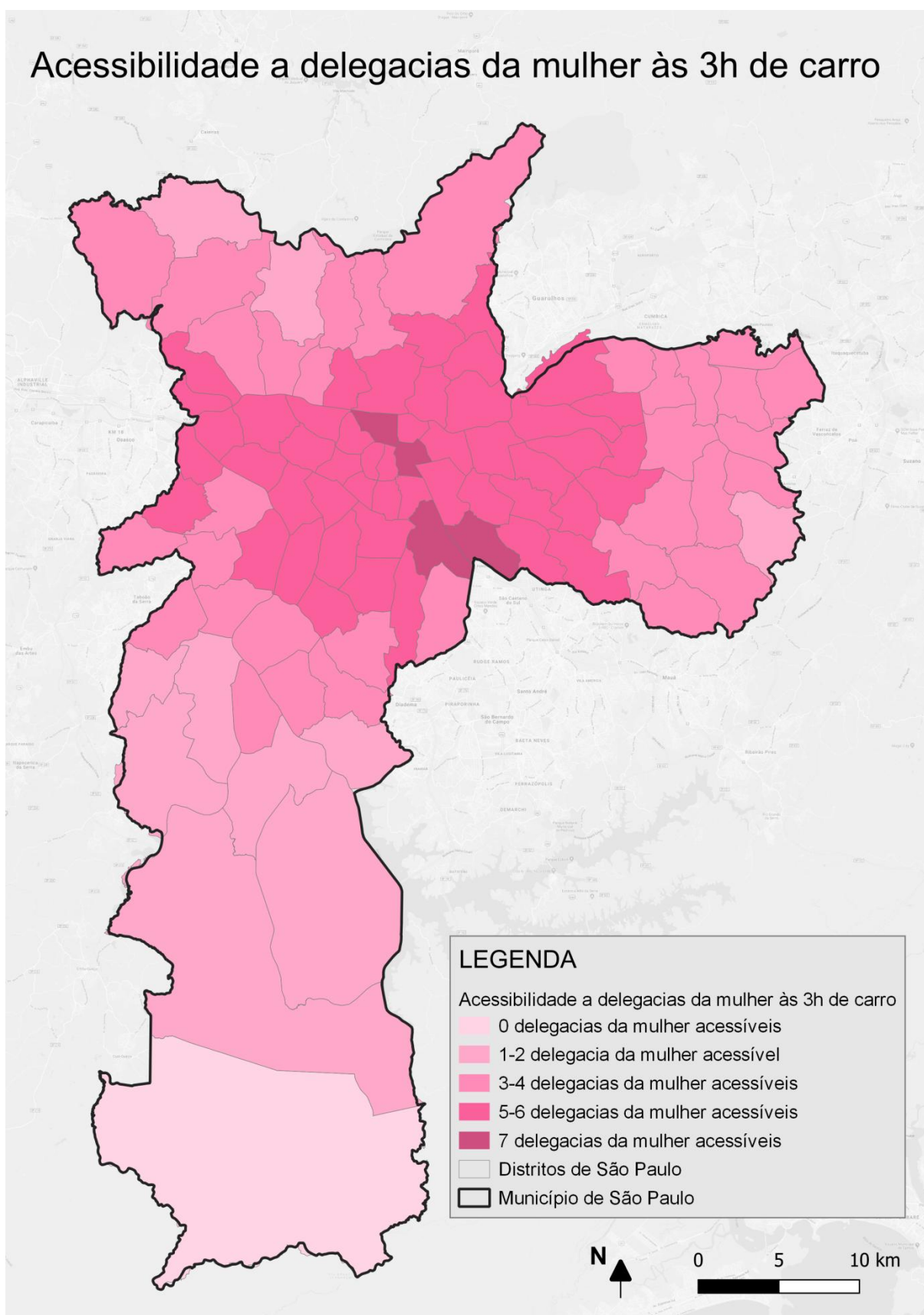


Fonte: Autoria Própria

O mapa da Figura 24 evidencia que a mulher vítima de violência permanece no carro por 30 minutos saindo da origem e encontra de 7 a 9 delegacias da mulher, nos distritos centrais, ou seja, chega a alcançar todas as delegacias da mulher, enquanto na periferia os distritos apresentam mais de 3 delegacias disponíveis para condições equivalentes.

A acessibilidade a delegacias especializadas também varia de acordo com o período do dia estudado, mas neste caso a variação não é tão acentuada porque apenas 2 das 9 delegacias da mulher fecham durante a madrugada e este é o único aspecto que interfere no coeficiente de acessibilidade.

Figura 25 - Mapa de acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã de carro



Fonte: Autoria Própria

O mapa da Figura 25 demonstra que a mulher vítima de violência permanece no carro por 30 minutos saindo da origem às 3 horas da manhã e encontra no até 7 delegacias da mulher nos distritos centrais, ou seja, todas as delegacias do município abertas neste horário, enquanto na periferia encontra em geral menos de 4 delegacias especializadas para condições equivalentes.

10. RESULTADO DA PONDERAÇÃO DOS SUBCRITÉRIOS

A metodologia utilizada para ponderar critérios neste trabalho foi o método AHP, por meio da elaboração e de análises qualitativas e de matrizes.

Como explicitado na contextualização, essa ferramenta consegue organizar e priorizar os principais fatores que envolvem a determinação de pesos, a partir da decomposição e síntese das relações entre os critérios e seus respectivos pesos conforme suas importâncias.

Para isso, o processo de definição dos pesos para cada critério de escolha do distrito crítico resume-se nas etapas a seguir:

- Construção da hierarquia de decisão a partir dos critérios e subcritérios que definem o que determina o distrito mais crítico;
- Comparação entre subcritérios que caracterizam cada critério atribuindo as notas comparativas determinadas no método. As notas seguem o que foi explícito na Tabela 1.
- Definição da prioridade relativa de cada critério ao normalizar os valores, fazendo com que o peso de ambos somados seja igual a 1.

Com isso, a matriz de cada determinação de pesos deverá seguir o seguinte formato:

Tabela 5 - Representação da Matriz

A =	1	a_{12}	. . .	a_{1n}
	$1/a_{12}$	1	. . .	a_{2n}

	$1/a_{1n}$	$1/a_{2n}$. . .	1

Fonte: Autoria Própria

onde:

- $a_{ij} > 0$;
- a_{ij} (com $i = j$) = 1;
- a_{ij} = (consistência na comparação).

10.1. PONDERAÇÃO DOS SUBCRITÉRIOS DE DEMANDA

A comparação de qual subcritério influencia mais a demanda por delegacias de atendimento à mulher vítima de violências é qualitativa. Então, é necessário estudar mais a fundo os temas abordados.

O índice de violência e a população do gênero feminino estão relacionados diretamente com a quantidade absoluta de vítimas de violência, que é justamente uma combinação destes subcritérios. Consequentemente, quantifica a demanda por equipamentos públicos, representando um dos pilares da problematização deste trabalho e desse tema. A violência sistemática à vida das mulheres vem de um contexto social e, portanto, é intrínseca à sociedade, assim, apenas políticas reativas não podem melhorar a situação, é necessário um trabalho ativo e intenso que conscientize a sociedade e atinja o cerne da cultura patriarcal de anos, e mesmo que isso ocorra, denota um trabalho intenso que não tem perspectivas de grandes mudanças em curto prazo. Silva (2010) contextualiza essa questão como:

A violência contra a mulher não é recente na história da humanidade. Ela faz parte de um sistema sócio histórico que condicionou as mulheres a uma posição hierarquicamente inferior na escala de perfeição metafísica, produzindo um campo de força de relações assimétricas entre homens e mulheres em nossa sociedade. (SILVA, 2010)

Diferentemente, o fator de renda caracteriza a demanda, mas não a mede. Conforme apresentado na contextualização, a renda afeta o ato de denunciar e influencia diretamente a dificuldade de locomoção até os aparelhos públicos estudados. Essa questão de custo do deslocamento pode ser consideravelmente resolvida com a mobilidade urbana e a melhor distribuição de equipamentos públicos.

Dado o propósito deste trabalho, considera-se que um projeto de mobilidade ou construção de novos equipamentos pode amenizar o fator da renda, reduzindo sua influência sobre os deslocamentos estudados. Entretanto, o cerne da questão, a violência em si, tem uma resolução mais complexa, isso é evidenciado pelo fato de que desde 1990, a Organização Mundial de Saúde já reconhece a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, e essa violência continua sendo um grave problema social no Brasil e no mundo, apesar da luta feminista em torno da questão.

Sendo assim, os dois primeiros subcritérios são considerados mais influentes sobre a demanda do que o fator de renda. Entre si, os primeiros critérios têm importância igual, pois ambos definem a quantidade absoluta de vítimas.

Com isso, através do método AHP, temos as seguintes matrizes:

Quadro 4 - Matriz de ponderação dos pesos dos subcritérios de demanda

Subcritérios	Índice de violência contra a mulher	População do gênero feminino	Renda	Total
Índice de violência contra a mulher	1	1	5	7
População do gênero feminino	1	1	5	7
Renda	0,2	0,2	1	1,4
Total	2,20	2,20	11,00	15,40

Fonte: Autoria Própria

Quadro 5 - Matriz de ponderação normalizada dos pesos dos subcritérios de demanda

Subcritérios	Índice de violência contra a mulher	População do gênero feminino	Renda	Total
Índice de violência contra a mulher	0,4545	0,4545	0,4545	0,4545
População do gênero feminino	0,4545	0,4545	0,4545	0,4545
Renda	0,09	0,09	0,09	0,0909
Total	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Autoria Própria

Os valores destacados são os pesos de cada subcritério de demanda. Vale ressaltar que a soma dos mesmos é igual a um, assim como o previsto em uma matriz normalizada.

10.2. PONDERAÇÃO DE SUBCRITÉRIOS DA OFERTA

Assim como desenvolvido para a demanda, é necessária a comparação qualitativa de qual coeficiente influencia mais a oferta de delegacias para o atendimento à mulher vítima de violência, considerando a acessibilidade a estes equipamentos. Considerando os subcritérios definidos para a oferta, foram estabelecidas as seguintes situações de acessibilidade que devem ser estudadas:

- a. Acessibilidade a delegacias às 9h da manhã a pé;
- b. Acessibilidade a delegacias às 3h da manhã a pé;
- c. Acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã a pé;
- d. Acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã a pé;
- e. Acessibilidade a delegacias às 9h da manhã de transporte público;
- f. Acessibilidade a delegacias às 3h da manhã de transporte público;
- g. Acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público;
- h. Acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público;
- i. Acessibilidade a delegacias às 9h da manhã de carro;
- j. Acessibilidade a delegacias às 3h da manhã de carro;
- k. Acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã de carro;
- l. Acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã de carro.

Para a definição da importância, foram assumidas algumas premissas, embasadas nas explicações em contextualização:

- O momento da denúncia é o ponto crítico da entrada na rede protetiva. A mulher pode optar por fazê-lo em qualquer delegacia, porém é melhor fazer em uma especializada. Com isso, é mais importante para a oferta considerar apenas as delegacias da mulher acessíveis do que delegacias gerais;
- Em relação ao horário, destaca-se como fator determinante o horário da agressão, diretamente relacionado ao horário de deslocamento para denúncia. Conforme citado anteriormente, em PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DAS DELEGACIAS (página 61), a situação agravante em relação ao horário para os casos de violência contra mulher é de madrugada. Com isso, é mais importante para a oferta considerar as delegacias acessíveis durante a madrugada do que as delegacias acessíveis durante o dia. Portanto, no contexto do trabalho, o horário representativo que ilustra o período da madrugada é 3h da manhã, sendo este o horário mais importante para a acessibilidade;
- Em relação ao modo de transporte, cada tipo tem suas vantagens e desvantagens. A pé é o transporte ativo sem custo, porém com um raio limitado de deslocamento e requer esforço físico. O transporte público envolve custo baixo, mas depende da disponibilidade do mesmo, o que é um

problema para situações de urgência em que você não pode ficar esperando por muito tempo o metrô/trem/ônibus, mesmo que seu raio de deslocamento seja maior, comparado ao a pé. Por fim o carro, seja carro próprio, carona ou táxi, é o meio mais confortável e pode ser a melhor indicação para um momento de urgência, mas o custo é mais alto e não é acessível por todos. Como cada tipo tem sua particularidade, os três transportes serão considerados igualmente importantes para a oferta.

Com isso, através do AHP, temos as seguintes matrizes:

Quadro 6 - Matriz de ponderação dos pesos dos subcritérios de oferta

Subscri- térios de acessi- bilidade	A delegacias às 9h da manhã a pé	A delegacias às 3h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 9h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 3h da manhã a pé	A delegacias às 9h da manhã de transporte público	A delegacias às 3h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público	A delegacias às 9h da manhã de carro	A delegacias às 3h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	Total
A delegacias às 9h da manhã a pé	1,00	0,33	0,33	0,17	1,00	0,33	0,33	0,17	1,00	0,33	0,33	0,17	5,5
A delegacias às 3h da manhã a pé	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	16,0
A delegacias da mulher às 9h da manhã a pé	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	16,0
A delegacias da mulher às 3h da manhã a pé	6,00	3,00	3,00	1,00	6,00	3,00	3,00	1,00	6,00	3,00	3,00	1,00	39,0
A delegacias às 9h da manhã de transporte público	1,00	0,33	0,33	0,17	1,00	0,33	0,33	0,17	1,00	0,33	0,33	0,17	5,5
A delegacias às 3h da manhã de transporte público	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	16,0

Subscri- tórios de acessi- bilidade	A delegacias às 9h da manhã a pé	A delegacias às 3h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 9h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 3h da manhã a pé	A delegacias às 9h da manhã de transporte público	A delegacias às 3h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público	A delegacias às 9h da manhã de carro	A delegacias às 3h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	Total
A delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	16,0
A delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público	6,00	3,00	3,00	1,00	6,00	3,00	3,00	1,00	6,00	3,00	3,00	1,00	39,0
A delegacias às 9h da manhã de carro	1,00	0,33	0,33	0,17	1,00	0,33	0,33	0,17	1,00	0,33	0,33	0,17	5,5
A delegacias às 3h da manhã de carro	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	16,0
A delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	3,00	1,00	1,00	0,33	16,0
A delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	6,00	3,00	3,00	1,00	6,00	3,00	3,00	1,00	6,00	3,00	3,00	1,00	39,0
Total	39,00	16,00	16,00	5,50	39,00	16,00	16,00	5,50	39,00	16,00	16,00	5,50	229,5

Fonte: Autoria Própria

Quadro 7 - Matriz de ponderação normalizada dos pesos dos subcritérios de oferta

Subscri- térios de acessi- bilidade	A delegacias às 9h da manhã a pé	A delegacias às 3h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 9h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 3h da manhã a pé	A delegacias às 9h da manhã de transporte público	A delegacias às 3h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público	A delegacias às 9h da manhã de carro	A delegacias às 3h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	Total
A delegacias às 9h da manhã a pé	0,03	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,03	0,02
A delegacias às 3h da manhã a pé	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,07
A delegacias da mulher às 9h da manhã a pé	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,07
A delegacias da mulher às 3h da manhã a pé	0,15	0,19	0,19	0,18	0,15	0,19	0,19	0,18	0,15	0,19	0,19	0,18	0,17
A delegacias às 9h da manhã de transporte público	0,03	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,03	0,02
A delegacias às 3h da manhã de transporte público	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,07

Subscri- tórios de acessi- bilidade	A delegacias às 9h da manhã a pé	A delegacias às 3h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 9h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 3h da manhã a pé	A delegacias às 9h da manhã de transporte público	A delegacias às 3h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público	A delegacias às 9h da manhã de carro	A delegacias às 3h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	Total
A delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,07
A delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público	0,15	0,19	0,19	0,18	0,15	0,19	0,19	0,18	0,15	0,19	0,19	0,18	0,17
A delegacias às 9h da manhã de carro	0,03	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,03	0,02
A delegacias às 3h da manhã de carro	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,07
A delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,08	0,06	0,06	0,06	0,07
A delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	0,15	0,19	0,19	0,18	0,15	0,19	0,19	0,18	0,15	0,19	0,19	0,18	0,17
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Autoria Própria

10.3. MATRIZES DE DECISÃO

Conforme explicado anteriormente, as matrizes de decisão auxiliam a comparação entre elementos a partir de critérios. Neste estudo, os elementos comparados são os noventa e seis distritos do município de São Paulo e os critérios são os subcritérios de oferta e de demanda. A primeira matriz de decisão elaborada definiu índices de demanda para cada distrito e a segunda, analogamente, determinou índices de oferta.

10.3.1. ÍNDICES DE DEMANDA

Os três subcritérios de demanda estão listados a seguir com os respectivos dados utilizados para quantificá-los, que foram empregados na matriz como coeficientes:

- a. Renda: Renda per capita por distrito;
- b. Indicador de violência contra a mulher: Número de notificações de agressão a mulheres ponderado pela quantidade de mulheres no distrito;
- c. População do gênero feminino: População absoluta de mulheres no distrito.

É importante destacar que os coeficientes da matriz precisam ser diretamente proporcionais. Neste caso, a renda per capita é *inversamente proporcional* aos outros coeficientes, pois quanto maiores a população feminina e o índice de violência contra mulheres, maior será a demanda e quanto menor a renda maior será a demanda por delegacias acessíveis via transporte público e a pé. Por isso, o indicador final da renda é o **inverso** da renda per capita por distrito, corrigindo a proporcionalidade.

Além dos indicadores precisarem ser diretamente proporcionais, também devem ser normalizados, possibilitando a comparação e a ponderação para definir apenas um índice de demanda por distrito. Para isso, é considerado o maior indicador de um subcritério específico como 1, e todos os outros indicadores do mesmo subcritério são proporcionais a ele. É realizada essa operação com todos os subcritérios.

A partir dos indicadores normalizados, é feita a ponderação com base nos pesos de cada subcritério e gerado o indicador de demanda final consolidado. É importante destacar que como todos os indicadores dos subcritérios foram normalizados através do procedimento descrito anteriormente, o máximo valor que um indicador

consolidado de um distrito específico poderia chegar seria 1. Com isso, nota-se que a somatória de todos os indicadores dos subcritérios e do índice consolidado final não é 1, dado que 1 é o maior valor e todos são *proporcionais* a ele. Diferente do Método AHP, em que os pesos finais *somam* 1 e cada peso, nesse caso, representa uma *parcela* de 1 (100%).

Através desse processo, foi desenvolvida a matriz de decisão apresentada no Quadro 8, que consta os índices de demanda de todos os distritos do Município de São Paulo. O distrito com a menor demanda é o Cambuci, com índice consolidado de 0,099. Embora esse distrito não tenha uma renda expressiva, é o segundo distrito com menos notificações de agressão a mulheres de 20 a 59 anos, e está entre os 10 distritos com menos mulheres de 20 a 59 anos.

Já o distrito com maior demanda é o Jardim São Luís, com índice de 0,94. Esse distrito tem o maior indicador de número de notificações de agressão a mulheres. Além disso, o distrito tem uma renda não expressiva, e é o quarto distrito com maior número de mulheres de 20 a 59 anos.

Através da descrição do distrito com maior e menor demanda evidencia-se a desigualdade dos distritos de São Paulo sobre esse tema. Pode-se, ainda, evidenciar através do índice consolidado da demanda, esse do distrito com maior demanda (Jardim São Luís) é 9,5 vezes maior do que do distrito de menor demanda (Cambuci).

A seguir, no Quadro 8, tem o detalhamento da matriz de decisão dos índices de demanda para todos os distritos de São Paulo:

Quadro 8 - Matriz consolidada dos índices de demanda por distrito

Coeficiente	Número de notificações de agressão a mulheres ponderado pela quantidade de mulheres no distrito	Número de notificações de agressão a mulheres ponderado pela quantidade de mulheres no distrito normalizado	População de mulheres	População de mulheres normalizado	Renda Per Capta	1/Renda Per Capta	1/Renda Per Capta normalizado	Índice Consolidado
Peso	0,45	0,45	0,45	0,09				
Água Rasa	3,78	0,07	30821,15	0,18	1530,79	0,00065	0,48	0,15
Alto de Pinheiros	8,52	0,16	14194,47	0,08	3245,26	0,00031	0,22	0,13
Anhanguera	9,64	0,19	52495,35	0,3	877,57	0,00114	0,83	0,29
Aricanduva	5,66	0,11	40861,02	0,23	1015,59	0,00098	0,72	0,22
Artur Alvim	7,47	0,14	72349,95	0,41	1115,73	0,0009	0,65	0,31
Barra Funda	10,73	0,21	16426,75	0,09	2476,65	0,0004	0,29	0,16
Bela Vista	3,34	0,06	40346,77	0,23	2525,57	0,0004	0,29	0,16
Belém	7,73	0,15	37724,84	0,22	1277,68	0,00078	0,57	0,22
Bom Retiro	17,27	0,33	10884,57	0,06	1273,56	0,00079	0,57	0,23
Brás	11,26	0,22	26484,07	0,15	1096,4	0,00091	0,67	0,23
Brasilândia	6,45	0,12	174809,27	1	813,08	0,00123	0,9	0,59
Butantã	2,98	0,06	31916,43	0,18	2351,37	0,00043	0,31	0,14
Cachoeirinha	1,9	0,04	89179,75	0,51	1027,01	0,00097	0,71	0,31
Cambuci	0,42	0,01	23128,41	0,13	1832,12	0,00055	0,4	0,1
Campo Belo	2,34	0,05	65279,56	0,37	2695,22	0,00037	0,27	0,21
Campo Grande	2,42	0,05	74229,17	0,42	1905,15	0,00052	0,38	0,25
Campo Limpo	12,34	0,24	105637,73	0,6	1114,06	0,0009	0,65	0,44
Cangaíba	24,77	0,48	46534,85	0,27	987,09	0,00101	0,74	0,4
Capão Redondo	21,76	0,42	139164,84	0,8	1001,83	0,001	0,73	0,61
Carrão	11,26	0,22	38768,46	0,22	1248,03	0,0008	0,58	0,25
Casa Verde	3,45	0,07	29855,89	0,17	1362,78	0,00073	0,54	0,15
Cidade Ademar	20,69	0,4	135722,33	0,78	937,16	0,00107	0,78	0,6
Cidade Dutra	6,58	0,13	126804,77	0,73	1071,25	0,00093	0,68	0,44
Cidade Líder	9,93	0,19	64853,26	0,37	1099,94	0,00091	0,66	0,31
Cidade Tiradentes	24,14	0,46	61082,28	0,35	803,09	0,00125	0,91	0,45
Consolação	0,75	0,01	41627,4	0,24	3632,53	0,00028	0,2	0,13
Cursino	14,8	0,28	60552,14	0,35	1254,01	0,0008	0,58	0,34
Ermelino	12,07	0,23	86740,04	0,5	1053,1	0,00095	0,69	0,39
Matarazzo	12,53	0,24	43322,63	0,25	1239,5	0,00081	0,59	0,27
Freguesia do Ó	24,61	0,47	170170,43	0,97	834,04	0,0012	0,87	0,73
Grajaú	22,74	0,44	51682,44	0,3	886,05	0,00113	0,82	0,4

Coeficiente	Número de notificações de agressão a mulheres ponderado pela quantidade de mulheres no distrito	Número de notificações de agressão a mulheres ponderado pela quantidade de mulheres no distrito normalizado	População de mulheres	População de mulheres normalizado	Renda Per Capta	1/Renda Per Capta	1/Renda Per Capta normalizado	Índice Consolidado
	Peso	0,45	0,45	0,09				
Iguatemi	3,99	0,08	92144,25	0,53	936,22	0,00107	0,78	0,34
Ipiranga	2,59	0,05	72941,88	0,42	1631,53	0,00061	0,45	0,25
Itaim Bibi	5,83	0,11	44996,1	0,26	3201,21	0,00031	0,23	0,19
Itaim Paulista	51,92	1	90039,44	0,52	793,64	0,00126	0,92	0,76
Itaquera	12,36	0,24	102765,03	0,59	983,66	0,00102	0,74	0,44
Jabaquara	18,13	0,35	116090,54	0,66	1586,63	0,00063	0,46	0,5
Jaçanã	11,95	0,23	70415,43	0,4	1000,39	0,001	0,73	0,35
Jaguara	6,25	0,12	12646,02	0,07	1319,55	0,00076	0,55	0,14
Jaguapé	2,29	0,04	17029,34	0,1	1561,37	0,00064	0,47	0,11
Jaraguá	4,52	0,09	137718,66	0,79	828,19	0,00121	0,88	0,47
Jardim Ângela	42,62	0,82	140281,47	0,8	826,92	0,00121	0,88	0,81
Jardim Helena	34,63	0,67	58661,98	0,34	877,36	0,00114	0,83	0,53
Jardim Paulista	0,33	0,01	51873,42	0,3	3940,41	0,00025	0,19	0,15
Jardim São Luís	49,46	0,95	172161,28	0,98	961,49	0,00104	0,76	0,94
José Bonifácio	4,63	0,09	77899,45	0,45	956,43	0,00105	0,76	0,31
Lajeado	10,8	0,21	120273,28	0,69	744,89	0,00134	0,98	0,49
Lapa	6,17	0,12	36959,98	0,21	2605,13	0,00038	0,28	0,17
Liberdade	2,18	0,04	33020,25	0,19	2219,11	0,00045	0,33	0,13
Limão	1,64	0,03	76833,27	0,44	1111,36	0,0009	0,66	0,27
Mandaqui	10,17	0,2	21903,93	0,13	1681,92	0,00059	0,43	0,18
Marsilac	4,72	0,09	19607,54	0,11	813,53	0,00123	0,9	0,17
Moema	0,53	0,01	57856,31	0,33	3651,28	0,00027	0,2	0,17
Mooca	1,95	0,04	45748,49	0,26	1863,08	0,00054	0,39	0,17
Morumbi	1,28	0,02	60012,22	0,34	2566,22	0,00039	0,28	0,19
Parelheiros	28,92	0,56	82388,94	0,47	742,93	0,00135	0,98	0,55
Pari	13,3	0,26	9234,3	0,05	1114,71	0,0009	0,65	0,2
Parque do Carmo	5,91	0,11	29540,24	0,17	1139,4	0,00088	0,64	0,18
Pedreira	12,95	0,25	59712,9	0,34	891,76	0,00112	0,82	0,34
Penha	8,35	0,16	78059,23	0,45	1233,83	0,00081	0,59	0,33
Perdizes	2,35	0,05	53614,78	0,31	3503,32	0,00029	0,21	0,18
Perus	28,01	0,54	42990,31	0,25	729,47	0,00137	1	0,44
Pinheiros	3,09	0,06	34668,01	0,2	3258,42	0,00031	0,22	0,14
Pirituba	27,19	0,52	49584,95	0,28	1200,36	0,00083	0,61	0,42
Ponte Rasa	20,02	0,39	35805,39	0,2	1097,52	0,00091	0,66	0,33
Raposo Tavares	12,35	0,24	49225,37	0,28	1201,61	0,00083	0,61	0,29
República	2,69	0,05	29594,7	0,17	2047,72	0,00049	0,36	0,13

Coeficiente	Número de notificações de agressão a mulheres ponderado pela quantidade de mulheres no distrito	Número de notificações de agressão a mulheres ponderado pela quantidade de mulheres no distrito normalizado	População de mulheres	População de mulheres normalizado	Renda Per Capta	1/Renda Per Capta	1/Renda Per Capta normalizado	Índice Consolidado
Peso	0,45		0,45		0,09			
Rio Pequeno	6,69	0,13	57626,86	0,33	1273,6	0,00079	0,57	0,26
Sacomã	20,18	0,39	111159,35	0,64	1282,81	0,00078	0,57	0,51
Santa Cecília	12,43	0,24	28527,11	0,16	2140,2	0,00047	0,34	0,21
Santana	3,76	0,07	78781,93	0,45	2170,93	0,00046	0,34	0,27
Santo Amaro	1,16	0,02	61458,78	0,35	3048,08	0,00033	0,24	0,19
São Domingos	21,49	0,41	31745,69	0,18	1285,65	0,00078	0,57	0,32
São Lucas	2,34	0,05	82324,84	0,47	982,32	0,00102	0,74	0,3
São Mateus	17,29	0,33	53048,57	0,3	1037,21	0,00096	0,7	0,35
São Miguel	15,68	0,3	82159,55	0,47	979,94	0,00102	0,74	0,41
São Rafael	3,95	0,08	50373,22	0,29	779,31	0,00128	0,94	0,25
Sapopemba	9,02	0,17	166899,32	0,95	888,69	0,00113	0,82	0,58
Saúde	3,05	0,06	62165,95	0,36	2492,52	0,0004	0,29	0,21
Sé	2,81	0,05	23544,94	0,13	1489,45	0,00067	0,49	0,13
Socorro	2,98	0,06	25402,07	0,15	1782,41	0,00056	0,41	0,13
Tatuapé	6,21	0,12	51540,31	0,29	1913,6	0,00052	0,38	0,22
Tremembé	4,69	0,09	118784,51	0,68	894,31	0,00112	0,82	0,42
Tucuruvi	2,18	0,04	48795,1	0,28	1564,66	0,00064	0,47	0,19
Vila Andrade	6,11	0,12	74463,74	0,43	2268,34	0,00044	0,32	0,27
Vila Curuçá	22,46	0,43	73360,54	0,42	887,65	0,00113	0,82	0,46
Vila Formosa	3,7	0,07	58465	0,33	1429,14	0,0007	0,51	0,23
Vila Guilherme	9,46	0,18	22495,36	0,13	1498,43	0,00067	0,49	0,18
Vila Jacuí	10,58	0,2	84966,12	0,49	868,41	0,00115	0,84	0,39
Vila Leopoldina	1,18	0,02	87008,88	0,5	2867,87	0,00035	0,25	0,26
Vila Maria	6,55	0,13	61773,45	0,35	1077,03	0,00093	0,68	0,28
Vila Mariana	1,21	0,02	80113,75	0,46	3001,78	0,00033	0,24	0,24
Vila Matilde	11,22	0,22	60968,89	0,35	1101,77	0,00091	0,66	0,31
Vila Medeiros	7,45	0,14	62815,57	0,36	1156,14	0,00086	0,63	0,28
Vila Prudente	2,7	0,05	68488,22	0,39	1410,72	0,00071	0,52	0,25
Vila Sônia	2,52	0,05	75385,7	0,43	2135,66	0,00047	0,34	0,25

Fonte: Autoria Própria

10.3.2. ÍNDICES DE OFERTA

Os três subcritérios de oferta - tipo de delegacia, modo de transporte e período do dia - determinam as situações listadas a seguir com os respectivos dados utilizados para quantificá-las:

- a. Acessibilidade a delegacias às 9h da manhã a pé;
- b. Acessibilidade a delegacias às 3h da manhã a pé;
- c. Acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã a pé;
- d. Acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã a pé;
- e. Acessibilidade a delegacias às 9h da manhã de transporte público;
- f. Acessibilidade a delegacias às 3h da manhã de transporte público;
- g. Acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público;
- h. Acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público;
- i. Acessibilidade a delegacias às 9h da manhã de carro;
- j. Acessibilidade a delegacias às 3h da manhã de carro;
- k. Acessibilidade a delegacias da mulher às 9h da manhã de carro;
- l. Acessibilidade a delegacias da mulher às 3h da manhã de carro;

Os coeficientes foram medidos pelo método cumulativo, conforme explicado anteriormente e são diretamente proporcionais, portanto, foram apenas normalizados, pelo mesmo processo descrito no processo para a matriz de decisão da demanda em ÍNDICES DE DEMANDA (página 99). Nessa normalização é considerado o maior indicador de um subcritério específico como 1, e todos os outros indicadores do mesmo subcritério são proporcionais a ele. A partir dos indicadores normalizados, é feita a ponderação com base nos pesos de cada subcritério e gerado o indicador de oferta final consolidado.

Através desse processo, foi desenvolvida a matriz de decisão apresentada no Quadro 9, no qual constam os índices de oferta de todos os distritos do Município de São Paulo. Nota-se que existe um distrito o qual o índice consolidado final é zero: Marsilac. Isso significa que em nenhuma das situações propostas, esses distrito tem delegacias acessíveis, especializadas ou gerais.

Em oposição a essa situação, o distrito com maior índice de oferta é a Sé, com o índice de demanda 0,92. Esse distrito tem, em todas as situações de acessibilidade

descritas, ao menos uma delegacia acessível, sendo que na situação com o maior número de acessibilidade, a Sé tem 77 delegacias acessíveis às 9h da manhã de carro.

A seguir no Quadro 9 tem o detalhamento da matriz de decisão dos índices de oferta para todos os distritos de São Paulo:

Quadro 9 - Matriz consolidada dos índices de oferta por distrito

Coefficiente de acessibilidade	A delegacias às 9h da manhã a pé	A delegacias às 3h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 9h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 3h da manhã a pé	A delegacias às 9h da manhã de transporte público	A delegacias às 3h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público	A delegacias às 9h da manhã de carro	A delegacias às 3h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	Índice Consolidado
Peso	0,024	0,070	0,070	0,170	0,024	0,070	0,070	0,170	0,024	0,070	0,070	0,170	
Água Rasa	0,20	0,00	0,00	0,00	0,29	0,20	0,00	0,00	0,90	0,88	0,89	0,88	0,32
Alto de Pinheiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,17	0,20	0,25	0,00	0,86	0,73	0,78	0,73	0,29
Anhanguera	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,54	0,38	0,44	0,38	0,14
Aricanduva	0,20	0,00	0,00	0,00	0,20	0,20	0,25	0,50	0,77	0,81	0,67	0,81	0,38
Artur Alvim	0,20	0,00	0,00	0,00	0,37	0,20	0,50	0,50	0,69	0,73	0,56	0,73	0,38
Barra Funda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,31	0,20	0,25	0,00	0,93	0,81	0,89	0,81	0,32
Bela Vista	0,40	0,00	0,00	0,00	0,49	0,40	0,50	0,50	0,93	0,81	0,89	0,81	0,45
Belém	0,20	0,00	0,00	0,00	0,60	0,80	0,50	1,00	0,95	0,88	0,89	0,88	0,58
Bom Retiro	0,20	1,00	0,00	0,00	0,34	0,40	0,25	0,50	0,99	0,96	1,00	0,96	0,54
Brás	0,40	1,00	1,00	1,00	0,54	0,80	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,93
Brasilândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,25	0,00	0,43	0,35	0,44	0,35	0,14
Butantã	0,20	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,25	0,00	0,73	0,58	0,67	0,58	0,23
Cachoeirinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,58	0,46	0,67	0,46	0,17
Cambuci	0,20	0,00	0,00	0,00	0,37	0,20	0,50	0,50	0,90	0,88	0,89	0,88	0,44
Campo Belo	0,20	1,00	0,00	0,00	0,37	0,20	0,50	0,00	0,78	0,62	0,78	0,62	0,35
Campo Grande	0,20	1,00	1,00	1,00	0,26	0,40	0,25	0,50	0,53	0,42	0,44	0,42	0,60
Campo Limpo	0,20	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,47	0,38	0,44	0,38	0,14
Cangaíba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,74	0,73	0,67	0,73	0,24
Capão Redondo	0,20	1,00	0,00	0,00	0,09	0,20	0,00	0,00	0,43	0,35	0,33	0,35	0,21
Carrão	0,40	1,00	0,00	0,00	0,37	0,20	0,50	0,00	0,84	0,85	0,78	0,85	0,41
Casa Verde	0,20	0,00	0,00	0,00	0,31	0,20	0,25	0,00	0,88	0,77	0,78	0,77	0,30
Cidade Ademar	0,20	0,00	0,00	0,00	0,14	0,40	0,25	0,50	0,58	0,46	0,44	0,46	0,29
Cidade Dutra	0,20	1,00	0,00	0,00	0,14	0,40	0,00	0,00	0,33	0,35	0,22	0,35	0,21
Cidade Líder	0,20	1,00	1,00	1,00	0,20	0,20	0,50	0,50	0,67	0,65	0,56	0,65	0,66

Coefficiente de acessibilidade	A delegacias às 9h da manhã a pé	A delegacias às 3h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 9h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 3h da manhã a pé	A delegacias às 9h da manhã de transporte público	A delegacias às 3h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público	A delegacias às 9h da manhã de carro	A delegacias às 3h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	Índice Consolidado
Peso	0,024	0,070	0,070	0,170	0,024	0,070	0,070	0,170	0,024	0,070	0,070	0,170	
Cidade Tiradentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,31	0,38	0,22	0,38	0,12
Consolação	0,40	0,00	0,00	0,00	0,37	0,40	0,25	0,50	0,91	0,73	0,89	0,73	0,41
Cursino	0,20	0,00	0,00	0,00	0,14	0,20	0,00	0,00	0,77	0,73	0,67	0,73	0,26
Ermelino Matarazzo	0,20	0,00	0,00	0,00	0,14	0,20	0,00	0,00	0,54	0,65	0,44	0,65	0,22
Freguesia do O	0,20	1,00	1,00	1,00	0,26	0,40	0,50	0,50	0,78	0,62	0,67	0,62	0,68
Grajaú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,12	0,15	0,11	0,15	0,05
Guaianases	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0,25	0,00	0,31	0,46	0,33	0,46	0,16
Iguatemi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,42	0,50	0,33	0,50	0,15
Ipiranga	0,20	0,00	0,00	0,00	0,34	0,00	0,50	0,00	0,88	0,92	0,89	0,92	0,35
Itaim Bibi	0,20	1,00	0,00	0,00	0,09	0,20	0,00	0,00	0,85	0,65	0,78	0,65	0,32
Itaim Paulista	0,20	1,00	0,00	0,00	0,11	0,20	0,00	0,00	0,30	0,35	0,33	0,35	0,20
Itaquera	0,20	1,00	1,00	1,00	0,34	0,40	0,50	0,50	0,49	0,54	0,44	0,54	0,64
Jabaquara	0,20	0,00	0,00	0,00	0,37	0,60	0,50	0,00	0,67	0,54	0,44	0,54	0,27
Jaçanã	0,20	1,00	0,00	0,00	0,09	0,20	0,00	0,00	0,79	0,81	0,89	0,81	0,36
Jaguara	0,20	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,80	0,62	0,78	0,62	0,23
Jaguaré	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,25	0,00	0,79	0,65	0,78	0,65	0,25
Jaraguá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,25	0,00	0,44	0,42	0,56	0,42	0,17
Jardim Ângela	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,27	0,27	0,11	0,27	0,08
Jardim Helena	0,20	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,43	0,54	0,33	0,54	0,17
Jardim Paulista	0,20	1,00	0,00	0,00	0,37	0,40	0,25	0,00	0,89	0,81	0,78	0,81	0,40
Jardim São Luís	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,46	0,38	0,33	0,38	0,13
José Bonifácio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,40	0,50	0,33	0,50	0,16
Lajeado	0,40	0,00	0,00	0,00	0,26	0,00	0,25	0,00	0,33	0,46	0,33	0,46	0,18
Lapa	0,20	0,00	0,00	0,00	0,34	0,00	0,50	0,00	0,91	0,73	0,89	0,73	0,31
Liberdade	0,40	0,00	0,00	0,00	0,34	0,20	0,50	0,50	0,94	0,81	0,89	0,81	0,43

Coefficiente de acessibilidade	A delegacias às 9h da manhã a pé	A delegacias às 3h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 9h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 3h da manhã a pé	A delegacias às 9h da manhã de transporte público	A delegacias às 3h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público	A delegacias às 9h da manhã de carro	A delegacias às 3h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	Índice Consolidado
Peso	0,024	0,070	0,070	0,170	0,024	0,070	0,070	0,170	0,024	0,070	0,070	0,170	
Limão	0,20	0,00	0,00	0,00	0,37	0,20	0,25	0,50	0,75	0,65	0,67	0,65	0,35
Mandaqui	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,56	0,46	0,67	0,46	0,17
Marsilac	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moema	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29	0,60	0,50	0,50	0,90	0,77	0,78	0,77	0,43
Mooca	0,60	1,00	0,00	0,00	0,49	0,20	0,50	0,00	0,95	0,96	0,89	0,96	0,46
Morumbi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,84	0,65	0,78	0,65	0,23
Parelheiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,07	0,08	0,11	0,08	0,03
Pari	0,20	0,00	0,00	0,00	0,40	0,40	0,25	0,50	0,94	0,92	0,89	0,92	0,45
Parque do Carmo	0,20	1,00	0,00	0,00	0,09	0,20	0,25	0,00	0,47	0,50	0,33	0,50	0,26
Pedreira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,20	0,00	0,00	0,43	0,38	0,22	0,38	0,13
Penha	0,20	0,00	0,00	0,00	0,49	1,00	1,00	1,00	0,81	0,81	0,78	0,81	0,59
Perdizes	0,20	0,00	0,00	0,00	0,23	0,20	0,00	0,00	0,89	0,73	0,89	0,73	0,28
Perus	0,20	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,25	0,00	0,42	0,31	0,44	0,31	0,14
Pinheiros	0,20	1,00	0,00	0,00	0,43	0,40	0,50	0,00	0,88	0,73	0,78	0,73	0,40
Pirituba	0,20	0,00	1,00	0,00	0,20	0,00	0,50	0,00	0,65	0,50	0,67	0,50	0,30
Ponte Rasa	0,20	1,00	0,00	0,00	0,14	0,20	0,00	0,00	0,64	0,69	0,56	0,69	0,31
Raposo Tavares	0,20	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,59	0,42	0,67	0,42	0,17
República	1,00	1,00	1,00	1,00	0,80	0,40	0,75	0,50	0,98	0,85	0,89	0,85	0,81
Rio Pequeno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,25	0,00	0,68	0,54	0,78	0,54	0,22
Sacomã	0,20	1,00	0,00	0,00	0,09	0,20	0,00	0,00	0,68	0,65	0,44	0,65	0,29
Santa Cecília	0,60	1,00	0,00	0,00	0,51	0,40	0,75	0,50	0,94	0,73	0,89	0,73	0,52
Santana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,51	0,20	0,25	0,00	0,85	0,73	0,78	0,73	0,29
Santo Amaro	0,20	1,00	0,00	0,00	0,29	0,20	0,25	0,00	0,64	0,54	0,67	0,54	0,30
São Domingos	0,20	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,25	0,00	0,75	0,58	0,78	0,58	0,23
São Lucas	0,40	1,00	0,00	0,00	0,23	0,20	0,00	0,00	0,78	0,88	0,67	0,88	0,38

Coefficiente de acessibilidade	A delegacias às 9h da manhã a pé	A delegacias às 3h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 9h da manhã a pé	A delegacias da mulher às 3h da manhã a pé	A delegacias às 9h da manhã de transporte público	A delegacias às 3h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 9h da manhã de transporte público	A delegacias da mulher às 3h da manhã de transporte público	A delegacias às 9h da manhã de carro	A delegacias às 3h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 9h da manhã de carro	A delegacias da mulher às 3h da manhã de carro	Índice Consolidado
Peso	0,024	0,070	0,070	0,170	0,024	0,070	0,070	0,170	0,024	0,070	0,070	0,170	
São Mateus	0,20	1,00	0,00	0,00	0,17	0,40	0,00	0,00	0,59	0,58	0,44	0,58	0,29
São Miguel	0,40	1,00	0,00	0,00	0,31	0,20	0,25	0,00	0,54	0,62	0,44	0,62	0,31
São Rafael	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,42	0,50	0,33	0,50	0,15
Sapopemba	0,20	1,00	0,00	0,00	0,23	0,40	0,00	0,00	0,72	0,69	0,56	0,69	0,33
Saúde	0,20	1,00	1,00	1,00	0,46	0,40	0,50	0,50	0,85	0,73	0,67	0,73	0,71
Sé	0,60	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	0,95	0,88	0,89	0,88	0,92
Socorro	0,20	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,57	0,50	0,56	0,50	0,18
Tatuapé	0,40	1,00	1,00	1,00	0,51	0,80	0,75	1,00	0,94	0,88	0,89	0,88	0,91
Tremembé	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,60	0,50	0,56	0,50	0,17
Tucuruvi	0,20	1,00	0,00	0,00	0,11	0,40	0,00	0,00	0,69	0,58	0,78	0,58	0,31
Vila Andrade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,48	0,38	0,44	0,38	0,14
Vila Curuçá	0,20	0,00	0,00	0,00	0,20	0,20	0,00	0,00	0,38	0,46	0,33	0,46	0,17
Vila Formosa	0,40	0,00	0,00	0,00	0,37	0,20	0,25	0,00	0,86	0,81	0,78	0,81	0,32
Vila Guilherme	0,20	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0,00	0,00	0,91	0,88	0,89	0,88	0,30
Vila Jacuí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,20	0,00	0,00	0,52	0,62	0,44	0,62	0,21
Vila Leopoldina	0,20	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0,25	0,00	0,88	0,69	0,78	0,69	0,27
Vila Maria	0,40	0,00	0,00	0,00	0,23	0,00	0,25	0,00	0,94	0,88	0,89	0,88	0,33
Vila Mariana	0,20	1,00	1,00	1,00	0,66	0,40	0,50	0,50	0,90	0,81	0,78	0,81	0,75
Vila Matilde	0,20	0,00	0,00	0,00	0,26	0,40	0,50	0,50	0,81	0,77	0,78	0,77	0,42
Vila Medeiros	0,40	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,80	0,85	0,89	0,85	0,30
Vila Prudente	0,20	0,00	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,81	0,92	0,78	0,92	0,30
Vila Sônia	0,20	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,65	0,54	0,67	0,54	0,20

Fonte: Autoria Própria

11.RESULTADOS DO DELTA POR DISTRITO

11.1. RESULTADOS GERAIS

Após a quantificação da demanda e da oferta, foi realizado o cálculo do delta (Δ), a partir do cálculo explicado na Equação 1. Segue o Quadro 1 com o delta (Δ) específico de cada distrito, já ordenado do mais crítico ao menos crítico.

Quadro 10 – Delta comparativo por distrito entre oferta e demanda por delegacias gerais e de mulheres

DISTRITOS	DEMANDA	OFERTA	DELTA
Jardim São Luís	0,94	0,13	-0,81
Jardim Ângela	0,81	0,08	-0,73
Grajaú	0,73	0,05	-0,68
Itaim Paulista	0,76	0,20	-0,56
Parelheiros	0,55	0,03	-0,52
Brasilândia	0,59	0,14	-0,44
Capão Redondo	0,61	0,21	-0,41
Jardim Helena	0,53	0,17	-0,36
Cidade Tiradentes	0,45	0,12	-0,33
Lajeado	0,49	0,18	-0,32
Cidade Ademar	0,60	0,29	-0,30
Perus	0,44	0,14	-0,30
Jaraguá	0,47	0,17	-0,30
Campo Limpo	0,44	0,14	-0,30
Vila Curuçá	0,46	0,17	-0,29
Sapopemba	0,58	0,33	-0,25
Tremembé	0,42	0,17	-0,25
Guaianases	0,40	0,16	-0,24
Cidade Dutra	0,44	0,21	-0,23
Jabaquara	0,50	0,27	-0,23
Sacomã	0,51	0,29	-0,22
Pedreira	0,34	0,13	-0,21
Iguatemi	0,34	0,15	-0,19
Vila Jacuí	0,39	0,21	-0,18
Marsilac	0,17	0,00	-0,17
Ermelino Matarazzo	0,39	0,22	-0,17
Cangaíba	0,40	0,24	-0,16
Ananguera	0,29	0,14	-0,16
José Bonifácio	0,31	0,16	-0,15

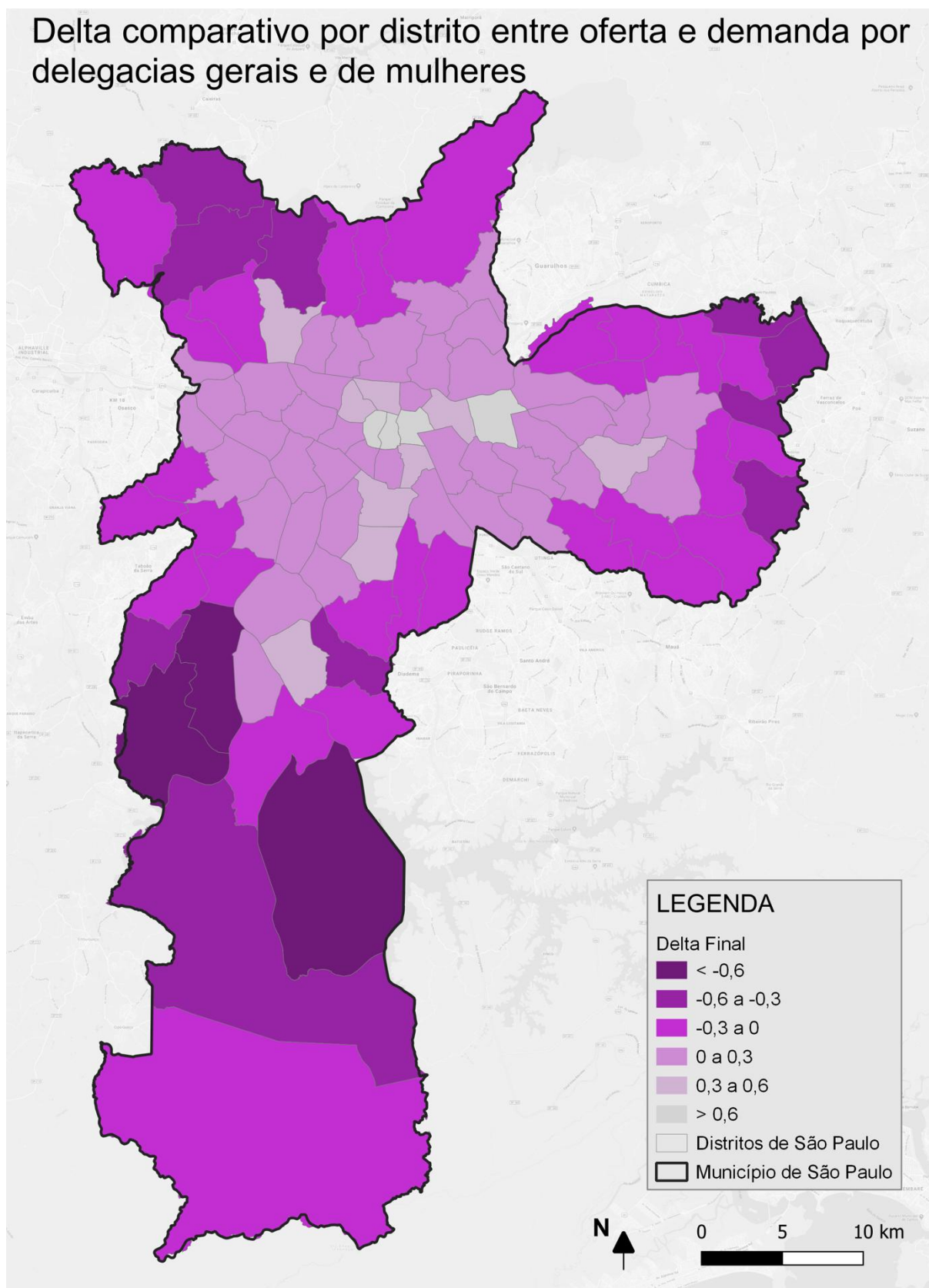
Vila Andrade	0,27	0,14	-0,14
Cachoeirinha	0,31	0,17	-0,14
Pirituba	0,42	0,30	-0,12
Raposo Tavares	0,29	0,17	-0,12
São Miguel	0,41	0,31	-0,10
São Rafael	0,25	0,15	-0,09
São Domingos	0,32	0,23	-0,08
Cursino	0,34	0,26	-0,07
São Mateus	0,35	0,29	-0,06
Vila Sônia	0,25	0,20	-0,05
Rio Pequeno	0,26	0,22	-0,04
Ponte Rasa	0,33	0,31	-0,01
Mandaqui	0,18	0,17	-0,01
Vila Leopoldina	0,26	0,27	0,01
Vila Medeiros	0,28	0,30	0,01
Jaçanã	0,35	0,36	0,01
Santana	0,27	0,29	0,03
Morumbi	0,19	0,23	0,04
Socorro	0,13	0,18	0,05
Vila Maria	0,28	0,33	0,05
Vila Prudente	0,25	0,30	0,06
Artur Alvim	0,31	0,38	0,07
São Lucas	0,30	0,38	0,08
Parque do Carmo	0,18	0,26	0,08
Limão	0,27	0,35	0,08
Vila Formosa	0,23	0,32	0,09
Jaguara	0,14	0,23	0,09
Butantã	0,14	0,23	0,09
Ipiranga	0,25	0,35	0,10
Vila Matilde	0,31	0,42	0,10
Perdizes	0,18	0,28	0,11
Santo Amaro	0,19	0,30	0,11
Vila Guilherme	0,18	0,30	0,12
Tucuruvi	0,19	0,31	0,13
Lapa	0,17	0,31	0,13
Itaim Bibi	0,19	0,32	0,13
Campo Belo	0,21	0,35	0,14
Jaguaré	0,11	0,25	0,14
Casa Verde	0,15	0,30	0,15
Barra Funda	0,16	0,32	0,15
Alto de Pinheiros	0,13	0,29	0,15
Carrão	0,25	0,41	0,16

Aricanduva	0,22	0,38	0,17
Água Rasa	0,15	0,32	0,17
Itaquera	0,44	0,64	0,20
Jardim Paulista	0,15	0,40	0,24
Pari	0,20	0,45	0,25
Moema	0,17	0,43	0,26
Pinheiros	0,14	0,40	0,26
Penha	0,33	0,59	0,27
Consolação	0,13	0,41	0,28
Bela Vista	0,16	0,45	0,29
Mooca	0,17	0,46	0,29
Liberdade	0,13	0,43	0,30
Bom Retiro	0,23	0,54	0,31
Santa Cecília	0,21	0,52	0,31
Cambuci	0,10	0,44	0,34
Campo Grande	0,25	0,60	0,35
Cidade Líder	0,31	0,66	0,35
Belém	0,22	0,58	0,36
Freguesia do Ó	0,27	0,68	0,41
Saúde	0,21	0,71	0,50
Vila Mariana	0,24	0,75	0,51
República	0,13	0,81	0,67
Tatuapé	0,22	0,91	0,68
Brás	0,23	0,93	0,70
Sé	0,13	0,92	0,79

Fonte: Autoria Própria

A partir dos dados gerados pelo cálculo do delta que foram explicitados no Quadro 10, foi elaborado no software QGIS o mapa que corresponde ao delta por distrito:

Figura 26 - Mapa do delta comparativo por distrito entre a oferta e a demanda por delegacias gerais e de mulheres



Fonte: Autoria Própria

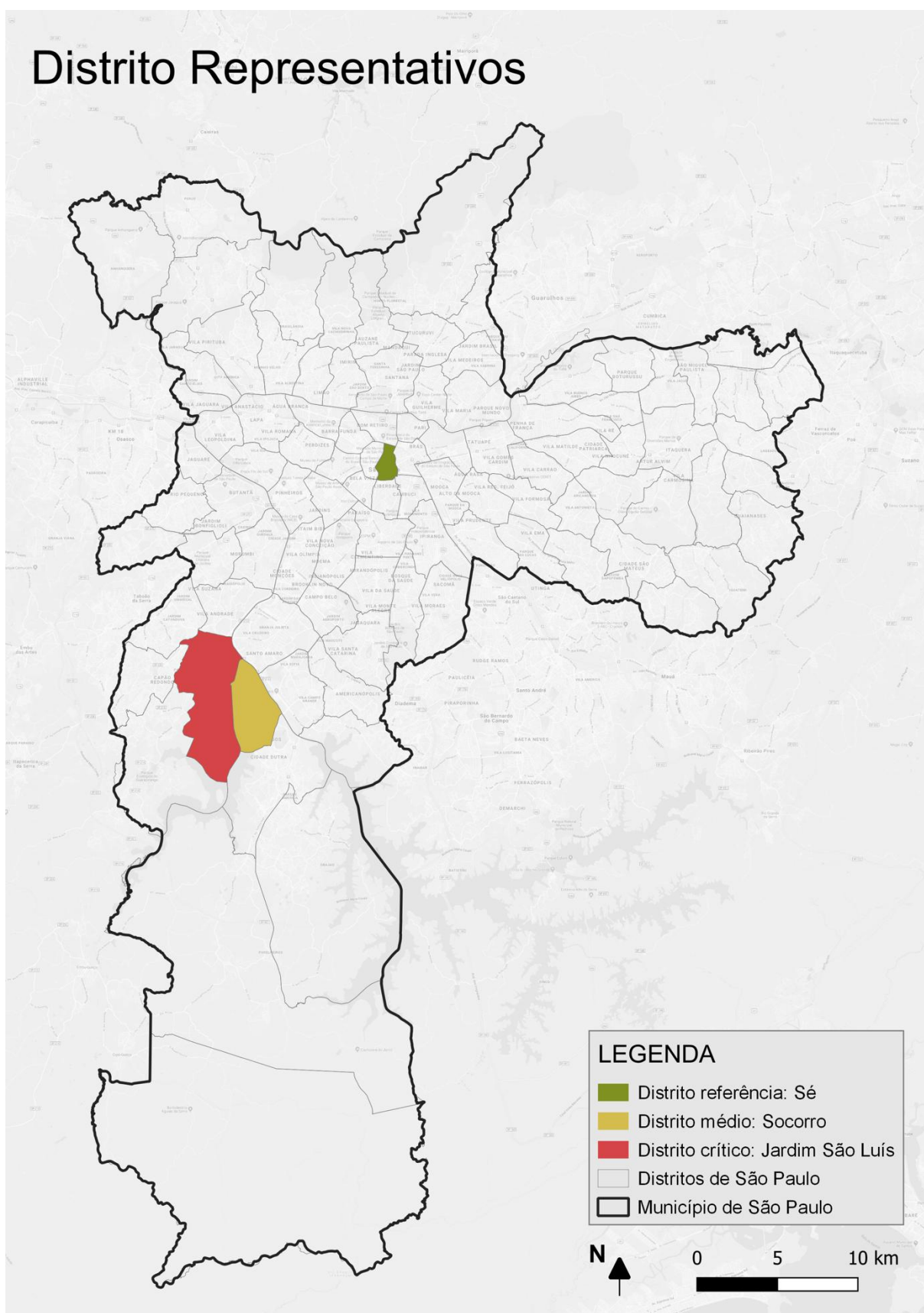
11.2. DISTRITOS REPRESENTATIVOS

Após a análise dos deltas finais, foram determinados três distritos do Município de São Paulo para aprofundamento da análise e proposição.

- a) Distrito crítico: é o distrito com o menor delta, ou seja, caracteriza a situação mais crítica de oferta e demanda de São Paulo quando comparado a todos os outros distritos do município;
- b) Distrito médio: é o distrito com o delta médio na comparação dos distritos de São Paulo, ou seja, isso representa a situação intermediária em relação à acessibilidade da rede de proteção da mulher vítima de violência em São Paulo.
- c) Distrito referência: é o distrito com o maior delta de São Paulo, ou seja, a referência em relação ao delta. Vale ressaltar que essa categorização não pode ser entendida como um distrito de referência em relação à oferta e demanda, pois ele pode ter infraestrutura ociosa para a demanda do local, entretanto na metodologia estudada do delta e comparação, é uma referência na comparação dos distritos de São Paulo.

A partir dos dados gerados e da definição dos distritos representativos, foi elaborado no software QGIS um mapa para localizando os mesmos.

Figura 27 - Mapa dos distritos representativos do Município de São Paulo



Fonte: Autoria Própria

11.2.1. DISTRITO CRÍTICO: JARDIM SÃO LUÍS

Através do desenvolvimento do trabalho constatou-se que o distrito crítico em relação ao delta de acessibilidade à rede de segurança protetiva às mulheres vítimas de violência no município de São Paulo é o Jardim São Luís.

Esse distrito tem a maior demanda do município, com índice de 0,94. O indicador alarmante é o número de notificações de agressão a mulheres, sendo ele o segundo maior de todos os distritos, apenas atrás do Itaim Paulista, e aproximadamente 150 vezes maior do que o distrito com menor indicador desse subcritério específico. Nota-se também que é o segundo distrito com maior número de mulheres, ou seja, além de ter uma situação grave em relação à violência contra mulheres, também tem uma das maiores populações femininas por distrito em São Paulo. Essa combinação evidencia que, em relação aos indicadores de demanda, o Jardim São Luís encontra-se em situação crítica se comparado aos outros distritos.

Para agravar o problema, o Jardim São Luís tem um dos piores índices de oferta, mais precisamente, o 6º pior índice de oferta de delegacias (consolidado após todas as situações). Dentre as situações de acesso via transporte público e a pé descritas, a única em que coeficiente de acessibilidade do Jardim São Luís não é zero, é a acessibilidade a delegacias às 9h da manhã de transporte público, que, neste caso, também é a situação com menor importância (menor peso) comparada às situações durante a madrugada. Em relação às situações de carro, nenhum coeficiente de acessibilidade é zero em nenhuma das quatro situações de todos os distritos de São Paulo, portanto os coeficientes do Jardim São Luís também são maiores do que zero.

Com essa análise aprofundada do Jardim São Luís, pode-se constatar que o mesmo tem, de fato, uma situação crítica com a maior demanda de todo município, e uma das piores ofertas em relação a acessibilidade à rede de segurança protetiva às mulheres vítimas de violência no município de São Paulo.

11.2.2. DISTRITO MÉDIO: SOCORRO

Da mesma maneira que analisamos o distrito crítico, constatou-se que o distrito em situação média em relação ao delta de acessibilidade à rede de segurança protetiva às mulheres vítimas de violência no município de São Paulo é o Socorro. Isso significa que ao colocar os deltas dos distritos em ordem decrescente, Socorro assume a posição 49 (São Paulo tem 96 distritos e a mediada de 96 é 48,5).

Em relação à demanda, Socorro tem uma das demandas mais baixas do município, precisamente, a terceira menor demanda do município. Ambos os indicadores que mais interferem na demanda (número de notificações de agressão a mulheres, ponderado pela quantidade de mulheres no distrito e população de mulheres), esse distrito se localiza no último quartil organizado de maneira decrescente da demanda, ou seja, dentre os 25% distritos com menores demanda, ou seja, as situações menos agravantes.

Já em relação à oferta, a situação é oposta. Esse distrito se localiza no último quartil organizado de maneira decrescente da oferta, as situações mais agravantes. Esse distrito tem ofertas disponíveis a pé e de transporte público apenas nas situações menos agravantes, de delegacias gerais as 9h da manhã. Enquanto de carro, tem oferta em todas as situações, porém, como explicado anteriormente, nenhum coeficiente de acessibilidade em nenhuma das quatro situações de carro de todos os distritos de São Paulo é zero.

Com essa análise, podemos perceber que, comparativamente com os outros distritos de São Paulo, embora seja um distrito com poucas ofertas, também não tem uma grande demanda.

11.2.3. DISTRITO REFERÊNCIA: SÉ

O distrito referência em relação ao delta com os outros distritos de São Paulo é a Sé. Isso significa que comparativamente com os outros distritos, a Sé tem a maior diferença da Equação 1, portanto é a referência em relação ao delta.

Em relação à demanda, a quarta mais baixa de todos os distritos de São Paulo. Assim como Socorro, em ambos os indicadores que mais interferem na demanda (número de notificações de agressão a mulheres ponderado pela quantidade de

mulheres no distrito e população de mulheres), esse distrito se localiza no último quartil de demanda.

Em relação à oferta, a Sé tem uma delegacia da mulher 24h dentro do distrito, o que resultou em altos índices de ofertas acessíveis nas situações propostas. Em 6 das 12 das situações estudadas, o distrito da Sé tem o maior coeficiente de acessibilidade dentro todos os distritos de São Paulo, ou seja, seu coeficiente de acessibilidade normalizado nessas situações é 1. Em todas as outras 6 situações, o coeficiente de acessibilidade normalizado é pelo menos 0,5.

A partir desse aprofundamento, nota-se que, comparativamente com os outros distritos de São Paulo, a Sé tem uma demanda baixa e a melhor oferta entre os distritos, posicionando esse distrito como referência no estudo do delta.

12. ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Após o entendimento da violência contra a mulher e a análise da acessibilidade da rede protetiva a partir do acesso às delegacias, foi realizado o diagnóstico dos distritos de São Paulo através do delta calculado na Equação 1. A partir dos resultados desse estudo, serão desenvolvidas estratégias para a melhoria das condições de acessibilidade nos distritos representativos de São Paulo.

As estratégias baseiam-se em um interesse prático de gênero e tem como objetivo o atendimento da vítima em um ambiente acolhedor, focado primeiramente no cuidado com a mesma, para possibilitá-la de realizar a denúncia de maneira segura. Para isso, seria estudada a utilização da infraestrutura já existente de equipamentos de saúde para a criação de células com mais de um serviço público, que possibilitem um melhor acesso aos serviços que atendem diversas necessidades concomitantes como ocorre, por exemplo, no Poupatempo.

12.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

12.1.1. NECESSIDADES PRÁTICAS DAS MULHERES E INTERESSES ESTRATÉGICOS FEMINISTAS (DE GÊNERO)

Para o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas com enfoque de gênero, foram desenvolvidas as categorias de necessidades práticas e interesses estratégicos de gênero.

Em 1985, Molyneux caracterizou os interesses estratégicos feministas (de gênero) por oposição às necessidades práticas das mulheres. As necessidades práticas das mulheres emergem indutivamente das próprias mulheres em conexão com necessidades fundamentais ou básicas, a partir de condições concretas da posição ocupada por elas na divisão sexual do trabalho e na sociedade de classes, condições que possibilitam a realização das tarefas a elas socialmente atribuídas, tais como cuidar das crianças, idosos e doentes, manutenção das redes familiares, entre outras. De outro lado, os interesses estratégicos seriam derivados dedutivamente, a partir da análise da subordinação das mulheres, e envolveriam de alguma maneira um processo de conscientização sobre a divisão sexual do trabalho e as hierarquias estabelecidas entre o conjunto dos homens e o conjunto das

mulheres. Essa distinção permitiu afirmar que é possível mobilização sem efetiva emancipação.

Entende-se, assim, como necessidades práticas aquelas derivadas da condição social que as mulheres ocupam no mundo patriarcal e capitalista. E com interesses estratégicos feministas (de gênero) aqueles que se desenvolvem a partir das lutas travadas pelas mulheres como resistência à posição subordinada de gênero, envolvendo a formulação de objetivos para superar essa posição estrutural (YANNOULAS & SILVA, 2017).

Embora essas definições estejam diretamente relacionadas ao papel da mulher no mercado de trabalho, também podem ser aplicadas em outras esferas. Um exemplo para a solução de necessidades práticas das mulheres que de fato não gera emancipação efetiva é a criação do “vagão rosa”, em serviços de transporte público sobre trilhos.

O “vagão rosa” delimita, através de leis municipais, um vagão de metrô de uso exclusivo do gênero feminino em determinados períodos do dia. Entre os dez municípios com mais de quinhentos mil habitantes que dispõem do serviço de metrô, seis adotaram a política de segregação das mulheres em vagão exclusivo: Rio de Janeiro; Brasília; Belo Horizonte; Contagem; Recife e Jaboatão dos Guararapes (JÚNIOR & VIEIRA, 2017).

As leis relacionadas ao “vagão rosa” solucionam, por exemplo, um problema imediato na vida das mulheres que frequentam o transporte público: o assédio dos homens nesse ambiente fechado, com aglomeração e contato físico. Idealmente, as mulheres não deveriam ter um lugar separado para garantir o mínimo: não serem assediadas. Entretanto, essa medida garante uma necessidade prática da mulher, mesmo que não vise uma mudança estrutural na sociedade e se alinhe com os interesses estratégicos de gênero.

Nesse mesmo contexto, a questão da violência contra as mulheres é um problema estrutural na sociedade e os interesses estratégicos da luta feminista devem focar esforços nas causas socioeconômicas e culturais, e no enfrentamento das diferenças de gênero, que têm repercussões violentas sobre grupos mais vulneráveis, as mulheres. Entretanto, as estratégias para a melhoria da

acessibilidade nesse trabalho serão desenvolvidas com foco nas necessidades práticas das mulheres, que precisam de um local seguro e acolhedor para serem atendidas e denunciarem a violência.

12.1.2. O POUPATEMPO

O Programa Poupatempo foi implantado em 1997 para facilitar o acesso do cidadão às informações e serviços públicos. O programa reúne, em um único local, órgãos e empresas prestadoras de serviços de natureza pública, realizando atendimento sem discriminação ou privilégios, com eficiência (ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Esse programa é um modelo inovador de uma instituição prestadora de serviço público, ganhou espaço e visibilidade nas políticas públicas do Governo de São Paulo e facilitou o acesso da população a diversos serviços públicos, como forma de promover e incentivar a cidadania (TECIANO, 2014).

A estratégia para a melhoria da acessibilidade estudada nesse projeto se baseará em premissas adotadas pelo Poupatempo, relacionadas à facilidade do acesso do cidadão e à união de mais de um serviço público no mesmo lugar. No caso do acesso à rede de proteção de mulheres vítimas de violência, aproveitará a capilaridade do sistema de saúde público e o seu foco em atendimento e acolhimento de vítimas, para propor localizações onde será possível estudar a implementação, na infraestrutura já existente, de um local que permita que as mulheres possam denunciar seus agressores.

12.1.3. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o sistema público de saúde existente no Brasil, implementado com a Constituição Federal de 1988. A rede que compõe o SUS é ampla, engloba a atenção de básica, média e alta complexidades, os serviços de urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Os serviços realizados pelo SUS são fornecidos em diversos estabelecimentos, com focos diferentes. Para a realização desse trabalho, vale destacar os três principais equipamentos dos SUS que foram estudados para a elaboração de estratégias para

a melhoria das condições de acessibilidade: Assistência Médica Ambulatorial (AMA), Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Através da explicação do objetivo de cada infraestrutura a seguir, fornecida pela Prefeitura de São Paulo, 2019, podemos entender o objetivo de cada uma, assim como as diferenças entre elas:

- UPA: Atende urgências e emergências, como pressão e febre alta, fraturas, cortes, infarto e derrames. O paciente é avaliado de acordo com a classificação de risco, podendo ser liberado ou permanecer em observação por até 24 horas. Estas unidades têm capacidade para atender, sem necessidade de encaminhamento ao pronto-socorro hospitalar, em de 90% dos casos. O seu funcionamento é 24h;
- AMA: Atende problemas de saúde de média complexidade, como dor de ouvido, dor de garganta, crises de asma e infecção urinária. Realiza, também, administração de medicamentos, suturas, drenagem de abscessos e RX de qualquer paciente sem cadastramento prévio. Funcionam de segunda a sábado das 7h às 19h;
- UBS: É a porta de entrada do SUS, a infraestrutura de saúde mais capilarizada do país, atende consultas marcadas e problemas de baixa complexidade, como doenças crônicas, resfriados, gripes, e aos poucos está se adaptando para atender pequenos procedimentos e atendimentos de média complexidade dos pacientes cadastrados em cada posto. Também realiza promoção e prevenção de saúde, visitas domiciliares, vacinação, coleta de exames preventivos e distribuição de medicamentos gratuitos. Funciona de segunda a sexta-feira das 7h às 19h.

Apesar da descrição da Prefeitura de São Paulo afirmar que as AMAs funcionam das 7h às 19h de segunda-feira a sábado, verificou-se que alguma AMAs atendem a população ininterruptamente.

De toda forma, as diferenças entre as infraestruturas são, basicamente, devido ao grau de complexidade do atendimento e ao horário de funcionamento. A UPA, a primeira responsável por atendimentos emergenciais, conta com uma estrutura de hospital em menor escala e funcionamento 24 horas. A AMA é encarregada de atender casos de média complexidade encaminhados por uma UBS, que, por sua

vez, é a responsável pelo atendimento inicial, preventivo e clínico geral. As UBSs têm o horário de atendimento limitado entre às 7h e às 19h, assim como a maioria das AMAs, com exceção de algumas unidades chamadas AMAs 24 horas.

Para a melhoria da acessibilidade, a estratégia definida neste trabalho consiste na composição de uma célula de atendimento da mulher utilizando a infraestrutura já existente do sistema de saúde, a UBS seria a melhor indicação em relação ao foco das unidades e capilaridade no município. Entretanto, como o seu horário de funcionamento não é 24h, e a situação crítica ocorre de madrugada, as melhores escolhas para a composição da célula são UPAs ou AMAs 24 horas.

12.2. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DA ACESSIBILIDADE NOS DISTRITOS REPRESENTATIVOS

Para a estratégia definida - de instalação de departamentos de segurança e saúde especializados no atendimento a mulher vítima de violência em UPAs, AMAs e UBSs localizadas nos distritos representativos - foi necessário o mapeamento da distribuição destes equipamentos no município de São Paulo e o aprofundamento da análise das características destes distritos. Dessa forma, foi possível a definição dos aparelhos mais indicados para abrigar este serviço.

Com esse propósito, foram extraídos dados do portal da prefeitura de São Paulo, o Geosampa¹⁰, da Secretaria de Estado da Saúde e da Pesquisa Origem e Destino 2017. A prefeitura disponibiliza (Secretaria do Estado da Saúde, 2019) informações georreferenciadas dos equipamentos de saúde do município, discriminados por tipo. Isso possibilitou o mapeamento de UPAs, AMAs e UBSs. A Secretaria de Estado da Saúde disponibilizou em 2019 uma lista de Referências para Atendimento de Violência Sexual que relaciona AMAs do município de São Paulo ao seu horário de atendimento, possibilitando o mapeamento de AMAs 24 horas. E a Pesquisa Origem e Destino 2017, por sua vez, subdivide a Região Metropolitana de São Paulo em 517

¹⁰ Dados extraídos em maio de 2019 que podem sofrer modificação caso a prefeitura adicione, feche ou mude de local o aparelho de infraestrutura.

zonas respeitando os limites administrativos dos distritos e, portanto, levanta informações de subdivisões da área total dos distritos. Ou seja, a Pesquisa Origem e Destino possibilita a análise dos distritos representativos em menor escala, diferenciando regiões dentro de um único distrito.

Frente a isso, as análises e contribuições realizadas durante toda a etapa de desenvolvimento de estratégias para a melhoria das condições de acessibilidade consideram as informações das zonas definidas pela Pesquisa Origem e Destino 2017, e não mais os limites distritais, visto que ao aproximar o estudo para os distritos representativos é coerente observar porções menores do território.

A partir dessas informações e diante do questionamento de quais UPAs, AMAs e/ou UBSs seriam mais adequadas para o estudo foram consideradas três premissas:

- i. Equipamento de Saúde: As UPAs e AMAs 24 horas serão priorizadas para o oferecimento de serviços de saúde e segurança da mulher porque são equipamentos de emergência com atendimento 24 horas. Conforme citado anteriormente em A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, a maioria dos casos de violência de gênero ocorre durante a madrugada, portanto será priorizado o aproveitamento da infraestrutura pública que já oferece atendimento não agendado ininterruptamente. As UBSs serão os próximos equipamentos escolhidos, em casos de ausência de UPAs ou AMAs 24 horas, porque correspondem a porta de entrada do Sistema Único de Saúde, responsáveis pelo atendimento inicial e dessa forma, apresentam estrutura reduzida, o que as torna mais próximas da população. Ou seja, a função das UBSs é mais adequada para o atendimento inicial da mulher vítima de quaisquer violências de gênero.
- ii. Localização: A distribuição espacial dos equipamentos especializados em atender a mulher vítima de violência deve garantir que a mulher tenha acesso a, pelo menos, um local, onde este serviço é oferecido, considerando o deslocamento mais lento e o menor limite de tempo – ou seja, caminhando por 20 minutos – a partir do centroide de cada zona definida pela Pesquisa Origem e Destino 2017 e preferencialmente em qualquer período do dia. Dessa forma, como a acessibilidade a pé

apresenta as menores isócronas a partir do ponto de origem, a acessibilidade via transporte público e carro também são garantidas dentro dos limites de tempo estabelecidos, de 45 e 30 minutos, respectivamente. Além disso, serão priorizadas localizações mais distantes de equipamentos, dentro do distrito, que já foram incluídos no estudo ou localizações próximas ao centroide, para promover condições de acessibilidade equivalentes para as diversas origens possíveis dentro do distrito.

- iii. Demanda: As regiões dentro do distrito com maior população feminina serão consideradas prioritárias em relação às regiões com menor quantidade de mulheres. Como a estratégia para a melhoria das condições de acessibilidade refere-se à criação de departamentos especializados no atendimento a mulher vítima de violência é lógico o aumento da disponibilidade destes serviços onde há mais mulheres para usufruí-los.

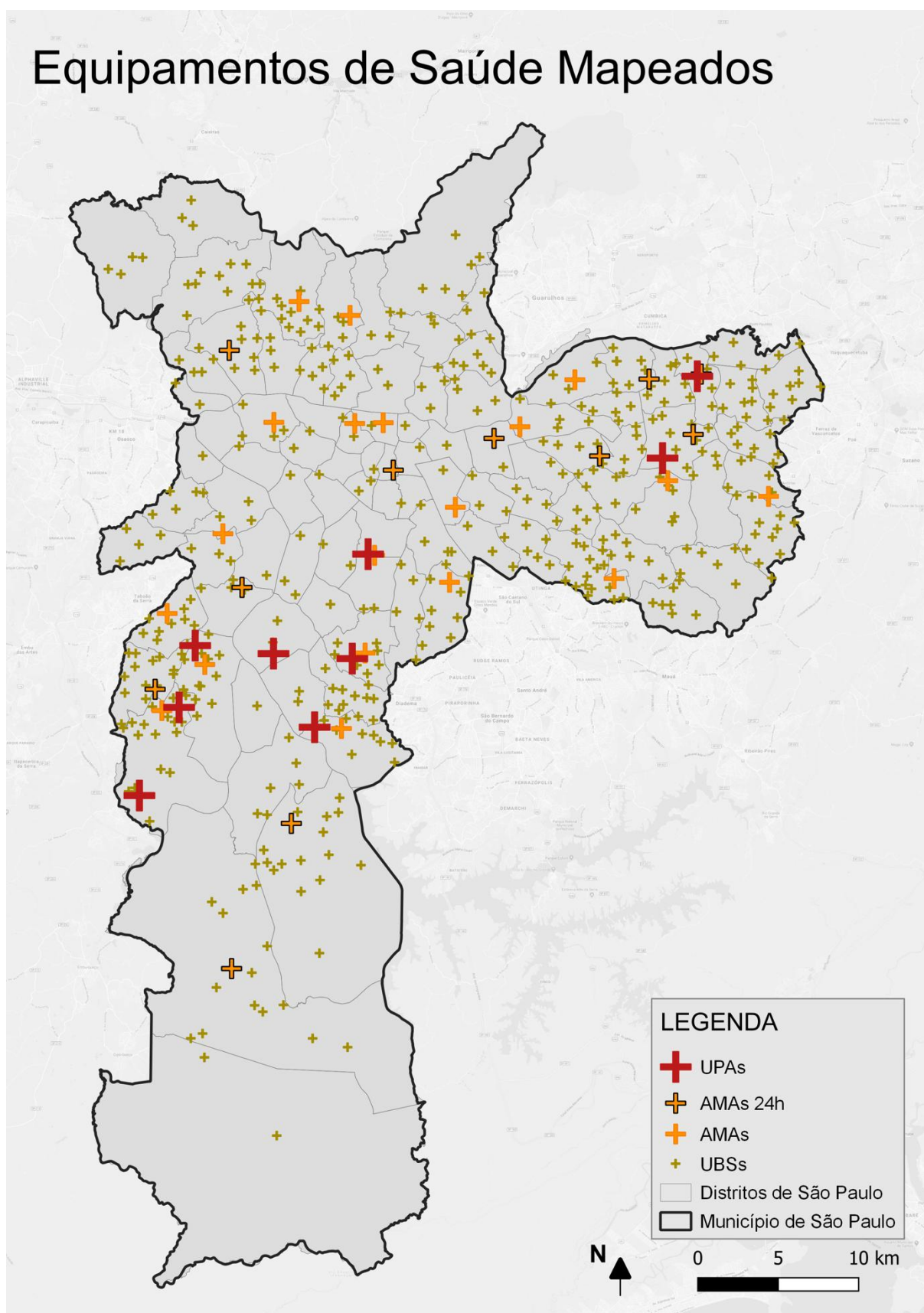
Conforme citado, o mapa de UPAs, AMAs, AMAs 24 horas e UBSs no município de São Paulo foi gerado a partir das informações do Geosampa e da Secretaria de Estado da Saúde, no software QGIS. Então, para considerar a segunda premissa, foram geradas as isócronas de 20 minutos a pé para cada centroide das zonas localizadas nos distritos representativos e definidas pela Pesquisa de Origem e Destino 2017. Esse procedimento foi realizado por meio do serviço de construção de isócronas, oferecido no QGIS a partir da base de dados do *Open route services* (THE HEIDELBERG INSTITUTE FOR GEOINFORMATION TECHN, 2019). Ainda por meio do QGIS as áreas de isócronas foram sobrepostas ao mapa de UPAs, AMAs, AMAs 24 horas e UBSs e dessa forma foi possível visualizar quais dos equipamentos de saúde estudados representam equipamentos preferenciais. Por último, para a escolha dos aparelhos onde seria estudada a intervenção, foram consultados os dados de população discriminados por gênero da Pesquisa Origem e Destino 2017 das zonas definidas pela Pesquisa Origem e Destino 2017 que estão localizadas nos distritos representativos.

O procedimento descrito permitiu, nos distritos representativos, a definição dos equipamentos de saúde mais adequados para o estudo da instalação de serviços públicos especializados no atendimento a mulher.

12.3. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA A MELHORIA DA ACESSIBILIDADE NOS DISTRITOS REPRESENTATIVOS

O mapa de UPAs, AMAs, AMAs 24 horas e UBSs no município de São Paulo, obtido conforme os procedimentos detalhados na metodologia e ilustrado na Figura 28 a seguir, evidencia o maior alcance das UBSs em relação aos outros equipamentos de saúde estudados, dado que as UBSs apresentam-se em maior quantidade e ocupam todas as regiões do município, e o menor alcance das UPAs, que possuem infraestrutura mais completa e estão instaladas em apenas algumas regiões.

Figura 28 - Equipamentos de Saúde mapeados



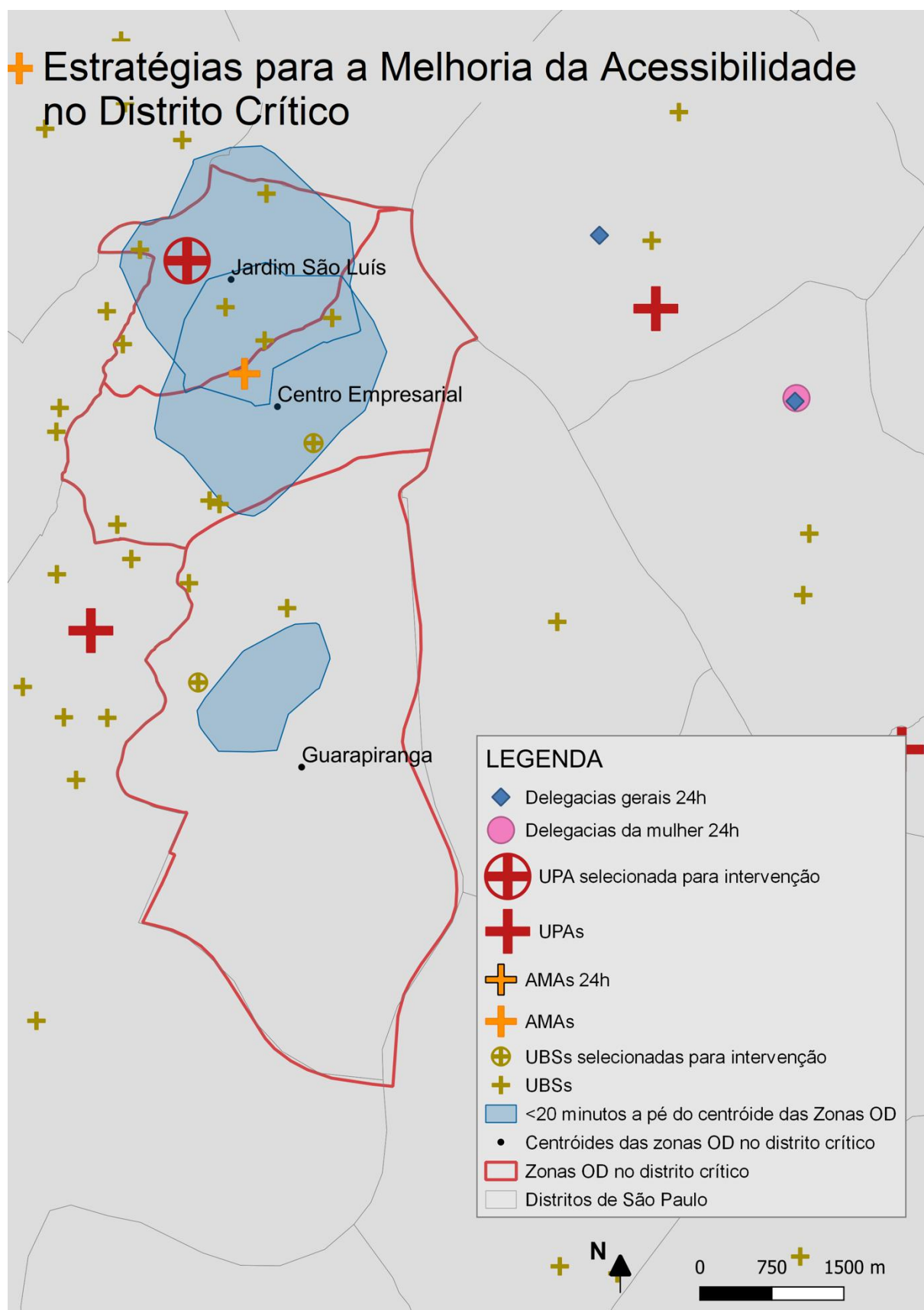
Fonte: Autoria Própria, com base nos dados do Geosampa

A partir deste mapeamento, as próximas etapas para o estudo das intervenções foram realizadas para os três distritos estudados e as estratégias definidas estão detalhadas a seguir.

12.3.1. DISTRITO CRÍTICO: JARDIM SÃO LUÍS

O distrito Jardim São Luís foi dividido em três zonas na Pesquisa de Origem e Destino 2017: Guarapiranga, Centro Empresarial e Jardim São Luís. Foram definidas uma UPA - na zona Jardim São Luís - e duas UBSs - uma no Centro Empresarial e uma em Guarapiranga - para compor a estratégia de melhoria da acessibilidade. Nos equipamentos destacados na Figura 29, seriam realizadas intervenções para a composição de uma célula de serviços de saúde e segurança especializados no atendimento a mulher, a fim de estudar a eficácia da estratégia proposta.

Figura 29 - Mapa de estratégias para a melhoria da acessibilidade no Distrito Crítico



Fonte: Autoria Própria

Considerando as premissas descritas em METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DA ACESSIBILIDADE NOS DISTRITOS REPRESENTATIVOS, a estratégia consiste na realização do estudo em 3 fases. Em um primeiro momento, priorizando o oferecimento de serviços especializados no atendimento a mulher vítima de violência que funcionem 24 horas, seria realizada a intervenção na UPA do Jardim São Luís. Dessa maneira, haveria um equipamento especializado no atendimento a mulher acessível a pé em 20 minutos na zona Jardim São Luís, conforme ilustrado pela isócrona na Figura 29. Para a segunda fase, foram avaliadas as populações femininas em cada área estudada, que são descritas na Tabela 1. Como o Centro Empresarial reúne mais de 45% de toda a população feminina do distrito, seria realizada uma intervenção na UBS desta zona no local mais distante possível da UPA onde já haveria o serviço especializado no atendimento a mulher.

Tabela 6 - População Feminina nas Zonas OD do Distrito Crítico

Zona OD	População por Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Jardim São Luís	37.412	41.226	78.638
Centro Empresarial	55.362	71.929	127.291
Guarapiranga	37.352	44.857	82.209

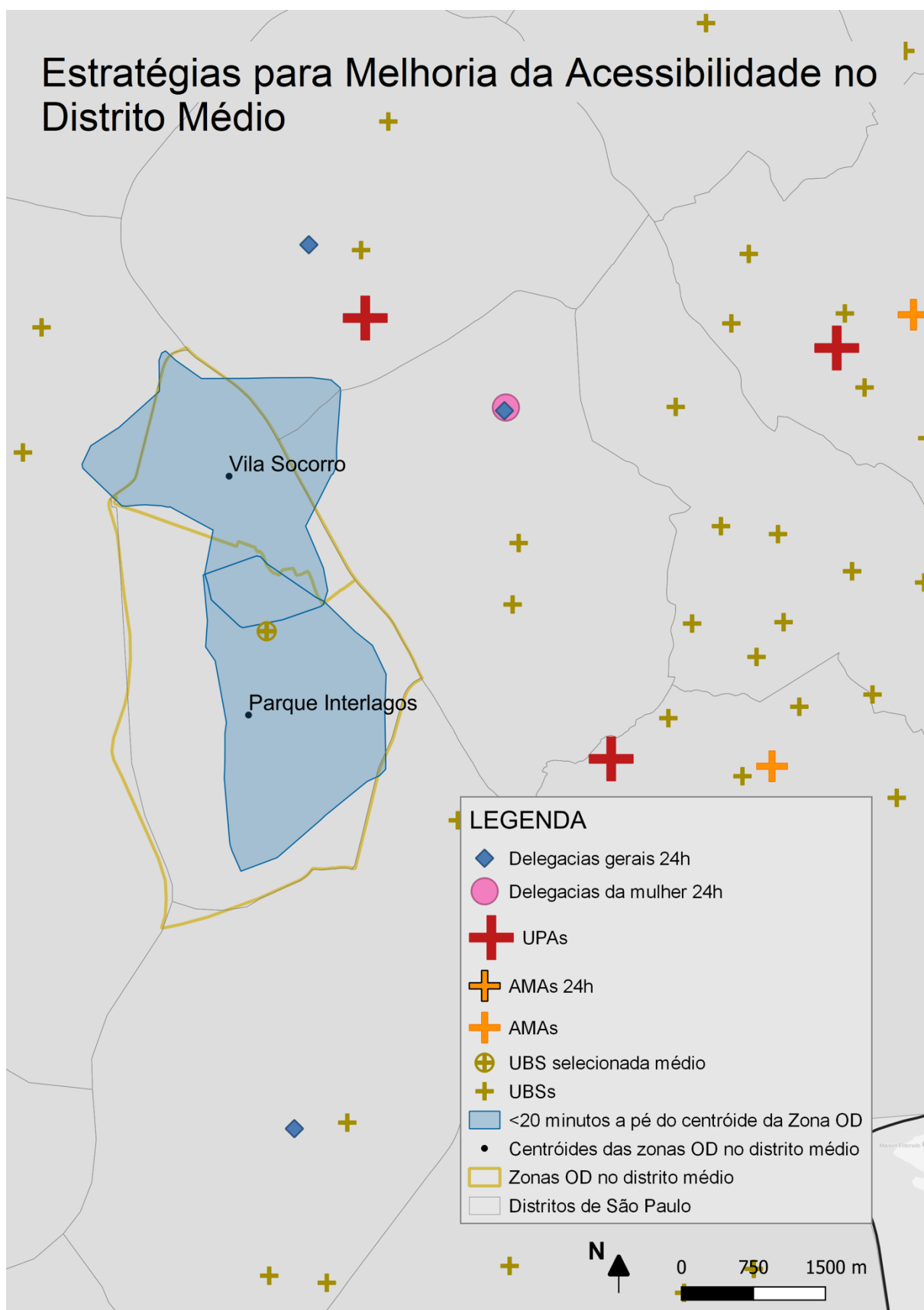
Fonte: Autoria Própria, com base nos dados da Pesquisa Origem e Destino de 2017

Por último, na terceira fase, seriam instalados departamentos de saúde e segurança da mulher na UBS em Guarapiranga localizada no endereço mais próximo ao centroide da zona, para garantir condições de acessibilidade equivalente para diferentes pontos de origem desta área.

12.3.2. DISTRITO MÉDIO: SOCORRO

O distrito Socorro foi dividido em duas zonas na Pesquisa de Origem e Destino 2017: Vila Socorro e Parque Interlagos. Uma UBS foi escolhida para compor a estratégia de instalação de serviços de saúde e segurança especializados no atendimento a mulher, conforme ilustrado no mapa da Figura 30.

Figura 30 - Mapa de estratégias para a melhoria da acessibilidade no Distrito Médio



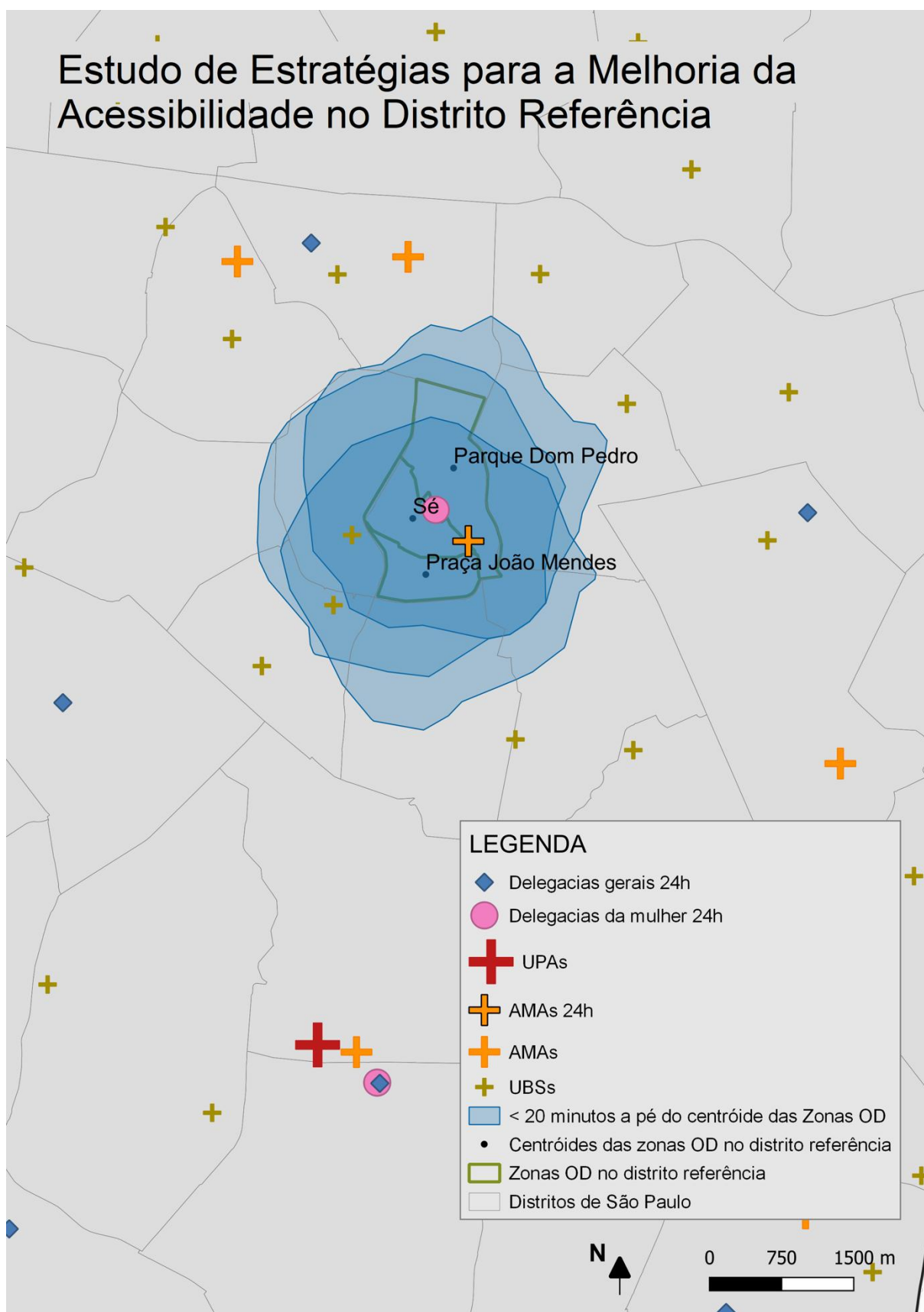
Fonte: Autoria Própria

Considerando as premissas descritas na METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DA ACESSIBILIDADE NOS DISTRITOS REPRESENTATIVOS, a estratégia consiste na realização de uma intervenção na UBS localizada no Parque Interlagos, para garantir um equipamento de serviços especializados no atendimento à mulher acessível a pé em 20 minutos a partir dos centroides da Vila Socorro e do próprio Parque Interlagos, conforme ilustrado pelas isócronas na Figura 30.

12.3.3. DISTRITO REFERÊNCIA: SÉ

O distrito da Sé, apesar de sua área reduzida, foi dividido em três zonas na Pesquisa de Origem e Destino 2017: Praça João Mendes, Sé e Parque Dom Pedro. Neste distrito, diferentemente dos distritos crítico e médio, foi verificado que as premissas para a estratégia de melhoria das condições de acessibilidade já são atendidas na situação atual, conforme ilustrado na Figura 31. Assim, a manutenção da situação atual é a estratégia indicada para o distrito da Sé.

Figura 31 - Mapa de estratégias para a melhoria da acessibilidade no Distrito Referência



Fonte: Autoria Própria

As isócronas representadas na Figura 31 evidenciam que a delegacia especializada no atendimento a mulher vítima de violência é suficiente para garantir a acessibilidade a pé em 20 minutos das três zonas do distrito.

13.CONCLUSÕES

A metodologia desenvolvida neste trabalho para o diagnóstico de acessibilidade no município de São Paulo e a exemplificação de estratégias de melhoria das condições de acessibilidade nos três distritos representativos ilustram como poderia ocorrer a melhoria da acessibilidade à rede de proteção à mulher vítima de violência.

Isso, somado ao cenário desigual e preocupante observado no município – onde os distritos periféricos apresentam, em geral, deltas negativos, que chegam a valores inferiores a -0,6 nos casos mais graves - , demonstra a importância dos resultados produzidos para a definição de ações que devem ser prioritárias para a viabilização do acesso da mulher vítima de violência ao equipamento público destinado ao seu atendimento.

Além disso, a integração nestes equipamentos de serviços públicos de saúde e segurança beneficiam a população feminina ao abordar as diferentes demandas das vítimas, que devem ser acolhidas e, simultaneamente, devem ter a oportunidade de denunciar seus agressores. E as intervenções também garantem o acesso da mulher vítima de violência a pelo menos um equipamento público especializado em seu acolhimento nos distritos estudados para os limites de tempo e modos de transportes considerados.

Todos os resultados apresentam metodologias replicáveis e, portanto, também deve ser destacada a possibilidade de reproduzir estas análises para a comparação de outras regiões com o objetivo de identificar especialmente as situações mais críticas além de propor melhorias seguindo as mesmas premissas consideradas.

E por último, este trabalho também reuniu informações fundamentais que podem e devem ser divulgadas ao público para auxiliar as mulheres condicionadas a situações de quaisquer tipos de violência. O levantamento realizado é capaz de auxiliar as vítimas a exercerem seus direitos, indicando os equipamentos públicos e suas respectivas localizações e funções para as diversas demandas associadas a todo processo de denúncia e busca por acolhimento e justiça.

14. RECOMENDAÇÕES PARA A CONTINUAÇÃO DO TRABALHO

Assim, como descrito na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2011), prevenir e combater a violência contra as mulheres é uma tarefa complexa e exige como política pública a articulação de diferentes serviços em uma rede integrada de atenção à mulher que vive em situação de violência.

Para a continuação desse estudo e maior aprofundamento no tema, recomenda-se a abordagem dos seguintes aspectos:

- Além dos três aspectos considerados no trabalho para a caracterização da demanda, recomenda-se um estudo sociológico para compreender se o grau de escolaridade ou cultura também deveria ser um subcritério caracterizador da demanda;
- Nesse trabalho foram utilizados os dados do SINAN de notificações de agressão contra a mulher para quantificar a violência. Para os objetivos desse trabalho, a fonte foi considerada a mais adequada. Porém, a fonte de dados ideal seria o local de ocorrência de todos os tipos de violência da mulher no município de São Paulo. Caso os órgãos públicos disponibilizem esses dados, recomenda-se a alteração desse subcritério de caracterização da demanda a partir da quantificação da mesma com esses novos dados.
- Para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres vítimas de violência, recomenda-se ainda que as avaliações, especialmente da demanda, considerem dados históricos. O estudo realizado baseia-se em um recorte temporal, visto que os dados utilizados se referem ao ano de 2017 e, portanto, não foram consideradas tendências de crescimento e modificações do espaço urbano.
- Em novembro de 2019 (mês de finalização desse trabalho) foi inaugurada a Casa da Mulher Brasileira, que reúne, em um só local, os atendimentos policial, jurídico e psicológico, além de abrigo temporário às vítimas de violência doméstica. Esse tipo de infraestrutura é inédito e não foi considerada na realização desse trabalho, devido à recente inauguração. Porém, seu objetivo de unir em uma única infraestrutura diversos aspectos para o atendimento da mulher vítima de violência relaciona-se diretamente com as estratégias para a melhoria das condições de acessibilidade descrita

nesse trabalho. Portanto, recomenda-se uma análise do seu funcionamento e de sua efetividade no auxílio à mulher vítima de violência, como um estudo de caso para representar a implementação aqui proposta.

Por fim, embora não se relacione diretamente com a solução da necessidade prática da mulher estudada e proposta no trabalho, vale ressaltar a importância das estratégias de luta feminista e combate ao machismo estrutural da sociedade.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

The Heidelberg Institute for Geoinformation Techn, 2019. *Open Route Service*. [Online]

Available at: <https://openrouteservice.org/services/>
[Acesso em 22 Maio 2019].

Arruda, D., 1998. *Sistemas de informações e alocação de recursos*, Rio de Janeiro: s.n.

Associação Nacional de Transportes Público, 2018. *Relatório geral 2016*, s.l.: Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Associação Nacional de Transportes Público - Simob/ANTP.

Augusto, C., 2016. Violência Contra a Mulher e as Práticas Institucionais. *Rev EMERJ*, 19(72), pp. 27 - 40.

Brandão, E., 2006. Renunciante de Direitos? A Problemática do Enfrentamento Público da Violência Contra a Mulher: o Caso da Delegacia da Mulher.. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 16(2), pp. 207-231.

Brasil, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil, Seção II*, Brasília: Constituição (1988).

Brasil, 1996. DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*, 1 agosto.

Brasil, 2006. Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*, 7 Agosto.

Brasil, 2011. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. *Secretaria de Políticas para Mulheres*.

Brasil, 2012. *Política Nacional de mobilidade Urbana*. [Online]
Available at: <http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/municipios-devem-implantar-planos-locais-de-mobilidade-urbana/CartilhaLei12587site.pdf>

[Acesso em 8 Novembro 2019].

BRASIL, 2019. *Portal SINAN*. [Online]
Available at: <http://portalsinan.saude.gov.br/>
[Acesso em 15 Novembro 2019].

Carvalho, C. H. R. d., 2016. *Desafios da Mobilidade Urbana no Brasil*, s.l.: IPEA.

Compromisso e atitude Lei Maria da Penha, 2012. [Online]
Available at: <http://www.compromissoeatitude.org.br/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/>
[Acesso em Junho 2019].

Correia, J., Silva, N. C. C., Oliveira, L. C. & Ferreira, L. F., 1996. Centro Geodésico e Centróide: Uma Abordagem Conceitual. *Cartografia e Cadstro*, 5 Dezmembro.

Costa, H. G., 2004. *IPÊ 1.0: Guia do usuário. Relatório Técnico de Pesquisa*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF).

Costa, M. W., 2006. *Auxílio multicritério à decisão: método AHP*. s.l.:ABEPRO.

Debert, G. G., 2006. *As Delegacias de Defesa da Mulher: Judicialização das relações sociais ou politização da justiça?*, Campinas: Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero/ Universidade Estadual de Campinas.

Estado de São Paulo, 2019. *Portal do Poupa Tempo*. [Online]
Available at: <https://www.poupatempo.sp.gov.br/>
[Acesso em novembro 2019].

Garcia, L. P., Duarte, E. C., Feitas, L. R. S. & Silva, G. D. M., 2016. Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. *Cad. Saúde Pública*.

Geurs, K. & Ritsema, V. E., 2001. *ccessibility measures: review and applications. Evaluation of accessibility impacts of land-use transportation scenarios, and related social and economic impact*, Bilthoven: RIVM report 408505 006, National Institute of Public Health and the Environment.

IBGE, 2011. *Censo Demográfico de 2010*, Rio de Janeiro: s.n.

Júnior, M. R. J. C. & Vieira, S. R., 2017. *POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS: A SEGREGAÇÃO DAS MULHERES EM VAGÃO*

EXCLUSIVO DO METRÔ. *Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas*, 3(2), pp. 122-139.

Kiss, L., d'Oliveira, A., Zimmerman, C. & Heise, L., 2012. Brazilian policy responses to violence against women: government strategy and the help-seeking behaviors of women who experience violence.. *Health HumRights*, 14(1), pp. 64-77.

Krohling, R. A. & Souza, T. T. M., 2011. Dois Exmplos da Aplicação da Técnica TOPSIS para Tomada de Decisão. *Revista de Sistemas de Informação da FSMA*, pp. 31-35.

Lima, T. M., 2018. *Perfil e a distribuição espacial das mulheres que tiveram processos na vara de violência doméstica e familiar contra a mulher da região oeste de São Paulo*, São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Meato, A., Elias, B., Rodrigues, D. & Tarifa, J., 2018. *ACESSIBILIDADE A EQUIPAMENTOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO*, São Paulo: Escola Politécnica da USP.

Mello, J. C. C. B. S., Eliane, G. G., Leta, F. R. & Pessolani, R. B. V., 2003. *CONCEITOS BÁSICOS DO APOIO MULTICRITÉRIO À DECISÃO E SUA APLICAÇÃO NO PROJETO AERODESIGN*, Niterói: Universidade Federal Fluminense .

Ministério da Saúde, 2019. *Sistema Único de Saúde*. [Online] Available at: <http://www.saude.gov.br/index.php/sistema-unico-de-saude/sistema-unico-de-saude> [Acesso em Novembro 2019].

Molyneux, M., 2003. *Movimientos de Mujeres em América Latina*, Madrid: Estudio Teórico Comparado.

Molyneux, M., 2008. *Mujeres y escenarios ciudadanos*. [Online] Available at: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/catalog/resGet.php?resId=42169> [Acesso em Outubro 2019].

Neutens, T., 2015. Accessibility, equity and health care: Review and research directions for transport geographers.. *Journal of Transport Geography*, Volume 43, p. 14– 27.

Páez, A., Scott, D. & Morency, C., 2012. Measuring accessibility: Positive and normative implementations of various accessibility indicators.. *Journal of Transport Geography*, Volume 25, pp. 141-153.

Pasinato, W. & Santos, C. M., 2008. *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas PAGU/UNICAMP.

Passinato, W., Garcia, I., Vinuto, J. & Soares, J., 2016. Medidas protetivas para as mulheres em situação de violência. *Publicações Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública*, pp. 233-265.

Prefeitura de São Paulo, 2019. *Veja onde buscar o seu atendimento médico*. [Online] Available at: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/autarquia_hospitalar_municipal/noticias/?p=199918 [Acesso em novembro 2019].

PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2019. *Relação de Unidades da SMS por Região*. [Online] Available at: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/epidemiologia_e_informacao/informacoes_assistenciais/index.php?p=200209 [Acesso em Outubro 2019].

Rede Nossa São Paulo, 2018. *Mapa da desigualdade 2018*. [Online] Available at: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/mapa_desigualdade_2018_completo.pdf [Acesso em 20 Maio 2019].

Rodriguez, D. S. S., Costa, H. G. & Carmo, L. F. R. R. S., 2013. *Métodos de auxílio multicritério à decisão aplicados a problemas de PCP: Mapeamento da produção em periódicos publicados no Brasil*, São Carlos: Gest. Prod..

São Paulo, 2016. *Portal do Governo*. [Online] Available at: <https://www.ssp.sp.gov.br/fale/institucional/answers.aspx?t=7> [Acesso em 15 Maio 2019].

São Paulo, 2019. *Defensoria Publica do Estado de São Paulo*. [Online] Available at: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=3094> [Acesso em 18 Maio 2019].

Saaty, T. L., 1980. *The Analytic Hierarchy Process*. New York: McGraw-Hill.

Saaty, T. L., 1991. *Método de análise hierárquica. Tradução e revisão técnica Wainer da Silveira e Silva*. São Paulo: Makron Books.

Saaty, T. L., 2000. *Decision making for leaders*. Pittsburg. USA: WS. Publications.

Santos, B. M. d., 2016. *O Programa Minha Casa Minha Vida no município de São Paulo: uma análise de inserção urbana a partir de indicadores de segregação e acessibilidade*, São Paulo: Universidade de São Paulo.

Scott, J., 1989. *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history.*, s.l.: New York: Columbia University Press.

Secretaria de Transportes Metropolitanos, 2019. *Pesquisa Origem e Destino de 2017*, São Paulo: s.n.

Secretaria do Estado da Saude, 2019. *Referências para o atendimento de violência sexual*. [Online] Available at: http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/cidadao/homepage-new/outros-destaques/violencias/unidades-de-atendimento/unidades_atendimento_drs_1_sp_e_grande_sp.pdf [Acesso em 2 Novembro 2019].

Silva, S. G. d., 2010. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicol. cienc. prof.*, 30(3), pp. 556-571.

SPTTrans & CET, 2015. *PlanMob/SP 2015: Plano de Mobilidade de São Paulo*, São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo.

Teciano, L. d. C. G., 2014. *Inovação em serviços públicos: o caso Poupatempo*, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

Tomasiello, D. B., Giannotti, M., Arbex, R. & Davis, C., 2019. *Multi-temporal transport network models for accessibility studies*, Brasil: Universidade de São Paulo e Universidade Federal de Minas Gerais.

Travassos, C., 1997. A equidade e o Sistema Único de Saúde. Contribuições para o debate.. *Cadernos de Saúde Pública*, Abril, 14(2), pp. 325-330.

Waiselfisz, J. J., 2014. *Mapa da Violência 2014*. [Online] Available at: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf [Acesso em 20 Junho 2019].

Yannoulas, C. S. & Silva, A. I., 2017. NECESSIDADES PRÁTICAS DAS MULHERES X INTERESSES ESTRATÉGICOS FEMINISTAS (DE GÊNERO): Revisitando a polêmica. *Feminismos*, Dezembro.5(2).